

02 REFERÊNCIAS ELOGIOSAS

03 EDITORIAL

04 AGENDA NOTICIOSA

- 04 Projeto Academia Ubuntu
- 05 Viseu - Dia do Comando Territorial
- 06 Cadetes da Guarda visitam Assembleia da República e Ministério dos Negócios Estrangeiros
- 07 Santiago de Compostela - Destacamento Territorial de Barcelos reforça segurança a peregrinação
- 08 Unidade Nacional de Trânsito - 5.º Aniversário
- 10 Vila Real - 1.º Convívio de militares e civis da Guarda fora da efectividade de serviço
- 12 Curso de Promoção a Capitão 2013 - Cerimónia de Encerramento
- 13 44.º Curso de Trânsito - Cerimónia de Encerramento
- 14 Esposende - Inauguração do Posto Territorial

16 TEMA DE CAPA

- 16 Banda Sinfónica da Guarda Nacional Republicana
- 36 Maestro Joaquim Fernandes Fão - Um líder do século XXI?

43 ESTUDO

- 43 Fronteira externa do espaço comunitário do Atlântico Norte
- 52 Desigualdades do Género

63 TÉCNICO-PROFISSIONAL

- 63 Modelos de Policiamento
- 65 Passadeiras - passar sim, mas que seja seguro!

69 SAÚDE

- 69 A Medicina e as Legiões Romanas

77 CULTURA

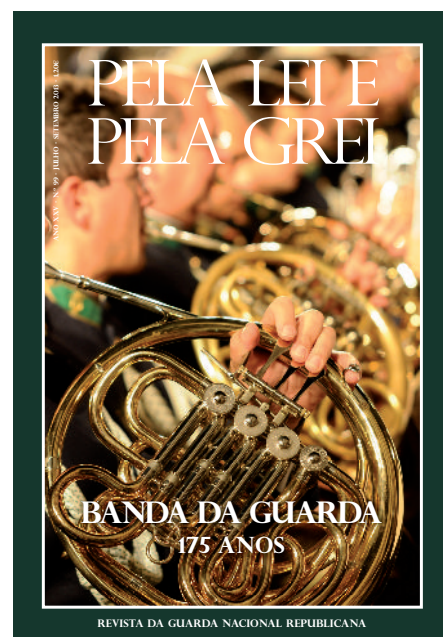
- 77 Influências da Monarquia no Brasil

81 HISTÓRIAS NOSSAS

- 81 Uma questão de peso

85 LEGISLAÇÃO

- 85 Sinopse



Naipes de Trompas de Harmonia

Ficha Técnica

Comando-Geral da GNR, Largo do Carmo - 1200-092 Lisboa; Tel.: 213217354/294 — Fax 213217159;

E-mail geral: revista@gnr.pt;

Diretor: Bartolomeu Nuno de Guanilho da Costa Cabral, Coronel de Cavalaria (Res) **I Chefe da Divisão**

Revista: Carlos Manuel Pona Pinto Carreira, Tenente-Coronel de Administração Militar **I E-mail:**

revista.direccao@gnr.pt **I Redação:** Marco António

da Silva Marta, Sargento Ajudante de Infantaria - Fernando Custódio Borges, Cabo-Chefe de Cavalaria

I Serviços Administrativos: José Rasteiro, Guarda Principal de Infantaria; Vera Malhadinho, Guarda

Principal de Cavalaria **I Revisão Ortográfica:** Neuza Fernandes, 2.º Sargento de Infantaria **I Fotografia:**

Arquivo da Revista, Autores e Secção de Audiovisuais da GNR **I Execução Gráfica:** Sersilto - Empresa

Gráfica, Lda. **I Tiragem:** 4.400 Exemplares. Depósito Legal N.º 26875/89. ISSN: 1645-9253. Preço Capa: € 1,20; **Assinatura Anual:** € 6,00; Ano XXV - N.º 99

— julho - setembro de 2013. Publicação Trimestral.

Os artigos assinados manifestam a opinião dos seus autores e não, necessariamente, um ponto de vista oficial.

No ano de 2012 entraram em vigor as normas constantes do Acordo Ortográfico. A Revista da Guarda, atendendo

aos muitos artigos em carteira e às opções dos seus autores vai progressivamente implementando as novas

normas, coexistindo as duas formas de escrita. Apelamos por isso à compreensão dos nossos leitores.

Referências Elogiosas

Ao Comando da Guarda chegou uma missiva proveniente de um cidadão, que a seguir se transcreve:

"No passado dia 27 de Junho de 2013, a nossa viatura de matrícula 49-DC-40 esteve envolvida num lamentável acidente (de onde resultou um morto) na EN 18, junto á localidade de Fortios.

No local estiveram os militares Cabo Silva, Cabo Serra, Guarda Luís Tavares e o Guarda Maurício.

Desde o momento em que o nosso motorista nos contactou (perto das 17h40m) até á 1h00 do dia 28 de Junho que estes militares mostraram um trabalho notável, quer no controlo do trânsito (dado que existia uma faixa de rodagem obstruída pela nossa viatura), mas principalmente no apoio ao nosso motorista que se encontrava visivelmente transtornado com o facto de o acidente onde esteve envolvido ter uma morte associada.

Esta situação, alem de nos ter sido relatada pelo nosso motorista, foi também ela presenciada pela gerência da Profitrans que chegou ao local cerca das 19h20m, onde os referidos militares foram incansáveis em prestar toda a informação necessária dos procedimentos a adoptar, bem como nos ajudaram em toda a operação para retirar o camião sem danificar a carga.

Queríamos assim, reconhecer o trabalho da Brigada de Trânsito que, mais que assegurar as condições de trânsito na EN 18, prestaram um serviço público de apoio ao motorista bem como de informação á Gerência desta empresa.

O nosso Muito Obrigado!

Atentamente,
A Gerência"

Ao Comando da Guarda chegou uma missiva proveniente de uma cidadã, que a seguir se transcreve:

"Tendo sido vítima de um assalto, no passado dia 26 de Julho, junto à minha casa, na Rua Gilbardeira, 25, em Cabanas - Palmela, em que me foi roubada parte de um cordão de ouro que então usava - ocorrência imediatamente comunicada ao Posto Territorial de Palmeia da GNR sinto-me no dever de, finda esta fase do processo, levar ao conhecimento e à consideração de V. Exa., para o que entender conveniente, aquilo que adiante expresso, relativamente à acção desenvolvida pelos agentes da Guarda Nacional Republicana;

1.º - Estiveram envolvidos Guardas não só do referido Posto como do Posto Territorial de Pinhal Novo e do Núcleo de investigação criminal do Destacamento Territorial de Setúbal;

2.º - A actuação pronta e bem orientada desses elementos revelou-se de grande eficácia na rápida captura do assaltante, na recuperação do objecto do roubo, no próprio dia, sendo certo que este se encontrava já entre outras mãos e era local distante.

3.º - Além dos agradecimentos que então dirigi pessoalmente aos meus interlocutores, desejo agora significar, formalmente, o meu maior apreço por todos os Guardas envolvidos, cumprindo-me destacar, como merecedores de louvor, quer pela acção directa que tiveram nas investigações, quer pela elevação que mostraram nos contactos que com eles foram sendo tidos, os Guardas Eduardo Pinto e João Raposo, do Núcleo de Investigação Criminal.

Muito grata, apresento a V. Exa.

com elevada consideração, os meus melhores cumprimentos,"



Neste número, a Banda Sinfónica da Guarda Nacional Republicana foi escolhida como tema de capa, o que lhe outorga o direito de ilustrar não só a capa da Revista, como de dispor de um espaço relevante, traduzido na reserva de algumas páginas ao longo das quais se procurará dar a conhecer, de uma forma clara, o seu papel na História da Música Militar em Portugal.

A escolha teve por base o facto de se comemorarem este ano os 175 anos da criação da Banda da Guarda Real da Polícia, antecessora da actual Banda Sinfónica da Guarda Nacional Republicana. A Banda foi acompanhando a evolução operada ao longo de quase dois séculos, adoptando as várias designações decorrentes das alterações de nome das Guardas em que se foi integrando.

O trabalho desenvolvido pela Banda, muitas vezes desconhecido ou incompreendido na sua globalidade por algumas pessoas, merece ser realçado, quer pelo desempenho das funções próprias de uma banda militar, traduzido num constante e elevado

número de cerimónias militares e de actividades de representação a nível de Protocolo de Estado, quer nos diversificados eventos culturais, recreativos e de divulgação da Guarda. A GNR sempre assumiu, como dever cívico e por tradição, a divulgação generosa e graciosa da música entre a população portuguesa.

Possuindo uma Biblioteca Musical relevante caracterizada por uma plêiade de cerca de um milhar de obras de autores e géneros variados, das mais técnicas às de divulgação artística, a Banda tem, por esse facto, um duplo compromisso: por um lado, com a música como arte, garantindo e actualizando a prática musical enquanto banda, de molde a que o seu repertório evidencie a sua capacidade de adaptação aos novos tempos e novas sensibilidades e, por outro lado, com o garante da preservação e defesa da tradição da música militar. A preocupação assumida na formação do músico militar tem sido uma constante, fomentando o aprofundamento dos conhecimentos musicais dos seus elementos, demonstrados pelo seu elevado nível de especialização - 53% dos elementos da Banda Sinfónica são detentores ou frequentam cursos do Ensino Superior -, o que lhes permite ombrear com os correspondentes especialistas civis, criando-se, desta forma, condições para se orgulharem da sua condição de especialistas detentores de um repertório vasto e muito rico, integrando uma banda respeitada que simbioticamente prestigiam.

Por último, mas não menos importante, uma palavra de reconhecimento e louvor ao trabalho e dedicação dos 12 Chefes da Banda e das centenas de músicos que dela fizeram, e fazem parte ao longo dos 175 anos de existência agora comemorados, muitos deles de renome internacional, e que levaram a que a “nossa” Banda seja uma Banda Sinfónica de referência entre as congéneres nacionais e internacionais.

Bem hajam.

Lisboa, Carmo, 18 de Setembro de 2013

O Director da Revista

Bartolomeu Nuno de Guanilho da Costa Cabral
Coronel de Cavalaria (Res)

Projeto Academia Ubuntu



A Unidade de Intervenção desenvolveu no dia 22 de Junho de 2013, um conjunto de atividades integradas na 2ª edição do Projeto Academia Ubuntu, uma iniciativa do Instituto Padre António Vieira (IPAV) que visa capacitar jovens com elevado potencial de liderança para se constituírem agentes de formação entre comunidades desfavorecidas, ajudando-os a desenvolver e consolidar competências de liderança e de serviço à comunidade.

A atividade diária desenvolvida por todo o dispositivo

da GNR, nas diversas áreas de especialidade, orientada para a construção do sentimento de segurança dos cidadãos decorre, em muito, de um elevado sentido de responsabilidade social que é, na sua essência, o farol do projeto Academia Ubuntu.

“Ubuntu é um conceito africano que significa: Acolhimento, respeito, entreaajuda, partilha, comunidade, cuidado, confiança, generosidade. A tradução literal de Ubuntu é: Eu sou porque Tu és. Eu só posso ser uma Pessoa com as outras Pessoas”.

Na Escola da Guarda, em Queluz, os jovens tiveram oportunidade de privar com os militares da Guarda, partilhando experiências de vida e reflexões que lhes permitiram conhecer as pessoas/militares para além da farda que envergam diariamente no serviço policial. A realização de várias atividades de grupo, integradas naquelas que são tarefas das várias especialidades da Unidade de Intervenção, permitiram valorizar as competências individuais destes jovens, partilhar dificuldades e valorizar a resolução de problemas em equipa.

O projeto Academia Ubuntu encontra-se na sua 2ª edição e integra cerca de 100 jovens entre os 18 e os 35 anos.



Viseu

Dia do Comando Territorial



No passado dia 24 de Junho, o Comando Territorial de Viseu comemorou o seu 4.^º aniversário de entrega e dedicação ao cumprimento da missão geral da Guarda. A celebração evocativa da instalação da 1.^ª Companhia da GNR em Viseu, em 1920, foi presidida pelo Major-General Agostinho Costa, Comandante do Comando de Doutrina e Formação.

Apesar da atual conjuntura que a todos afeta, a efeméride foi solenizada em todos os 29 Quartéis deste Comando, através de cerimónias singelas, mas plenas de simbolismo, brio e dignidade, como é apanágio do meio castrense. Nos quartéis foi lida a mensagem do Comandante da Unidade, Coronel Eduardo Augusto Rodrigues de Seixas aos militares que se encontravam de serviço.

Na cerimónia principal, as Forças em Parada, foram constituídas por uma companhia a três pelotões, comandada pelo Capitão Costa e Silva, Comandante do Destacamento Territorial de Viseu. A mesma teve início com a apresentação das Forças em Parada à entidade que a presidiu, seguindo-se a alocução alusiva ao dia pelo Comandante da Unidade e terminando com a imposição de condecorações. Concluída a cerimónia, seguiu-se um almoço convívio.

Importa referir que, mais uma vez o Dia da Unidade esteve inserido nas festas São Joaninas que se comemoram por todo o distrito, das quais fazem parte as tradicionais Cavallhadas de Viseu, que na manhã de 24 de Junho levam milhares de pessoas à rua, para

assistir a um cortejo composto por dezenas de carros alegóricos, cavaleiros, bandas musicais e ranchos folclóricos. Esta é uma festividade que remonta a 1652 e surge como agradecimento dos moleiros de Vildemoinhos, por lhes ter sido reconhecida a causa em tribunal numa querela relativa à utilização das águas do rio Pavia. Os moleiros montavam os seus cavalos e em trajes festivos seguiam em romaria até à capela de São João da Carreira, a montante do curso do rio Pavia. Neste âmbito, também o Comando Territorial de Viseu, saiu à rua em parceria com o Centro Comercial Fórum Viseu, contando com o apoio do Arquivo Histórico da GNR e do Grupo de Intervenção Proteção e Socorro, levou a efeito uma exposição de meios no referido centro comercial.

Esta foi uma iniciativa que pretendeu dar a conhecer ao público as várias valências que a GNR põe ao dispor das populações para cumprimento da sua missão. Esta atividade acabou por se revelar um sucesso, pois aliado à enorme afluência de público, juntou-se o profissionalismo e seriedade que os militares envolvidos no acontecimento evidenciaram, contribuindo decisivamente para um maior fortalecimento da imagem da Instituição junto do povo beirão.

Fiéis à atual divisa "Com Viriato... Tanto se afamaram", este Comando continuará a pautar a sua acção pelo rigor, eficácia e profissionalismo, que lhe é reconhecido, mantendo-se assim como uma instituição de referência junto da população que serve.

Cadetes da Guarda

Visitam Assembleia da República e Ministério dos Negócios Estrangeiros



Nos dias 24 e 26 de junho decorreram duas visitas, por parte dos cadetes alunos do terceiro ano do curso de GNR Armas, à Assembleia da República e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, respetivamente. As mesmas, efetivaram-se no âmbito da Unidade Curricular de Teoria das Relações Internacionais, ministradas na Academia Militar.

No que concerne à primeira visita, foi feita inicialmente pela Senhora Deputada Mónica Ferro uma apresentação relativa ao funcionamento deste órgão de soberania e ao dia-a-dia daqueles que lá laboram. Seguidamente, foi realizada uma visita guiada, acompanhada de uma breve explicação referente às principais salas do Palácio Nacional de São Bento que constituem um elevado valor histórico e patrimonial. No que respeita ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, esta visita teve o mesmo planeamento, sendo que houve uma pequena apresentação por parte do Senhor Embaixador José Vieira Branco

sobre «A Ação Diplomática Externa». Posteriormente, decorreu uma visita guiada, bem como uma explanação acerca das salas do Palácio das Necessidades.

Em suma, estas visitas permitiram que os cadetes alunos enriquecessem os seus conhecimentos relativamente a estas instituições com especial destaque na vertente das Relações Internacionais.



Santiago de Compostela

Destacamento de Barcelos reforça segurança a peregrinação



A Câmara Municipal de Barcelos, no âmbito da promoção do Caminho Português de Santiago, dedicou o dia 30 de Junho de 2013 para realização de um conjunto de atividades com vista ao reforço das relações entre os Barcelenses e Santiago. As atividades incluíram uma peregrinação de autocarro (Barcelos - Santiago de Compostela) onde participaram 3 500 pessoas. Pelo elevado número de pessoas o Comandante Territorial de Braga, efetuou diligências junto do Comandancia da Guardia Civil de Pontevedra/Espanlia, no sentido de propor que aquela deslocação fosse acompanhada por uma patrulha do DTer Barcelos que pudesse apoiar os peregrinos e garantir a segurança dos

cidadãos. O Senhor. Comandante da Guardia Civil, Coronel Manuel Davó Soler, acolheu de imediato tal proposta disponibilizando uma patrulha do tráfego para acompanhar a peregrinação desde a entrada em território espanhol até à cidade de destino, permanência no país vizinho e regresso a Portugal. Na cidade de Santiago a patrulha da Guarda foi ainda acompanhada pela Polícia Local. A presença da Guarda foi apreciada pelo Senhor Presidente da Câmara de Barcelos, pelos peregrinos e pelas forças congéneres do país vizinho. Com a presença da patrulha do DTer Barcelos pretendeu este Comando contribuir para a dignificação da Guarda, prestando um serviço de qualidade e útil.



Unidade Nacional de Trânsito

5.º Aniversário



Herdeira e depositária das tradições, património histórico e dia festivo da Brigada de Trânsito, a Unidade Nacional de Trânsito festejou o seu 5.º aniversário no passado dia 01 de julho com a realização de duas cerimónias, uma religiosa e outra militar:

- Cerimónia Religiosa – Missa na Igreja de São Francisco de Paula
- Cerimónia Militar – Formatura dos militares na Parada da Unidade

Presidiu à cerimónia o Senhor Major-General Luis Filipe Tavares Nunes, Comandante do Comando da Administração dos Recursos Internos, em representação do Comandante-Geral.

Numa cerimónia marcada pela simplicidade e a dignidade dos atos militares, deu-se realce aos militares que se evidenciaram no cumprimento da missão, através da imposição pública das condecorações atribuídas, e aos militares que pagaram com a vida a dedicação ao serviço, homenageando-os com a colocação de uma coroa de flores junto às placas evocativas dos militares mortos em serviço.

Aceitaram o convite, honrando a Unidade com a sua presença, os técnicos da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, da Autoridade para as Condições do Trabalho, do Instituto Português da Qualidade e de concessionários de infraestruturas rodoviárias que nos têm apoiado na melhoria das nossas competências técnico-profissionais, colaborando na formação, na atualização e no aperfeiçoamento que ministramos a toda a valência de trânsito da Guarda, e nos proporcionam um ambiente mais seguro nas in-

tervenções operacionais. Gratificaram-nos, também, com a sua presença o anterior comandante da Unidade e os mais altos representantes da Unidade de Ação Fiscal e do Centro Clínico que nos apoiam e connosco mantêm convivência estável e próxima.

Da alocução proferida pelo Comandante da UNT transcreve-se a parte exortativa à dedicação e cumprimento da missão: *“A nossa missão é resgatar vidas à morte nas estradas. E só teremos êxito se induzirmos os utentes das estradas a assumir comportamentos legais, adequados à salvaguarda da vida e integridade física. Acabar com a tensão e confronto no espaço público rodoviário e torná-lo espaço de tolerância e convivência cívica.*

Porque a educação demora gerações e as estradas não se transformam repentinamente em autoexplicativas e tolerantes, os únicos instrumentos de curto prazo disponíveis para a causa são as campanhas de sensibilização, a prevenção e a repressão para a prevenção.

Neste contexto, o nosso papel é tornar visível o patrulhamento e a fiscalização, inovar nos métodos e fugir à rotina por forma a criar probabilidade real de deteção de infrações e interceção de infratores, combatendo a ideia de que os acidentes de viação e as autuações rodoviárias são fruto do acaso.

Mas temos de agir com competência e correção, cultivando postura de empatia favorável com as pessoas em reforço da confiança.

A divisa de referência é: Isenção, Firmeza e Cortesia.”

As comemorações findaram com um brinde à Unidade Nacional de Trânsito em frugal Porto de Honra.

Celebração da Eucaristia

Realizou-se no dia 1 de julho de 2013, pelas 11H30, na Igreja de S. Francisco de Paula, Janelas Verdes, Lisboa, a celebração da missa de ação de graças por ocasião do Dia da Unidade Nacional de Trânsito. O lindíssimo templo, mandado construir pela Rainha Dona Mariana Vitória de Bourbon, Mulher do Rei D. José I, classificado como monumento nacional, estava cheio de Oficiais, Sargentos e Guardas da Unidade.

O Capelão, na homilia, deixou fundamentalmente duas ideias: misericórdia e cuidar/guardar. A primeira ideia foi inspirada na 1.^a leitura da celebração, o diálogo de Deus com Abraão sobre a cidade de Sodoma, “e se lá houvesse 50 justos e 45 e 30 e 20 e 10...? A cidade não seria destruída...!” “Deus tem muita paciência connosco”, disse o Capelão citando o Papa Francisco e contou um episódio narrado pelo Papa, um diálogo com uma senhora velhinha, que lhe disse: “se Deus não perdoasse o mundo já não existia!” A atitude de Deus deve inspirar as nossas relações interpessoais para o mundo existir, concluiu o capelão. Inspirado também numa reflexão feita pelo Papa Francisco o capelão falou do cuidar/guardar

a uma assembleia constituída por militares que têm esta tarefa, “guardar as pessoas, cuidar carinhosamente de todas elas e de cada uma, especialmente das crianças, dos idosos, daqueles que são mais frágeis e que muitas vezes estão na periferia do nosso coração. Cuidar uns dos outros na família... Viver com sinceridade as amizades, que são um mútuo guardar-se na intimidade, no respeito e no bem... Mas, para guardar, devemos também cuidar de nós mesmos. Lembremo-nos de que o ódio, a inveja, o orgulho sujam a vida...” A quem tem profissionalmente a missão de guardar os cidadãos que circulam nos caminhos e estradas, o Capelão felicitou e incentivou a prosseguir esta notável missão de servir e lembrou que “o verdadeiro poder é o serviço”. Recordou, com enorme respeito, os muitos militares da Unidade Nacional de Trânsito e da antiga Brigada de Trânsito, da qual é herdeira, que deram a vida a cuidar dos outros.

O Coro da Guarda-USHE, animou a celebração com cânticos de enorme qualidade musical e litúrgica. Na homenagem aos mortos, integrada na cerimónia militar, que decorreu na tarde do mesmo dia, rezou-se também pelos mortos.



Vila Real

1.º Convívio de militares e civis da Guarda fora da efectividade de serviço

Pelo Coronel na reforma
DIAS VIEIRA



Mil novecentos e setenta e cinco. Acabara de assumir o Comando da Companhia Territorial número 47 ou 7ª Companhia do Batalhão número 4, assim se chamava, em Bragança. Postado a uma esquina do edifício de Comando, vejo entrar no Quartel um táxi que se dirigiu ao fundo dumas escadas que davam acesso directo à cantina. O motorista parou, saiu e abriu a porta traseira, de onde saiu um Senhor de idade que a custo subiu as escadas. Perguntei a um militar quem era aquele Senhor!? Ao que ele me respondeu de imediato que era o Senhor Capitão Subtil, o qual fora Comandante daquela Companhia em tempos idos. Eu conhecia-o de nome, não pessoalmente.

Desloquei-me à cantina, cumprimentei-o e disse-lhe: - O Senhor Capitão fica proibido de voltar a entrar de táxi neste Quartel.

Como imaginar se pode, o Senhor ficou desolado e explicou:

- Sabe!? Eu tenho filhos mas estão em Lisboa. Tenho oitenta e dois anos, a mulher entrevada na cama e fica-me muito longe para vir a pé.

- O Senhor não compreendeu. Retorqui-lhe. Eu sei que o Senhor foi um bom Comandante desta companhia. Por conseguinte, quando necessitar vir ao Quartel, telefona. Se eu estiver, vai o meu motorista buscá-lo. Se eu não estiver, vou dar ordens para que o vá buscar o condutor de dia.

E assim passou a ser.

Mais tarde, nas minhas visitas aos Postos, recomendava frequentemente que recebessem bem os reformados, porque eles eram a melhor fonte de informação que poderiam ter e sem boas informações não poderia haver bons resultados operacionais. E poderiam ser a melhor fonte de informação porque o público entende que após a reforma, deixando de ser autoridade actuante, já pode falar mais à vontade, transmitindo informação que de outro modo não daria. Vem o atrás relatado a propósito do convívio de militares e funcionários civis da Guarda Nacional Republicana, fora da efectividade de serviço, levado a efeito, no pretérito dia 6 de Julho, pelo Comando Territorial de Vila Real, no parque da barragem da Falperra, no concelho de Vila Pouca de Aguiar.

Em boa hora o Comando Territorial de Vila Real, nas pessoas dos Senhores Coronel Oliveira, Tenente-coronel Moreira e Capitão Lima, tiveram e executaram tão brilhante ideia.

Foi um dia inolvidável para os cerca de setecentos militares e alguns familiares que ali passaram o dia, em sã camaradagem, recordando bons e maus tempos passados aquando em serviço, revendo camaradas que o tempo a pouco e pouco foi desfigurando. Uns mais acabados; outros com aparente estado de saúde e vivacidade para poderem continuar a servir o País ainda que noutras funções; todos felizes louvando a atitude do Comando e prometendo voltarem para o próximo ano, se de facto a ideia não morrer.

Apesar de abrilhantado o convívio pelo Ensemble

Misto da Banda Marcial do Porto da USHE, não faltaram as concertinas e acordeões a conferir-lhe um ar de arraial aldeão. O final que estava previsto para as 17H00, foi adiado para o sol-posto. Não havia pressa em destroçar. A alegria era mais que evidente em cada abraço de saudade, em cada olhar de espanto, em cada interrogação sobre os ausentes.

Foi um acto que deverá transformar-se em tradição e assim manter viva a identidade do militar da GNR que, embora fora do serviço, vive com entusiasmo ou pesar, tudo o que envolva a instituição.

Parabéns aos Senhores Oficiais organizadores porque, como diz o adágio, embora em sentido figurado,

“filho és, pai serás; como procederes assim encontrarás”.



Curso de Promoção a Capitão - 2013

Cerimónia de Encerramento

Em 05 de julho de 2013 realizou-se, na Escola da Guarda, a Cerimónia de Encerramento do Curso de Promoção a Capitão 2013, presidida pelo Exmo. Comandante do Comando da Doutrina e Formação (CDF), Major-General Agostinho Dias da Costa.

A Cerimónia contou também com a presença dos militares e civis que integraram o corpo docente que ministrou o curso.

O curso, composto por 28 Oficiais, decorreu de 04 de março de 2013 a 05 de julho de 2013, frequentado por 19 Tenentes da Arma de Infantaria, 6 Tenentes da Arma da Cavalaria, 2 Tenentes do Serviço de Administração Militar e 1 Tenente do Serviço de Saúde (Medicina) tendo a classificação média final do curso sido de 14,53 valores.

O programa da cerimónia constou de uma alocução proferida pelo Diretor do Curso, Tenente-Coronel de Administração Militar Carlos Manuel Carilho dos Prazeres, leitura do Código de Honra do Militar da Guarda pelo Comandante da 1ª Companhia de alunos, Capitão de Infantaria Hélder Romeu Serra Oliveira, a que se seguiu a entrega de diplomas e do prémio ao aluno melhor classificado.



44.º Curso de Trânsito

Cerimónia de Encerramento



Em 12 de julho de 2013 realizou-se, na Escola da Guarda, a Cerimónia de Encerramento do 44.º Curso de Trânsito, presidida pelo Exmo. Comandante do Comando da Doutrina e Formação, Major-General Agostinho Dias da Costa.

A Cerimónia contou também com a presença de todos os militares que integraram o corpo docente do curso ou que, directa ou indirectamente, contribuíram para o seu bom funcionamento.

Composto inicialmente por 63 militares, o referido curso decorreu ao longo de várias etapas de formação que tiveram início no dia 10 de dezembro de 2012, com a Formação Presencial (nas ins-

talações da Escola da Guarda), seguindo-se a Formação em Contexto Real de 20 de maio a 11 de Julho de 2013.

Dos 63 militares que iniciaram o curso terminaram 58 tendo a classificação média final do mesmo sido de 13,60 valores.

O programa da cerimónia constou de uma alocução proferida pelo Tenente-Coronel José Manuel da Conceição Rosário Rosa, leitura do Código de Honra do Militar da Guarda pelo Comandante da 3.ª Companhia de alunos, Capitão Miguel António Gomes Araújo, a que se seguiu a entrega de diplomas e do prémio ao aluno melhor classificado.



Esposende Inauguração do Posto Territorial



Em 13 de julho de 2013 o Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, Professor Fernando Alexandre, presidiu à inauguração das novas instalações do Posto Territorial de Esposende, sediado em Travessa Vasco da Gama, 4740-302 Esposende. Estiveram também presentes o Sr. Presidente da Câmara de Esposende, Fernando João Couto e Cepa e o Senhor Comandante-Geral da GNR, Tenente-General Newton Parreira, além de outras entidades civis, militares e religiosas.

Depois de à chegada ter sido recebida, foram prestadas à alta entidade as devidas honras miliares. Seguidamente, procedeu-se ao içar da Bandeira Nacional, descerramento da placa comemorativa, bênção das instalações pelo Sr. Arcipreste de Esposende, Padre Armindo Abreu, visita às instalações, tendo a cerimónia culminado com as alocações previstas.

O Senhor Comandante-Geral, no uso da palavra, referiu que fruto do empenhamento da Câmara de Esposende e do seu Presidente, bem como do Ministério da Administração Interna (MAI), o concelho de Esposende passa a ter instalações modernas e funcionais, de há muito esperadas, perfeitamente adequadas à finalidade a que se destinam, isto é, servir uma população de cerca de trinta e quatro mil habitantes. Reforçou que o Posto da Guarda, símbolo da autoridade do estado, constitui localmente um fator imprescindível à coesão social e deve projetar-se nas populações que serve como um património de todos, um espaço aberto à resolução de problemas da comunidade e um elo de ligação entre a Guarda e as pessoas que facilite a resposta às suas necessidades de segurança e bem estar. Dirigindo-se em concreto aos militares do posto de Esposende, o Senhor Comandante-Geral sublinhou

que a respetiva dedicação, disponibilidade e profissionalismo têm sido inextinguíveis, sendo injusto pedir que fizessem mais, todavia, pediu-lhes que procurem todos os dias fazer ainda melhor em prol dos cidadãos que servem.

Por sua vez, no discurso proferido, o Senhor Presidente da Câmara deu ênfase ao determinante empenho do município para que o quartel da Guarda seja hoje uma realidade. Relevou que as novas instalações da Guarda são um equipamento inteiramente merecido pelo efetivo do Posto de Esposende que tem desenvolvido ao longo dos anos um trabalho extraordinário. À guisa de balanço, deu ainda a conhecer que os custos financeiros do Posto ultrapassaram ligeiramente um milhão de euros, tendo para o efeito a contribuição de 70% por parte do QREN, 15% pelo

MAI e 15% pelo município de Esposende.

Na intervenção final, o Senhor Secretário Adjunto do MAI não deixou igualmente de vincar a excelente qualidade das instalações que a Guarda tem hoje em Esposende e que deve rentabilizar no quadro do cumprimento da missão que lhe está atribuída. Destacou o empenho do município e a louvável articulação com o MAI e também com a Guarda que sempre se verificou em todo o processo. Fez questão de salientar, no que concerne à segurança interna e à atividade das forças de segurança, que Portugal tem dos melhores indicadores, o que permite afiançar que o país tem das melhores forças de segurança do mundo. Terminou exultando a Guarda a fazer o uso mais eficiente e eficaz das novas instalações do Posto Territorial de Esposende.





Pela Cabo HonMús: Miriam Cardoso
Licenciada em Flauta pela Escola
Superior de Música de Lisboa
Mestranda em Flauta na Universidade
de Évora
Frequência do Curso de Línguas e
Literaturas Modernas vs Português-
Alemão – U. Nova

Banda Sinfónica da Guarda Nacional Republicana

Há 175 anos a fazer pela cultura





Concerto comemorativo do 175.º Aniversário
Ruínas da Igreja do Convento do Carmo - 2013

No ano em que se comemoram os 175 anos da Banda Sinfónica da GNR, torna-se pertinente contextualizar o papel da Banda Sinfónica da GNR, na História da Música Militar em Portugal.

Reescrever a história já reescrita, não obstante o pleonasma, será certamente inevitável, no entanto, e face à matéria em estudo, o cuidado e o tratamento dos dados passará por uma análise cuidada e comparativa das diversas fontes de informação, para que seja possível definir a sua génese.

A história da música militar está directamente ligada às civilizações mais antigas, onde instrumentos como Trombetas, Flautas e Harpas, em conjunto com cânticos, eram utilizados com vários objectivos; transmitir ordens, assustar o inimigo, manutenção do moral e bem-estar dos guerreiros. Objectivo esse, que se mantém até ao final da Idade Média.

Em Portugal, é no reinado de D. Manuel I, que aparecem os primeiros relatos da existência de uma charamela. É com D. João III que aparece o cargo de *charamela-mor* (*mestre das Charamelas*). Para que melhor se entenda a designação de charamela, esta, corresponde, neste contexto, às antecessoras das bandas de música, num formato diferente. Da sua composição faziam parte instrumentos como charamelas, sacabuchas.

Charamela é também um instrumento de sopro, construído em madeira, de palheta dupla ou simples.

A função da música no meio militar começa a tomar cada vez mais importância, com o passar dos séculos. Função essa que passou a incorporar os manuais de treino e organização militar, a partir do século XVII.

Tal, deu origem a uma evolução que compreendia não só o número de músicos existentes nos agrupamentos, que no final do século XVIII já eram entre 12 e 16, nos vários Regimentos na província e em Lisboa, mas também dos instrumentos utilizados, que permitiam a execução de obras mais

complexas. No final do século XVIII em Portugal, os grupos musicais existentes eram: os músicos dos Corpos Militares, os músicos da Real Câmara e os músicos das Reais Cavalaria.

No século XIX as constantes reorganizações do Exército, levaram a alterações no funcionamento da música no meio militar. As reorganizações começaram em 1802 e até 1816 são várias as alterações, quer no número de elementos de cada agrupamento e respectiva função, quer na sua distribuição no meio militar.

No ano de 1815 é possível verificar, através dos Mapas dos Músicos correspondentes aos 24 Regimentos de Infantaria, Guarda Real da Polícia e nos 12 Batalhões de Caçadores, a quantidade de músicos existentes, assim como designação e localização. No caso da Guarda Real da Polícia, esta assentava praça em Lisboa, no Largo do Carmo e tinha na sua formação um total de 23 Músicos. Era o corpo militar com mais efectivos.

É a Guarda Real da Polícia (1803-1833) que dará origem em 1911 à Guarda Nacional Republicana, passando pela Guarda Municipal (1834-1910) e a Guarda Republicana (1910).



D. Carlos de Mascarenhas (1801-1861),
Comandante da Guarda Municipal de Lisboa



Guarda Real da Polícia
Músico

A Guarda Real da Polícia era uma unidade do Exército e a sua banda contava em 1815 com cerca de 23 músicos. Em 1834 a extinta Guarda Real da Polícia dá lugar à Guarda Municipal de Lisboa e com a extinção desta, alguns dos músicos oriundos da Banda da Guarda Real da Polícia, passam a fazer parte da Banda da Guarda Municipal, esta foi oficialmente criada por Decreto de D. Maria II, a 4 de Janeiro de 1838. No entanto, consta-se que a 25 de Novembro de 1837, terá sido a data do seu primeiro acto oficial, tendo sido criada por expensas dos seus oficiais.

As condições de funcionamento da Banda foram regulamentadas por D. Carlos de Mascarenhas (1801-1861), irmão do Marquês de Fronteira. Tomou posse como Comandante da Guarda Municipal de Lisboa a 9 de Junho de 1838. O cuidado no trato da elaboração do mesmo documento, e a especial consideração que demonstrou para com os músicos, fez com que todos prontamente o assinassem.

Em 1846, a Banda da Guarda Municipal de Lisboa

sofre um revés inesperado, é extinta, a quando do afastamento do comando de D. Carlos Mascarenhas da Guarda Municipal de Lisboa. No entanto esta situação foi temporária, pois após os 4 meses de afastamento e consequente retorno, a banda foi reorganizada e manteve-se no activo até à extinção definitiva da Guarda Municipal.

O Regulamento elaborado por D. Carlos Mascarenhas, ainda hoje está afixado nas instalações da Banda Sinfónica da GNR, para que os seus elementos, relembrem a sua História.

“Condições para a Música da Guarda Municipal do meu comando”

Art.º 1 – Haverá um oficial incumbido da Música que lhe passará revista, quando forem a formatura, que assistirá aos ensaios quando lhe parecer, para ver se falta alguém e se são feitos com regularidade, mas não para os reger pois isso pertence ao Mestre, que lhe fará distribuir o fardamento e entregar, pois que este deve existir em uma arrecadação para isso destinada e só servirá ao que foi respectivo ao Corpo;

Art.º 2 – Os músicos não serão empregados em nenhum serviço que não seja relativo à sua profissão, mas serão obrigados a irem às suas companhias sempre que o comandante delas os mandar avisar;

Art.º 3 – Não serão obrigados a marchar com o Corpo fora da capital a mais de cinco léguas, sem que proceda novo contrato;

Art.º 4 – Não poderão sair de Lisboa sem licença, e esta não lhe será concedida se durante esse tempo o Corpo tiver que reunir;

Art.º 5 – Ser-lhe-á concedida licença para irem tocar a qualquer festa, tanto em Lisboa como fora (estando no caso do Art.º 4) contando porém que a quarta parte do ganho entrará no cofre, o que deve entender-se, quando a Música for toda ou a maior parte, e isto até final da amortização da despesa feita com o fardamento que ultimamente receberam, e logo que a despesa esteja satisfeita haverá nova condição;

Art.º 6 – Não poderão entrar naquelas casas que, pelo Decreto da Creação do Corpo, é proibido às praças de pret do mesmo;

Art.º 7 – Em caso da moléstia poderão tratar-se em casa se esta não exceder a um mês;

Art.º 8 – O Mestre da Música será obrigado, em cada mês, a apresentar de novo não só Sinfonias e um Walthz, como todas as peças que estão em uso, tanto antigas como modernas, assim como um passo dobrado, fazendo a despesa do papel à sua custa;

Art.º 9 – O Mestre da Música será obrigado a ensinar os aprendizes, no caso de os haver;

Art.º 10 – O Mestre da Música terá todo o cuidado no asseio e conservação dos instrumentos, dando parte ao oficial encarregado da Música (como único canal por onde me deve chegar tudo que for respectivo à Música), de todas as novidades que encontrar, não só relativo aos instrumentos, como de tudo o mais;

Art.º 11 – Os músicos que aceitarem estas condições e depois se quiserem ir embora darão parte um mês antes, e o mesmo se praticará no caso de os querer despedir, salvo se for por mau comportamento;

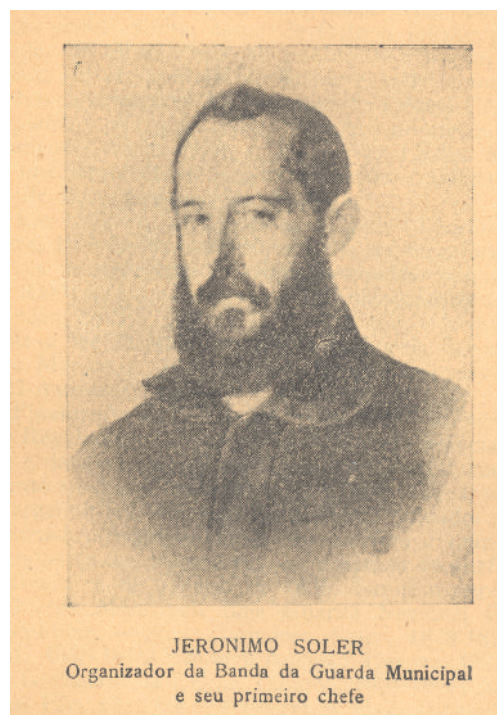
Art.º 12 – Se o Corpo marchar (isto no caso do Art.º 3) não serão obrigados a levar às costas mochilas nem outra qualquer coisa, que os impossibilitem de tocar;

Art.º 13 – Se eu sair do Corpo por qualquer motivo ficarão de nenhum efeito estas condições e dever-se-á proceder a outras;

Art.º 14 – Todos os músicos que assinarem as presentes condições ficarão sujeitos a serem imediatamente despedidos faltando a elas, assim como sofrerem os castigos de correcção que me merecerem: por estes castigos de correcção entende-se só alguns dias de prisão por algumas faltas, pois que por outras ficarão compreendidos no Art.º 11.

D, Carlos de Mascarenhas, Comandante-Geral

No ano de 1868, a Guarda Municipal de Lisboa e do Porto, passaram a pertencer a uma única força, designada de Guarda Municipal, que apesar de pertencer ao Exército Português, estava dependente do Ministério do Reino para a missão de Segurança Pública.



Nos 175 anos de história da Banda Sinfónica da GNR, existiram apenas 12 Chefes de Banda. O primeiro foi **Jerónimo Soler** (chefia 1838-1878), chefe da Banda Municipal de Lisboa. Nasceu em Lisboa, mas tinha ascendência catalã, dado que era de uma família de antigos músicos militares da Catalunha, que se fixaram em Lisboa nos finais do século XVIII. Cedo assentou praça e rapidamente se tornou um exímio clarinetista. Para além de clarinete, tocou também outros instrumentos, como contrabaixo, violino e viola, chegando a fazer parte da Orquestra de S. Carlos. Foi ainda fundador do Montepio Filarmónico.

A quando da formação da Banda da Guarda Municipal de Lisboa, foi escolhido para a dirigir, tendo sob sua direcção os melhores músicos militares da época. Dado a excelência dos serviços

prestados, El Rei D. Luíz determinou que ele mesmo iria colocar a medalha de ouro, com que foi agraciado, corria o ano de 1873. Esta medalha é uma das mais raras recompensas militares e Jerónimo Soller foi o primeiro a recebê-la.

As suas aptidões iam para além da direcção, com um talento para a composição, tinha uma especial apetência para escrever para banda militar. Jerónimo Soller transcreveu para banda a célebre fantasia *Le Révil du Lion*, do pianista Antonio Kontski. Quando veio a Lisboa em 1849, Kontski, ficou extasiado com o arranjo e com a performance da banda, que na época já era uma banda com um efectivo considerável, quase 30 elementos. Ofereceu então em honra de Soller um almoço no *Hotel d'Europa*, que culminou com a oferta de um valioso anel de ouro.

Já antes, Jerónimo Soller se tinha destacado. Em 1845, o digníssimo compositor e pianista Franz Liszt numa visita a Lisboa, visitou a Banda no

quartel do Carmo, onde realizou um inolvidável concerto. Talvez seja curioso situar no tempo e no espaço a visita de Liszt a Portugal. A visita durou mais de um mês, e das muitas histórias que dela fazem parte, destaque-se aqui a que no dia em que Liszt tinha o seu concerto no Teatro Nacional de S. Carlos, marcado para as 19:30, o ministro Costa Cabral, mandou anunciar, que o concerto começaria com meia hora de atraso. O atraso ocorreu porque da parte da tarde, no Palacete da Calçada da Estrela, houvera uma recepção em sua honra, onde Liszt fora condecorado pela Rainha D. Maria II com a Ordem de Cristo.

O chefe de banda que vivenciou todos estes acontecimentos de elevado relevo cultural, faleceu a 9 de Janeiro de 1878. O seu funeral teve direito a honras militares e nele estiverem presentes todos os oficiais da Guarda, ajudante de campo do general da divisão, contingentes de todos os corpos da guarnição, todas as bandas de música, entre demais forças.





Sucedeu-lhe **Jacques Murat** (chefia 1878), escolhido pelos músicos da banda, já que assim passou a ser depois de Jerónimo Soller. Foi o chefe com a mais curta chefia, 11 meses, devido ao seu falecimento. Jacques Murat, era filho de emigrantes franceses e ainda familiar do General Murat, cunhado de Napoleão. Jacques Murat foi sempre muito considerado, por todos aqueles que consigo trabalharam.

Manuel Augusto Gaspar (chefia 1878-1901), Nasceu em Angra do Heroísmo, em 1843, e cedo assentou praça como músico militar. Era ainda muito novo quando subiu a mestre de Banda do Batalhão de Caçadores nº 11, aquartelado na ilha Terceira. Mais tarde troca este lugar com o de Martinho Gaspar, que dirigia a Banda de Infantaria 5 de guarnição no Porto, onde permaneceu alguns anos. Estudou harmonia e rapidamente sobressaiu pela habilidade com que dirigia a sua Banda. Em 1871, o regimento a que pertencia, passou a pertencer à guarnição de Lisboa, e com ele veio Gaspar, onde se estabeleceu definitivamente. Chegado à Banda da Guarda Municipal, e face à sua habilidade, António Gaspar implementou várias reformas. A primeira começou no efectivo, recolhendo os melhores músicos das restantes bandas, sobretudo do Porto, que eram os da sua preferência. O efectivo que à sua chegada era de 30, passou para 36, 40, 45 e 50. Foi também sob a sua direcção que ocorreram mudanças ao nível do repertório executado, passando este a ser de carácter mais sinfónico. António Gaspar, estava sempre actualizado, mantinha assinaturas de jornais franceses de música militar, e do repertório em arquivo fazia uma criteriosa selecção.



1892 - Banda da Guarda Municipal
com o Mestre Capitão Manuel Augusto Gaspar

A dimensão atingida pela Banda da Guarda Municipal, levou à sua primeira internacionalização, decorria o ano de 1892. Em Badajoz, pelas festas que todos os anos ali se realizam no mês de Agosto, António Gaspar, foi a concurso com mais sete bandas.

1.^a – Banda da Guarda Municipal de Lisboa; director Manuel Augusto Gaspar; número de executantes 45. Abertura da ópera *Rienzi* de Wagner.

2.^a – Fanfarra do Batalhão de Caçadores da Catalunha (Cordova); director D. Emilio Borrás; 32 executantes. Sinfonia composta pelo director intitulada: *A' la memoria de Colon*.

3.^a – Banda do Regimento de Infantaria da Rainha (Lisboa); director Joaquim José de Jesus; 29 executantes. Abertura da ópera *Raymond* de A. Thomás.

4.^a – Banda de Infantaria de Marinha do departamento de Cartagena; director D. Ramon Roiz; 63 executantes. Fantasia sobre o *Lohengrin* de Wagner.

5.^a – Banda do Regimento de Infantaria de Castilla (Badajoz); director C. Lorenzo Aylon; 40 executantes. Abertura do *Oberon* de Weber.

6.^a – Banda Municipal de Badajoz; director D. Leopold Martin; 48 executantes. Marcha de Schiller de Meyerbeer.

7.^a – Banda do Regimento de Engenharia (Madrid); director D. E. Juorzan; 50 executantes. Fantasia *Mourisca* de Chapi.

Para além da obra escolhida, foi imposta uma obra obrigatória, a Abertura *Cleopatra* de Mancinelli. O concurso foi sumptuoso, e o júri, composto por dois mestres espanhóis e um português, Freitas Gazul, decidiram atribuir o 2.^o lugar à Banda da Guarda Municipal. Prémio que António Gaspar, recusou, alegando erros por parte dos seus oponentes na execução da obra *Cleopatra*, argumentando que foram feitas alterações de forma a facilitar a execução das partes mais difíceis. Apesar da fraude, não houve alteração dos resultados e Gaspar foi censurado por não aceitar o resultado.

De qualquer forma a excelente prestação da Banda da Guarda Municipal, foi enaltecida e já em Lisboa realizou-se um concerto, no qual foram tocadas a obras em concurso, tendo sido aclamada por todo o público.

Era em Lisboa, que semanalmente a Banda se apresentava no Carmo, para além dos vários concertos realizados por todo o país.

Como músico, António Gaspar foi trompista no Teatro Nacional de S. Carlos e fazia parte de um sexteto de música de câmara, residente no Teatro D. Maria II. Compôs algumas obras, uma missa, valsas, marchas, mas esta não era sua vocação.

Foi ainda sobre a sua regência que em 1899, foi aprovado novo regulamento que atribui ao director da banda o posto de oficial (Alferes), até então civis. Faleceu de doença cardíaca a 13 de Abril de 1901.

António Gonçalves da Cunha Taborda, (chefia 1901-1911), trombonista da orquestra do Teatro S. Carlos, era para além de instrumentista, compositor e transcritor.

É sob a sua direcção que a Banda grava o seu primeiro fonograma para a companhia inglesa *The Gramophone and Typewriter LTP* (Quartel do



A Banda de Música da Guarda Municipal., sob direcção do Maestro Antonio Taborda, grava o primeiro disco de pompa militar intitulado *Surpresa do Inimigo*, para a companhia "The Gramophone and typewriter Lda" no Quartel do Carmo em 24/07/1904 (Aquarela de ALberto Cutileiro)



1903 - Banda da Guarda Municipal com o Maestro Capitão António Gonçalves da Cunha Taborda

De referir, que o Maestro Cunha Taborda e os músicos da Banda da Guarda Municipal transitaram para a Banda da Guarda Republicana



1910 - Banda da Guarda Republicana com o Maestro Capitão António Gonçalves da Cunha Taborda.

Carmo, Lisboa 1904), com a composição *Surpresa do Inimigo*, de Martins Júnior, segundo A. Lapa “ composição do género inglês Tattoo com vozes de comando, toques de clarim, fuzilaria, cargas e desfile de charanga de cavalaria, terminando com o toque de cessar-fogo e os acordes do Hino da Carta”. A quando da deslocação do maestro Franz Beidler a Portugal, convidou-o a ouvir a Banda da Guarda Municipal, a executar a obra *A Valquíria* de Wagner, numa transcrição sua, da qual foi bastante elogiado.

António Taborda protagonizou várias transformações; alargou o número de elementos para 65, incluindo 2 contrabaixos de cordas, delineando a partir daqui, a estrutura sinfónica que a banda viria a ter.

Acompanhou também transição da Banda da Guarda Municipal para a Banda de Música da Guarda Republicana em 1910.

Faleceu em Março de 1911.

Capitão Joaquim Fernandes Fão, (chefia 1911-1935), foi o chefe que obteve mais unanimidade na sua selecção. Conseguindo 62, dos 65 votos possíveis. Pessoa de boas relações, tinha no seu círculo, um notório grupo de individualidades, como Pedro Blanch, Pedro de Freitas Branco, Ruy Coelho, Luís de Freitas Branco, Viana da Motta entre outros. Este último foi protagonista na festa de homenagem feita a quando da sua saída da chefia

da banda, tendo sido o orador oficial do evento. Foi o chefe de banda que efectuou mais alterações, e que transformou a banda sinfónica, naquilo que ela hoje é. Aumentou o número de instrumentistas de 60 para 120; introduziu violoncelos, alargou o número de contrabaixos; tentou fazer algumas experiências com violinos mas foi obrigado a abandonar a ideia, visto esta não ter o resultado esperado; transcreveu e executou grandes obras sinfónicas.





A Banda Sinfónica da GNR, passa a actuar nas principais salas de concerto nacionais e no plano internacional participa na semana de Portugal na Feira de Sevilha em 1929.

Faz a sua primeira digressão ao Brasil, em 1930. A Banda Sinfónica da GNR, era uma referência no panorama musical cultural da época, visto que entre 1929 e 1933, as grandes orquestras sinfónicas de carácter fixo e programação de temporada em Portugal não existiam. Apenas em 1933, sob iniciativa do Ministro Duarte Pacheco foi criada a Orquestra Sinfónica da Emissora Nacional, que tinha na sua reserva de instrumentistas os músicos da Banda Sinfónica da GNR. Até então competia à Banda Sinfónica da GNR, executar as grandes obras sinfónicas.

Capitão Lourenço Alves Ribeiro, (chefia 1937-1959), sucedeu a Joaquim Fão como sexto chefe da Banda da GNR. Herdeiro de um legado de elevado sucesso levou por diante o trabalho até então realizado, procedendo a alterações que elevaram ainda mais a Banda Sinfónica da GNR. Foi com Alves Ribeiro que a Banda Sinfónica da GNR, passou para as principais salas de concerto. Desenvolveu uma programação regular com concertos no Pavilhão dos Desportos e no Carmo,

inaugurou os concertos radiodifundidos e iniciou os concertos de gala para comemoração dos aniversários da G.N.R. primeiro no teatro S. Luís e depois no S. Carlos.

Ao nível das alterações que implementou destaque para a introdução de mais um instrumento de corda, a harpa, que juntamente com os instrumentos de corda já existentes elevaram o potencial da banda, permitindo a execução de todo o tipo de repertório sinfónico, que tendo que ser transcrito para esta formação, passou a ser motivo de especial cuidado.

No âmbito da sua acção, a Banda participou, sob a chefia de Alves Ribeiro, no *tattoo* Luso—Britânico em honra da Rainha de Inglaterra Isabel II.

Nas comemorações dos seus 115 anos, a Banda Sinfónica da GNR, realizou um concerto com três partes no Pavilhão dos Desportos, transmitido pela Emissora Nacional. A terceira parte desse concerto teve a colaboração de um Orfeão da GNR com 600 vozes. O concerto foi organizado em parceria com a Câmara de Lisboa, tendo sido o mesmo dedicado à população, ao qual assistiram milhares de pessoas.

No ano em que se comemoraram os 114 anos da passagem de F. Liszt pelo Quartel do Carmo, foi descerrada uma lápide evocativa da efeméride e proferida uma palestra por Lourenço Alves Ribeiro.



Tattoo Luso-Britânico com o Maestro Major Alves Ribeiro
Estádio do Restelo - Lisboa 1959

Em Setembro de 1959, dá-se mais uma reestruturação, com a criação do lugar de chefe adjunto, Alves Ribeiro sai a 4 de Novembro de 1959 ficando interinamente no seu lugar o chefe adjunto, Alferes Carlos Saraiva promovido posteriormente a Tenente, que está como chefe até Maio de 1960 altura em toma posse o então Tenente Manuel da Silva Dionísio.

Existem episódios que merecem ser contados, desta leva, pelo seu valor pitoresco, que demonstra a postura vivida na época. Era sabida a exigência tida para com os músicos na banda da GNR, em especial, para com os aprendizes, que vinham para a banda com conhecimentos rudimentares. Num dos muitos ensaios em que eram postos à prova, Alves Ribeiro, que em caso de falha do aprendiz dava sempre a hipótese de voltar a repetir uma ou duas vezes, não era paciente ao ponto de ouvir uma terceira, dizendo ao aprendiz, que face à circunstância estaria para além de aflito “Outra vida rapaz!... Outra vida...” – Nem todos os aprendizes ficavam ao serviço da banda e a ver pelo incentivo ainda menos...

Outro episódio ainda mais curioso, que ainda hoje ecoa pela banda, foi o que Alves Ribeiro proferiu no

final de um ensaio, numa altura mais atribulada de trabalho. “...Amanhã o ensaio começa às 8:00!...” ao que um músico incrédulo com a hora, visto que os ensaios começavam diariamente às 9:30, questiona “Às 8:00? - Alves Ribeiro, que não terá gostado remata dizendo: “Às 7:00!”. E assim foi.

Capitão Manuel da Silva Dionísio, (chefia 1960-1973), inseriu definitivamente a Banda Sinfónica da GNR no meio musical de Lisboa, passando a ser frequentadora assídua de salas como Teatro da Trindade, Teatro Tivoli, Teatro S. Carlos, Coliseu, chegou inclusive a actuar no Auditório da Fundação Gulbenkian.

Silva Dionísio aumenta de uma para duas harpas, e o gosto pelas cordas, leva-o novamente a abordar a questão dos violinos, tendo feito entrar nos quadros da banda, ainda que a tocar outros instrumentos, como de percussão e sopro, elementos de elevada notoriedade musical no panorama dos instrumentistas de cordas, como por exemplo Fernando Jorge 1.^o violonista da orquestra sinfónica da Emissora Nacional e posterior director do Conservatório Nacional e Aníbal Lima, mais tarde concertino auxiliar na orquestra Gulbenkian.



A ideia seria ter pelo menos um quarteto de cordas mas tal não chegou a concretizar-se.

A Banda prossegue a sua carreira internacional e desloca-se à Holanda em 1963 onde participa num festival militar a convite da N.A.T.O com realização de um tattoo em Amesterdão e concerto num Teatro ao ar livre em Ede. De regresso passou por Paris e aí realizou a gravação de um concerto para

a Radio-Televisão Francesa com música de compositores portugueses e em que obteve críticas altamente elogiosas. Em 1965 a Banda rumo novamente ao Brasil entre 18 de Setembro e 26 de Outubro para participar nas comemorações do Quarto Centenário da Fundação da Cidade do Rio de Janeiro. Visitaram ainda as cidades de S. Paulo, Santos, Baía, Aracajú e Recife obtendo em todas as actuações assinaláveis êxitos como se constata em críticas da época que se encontram num álbum elaborado na altura e que está no espólio histórico da Banda.

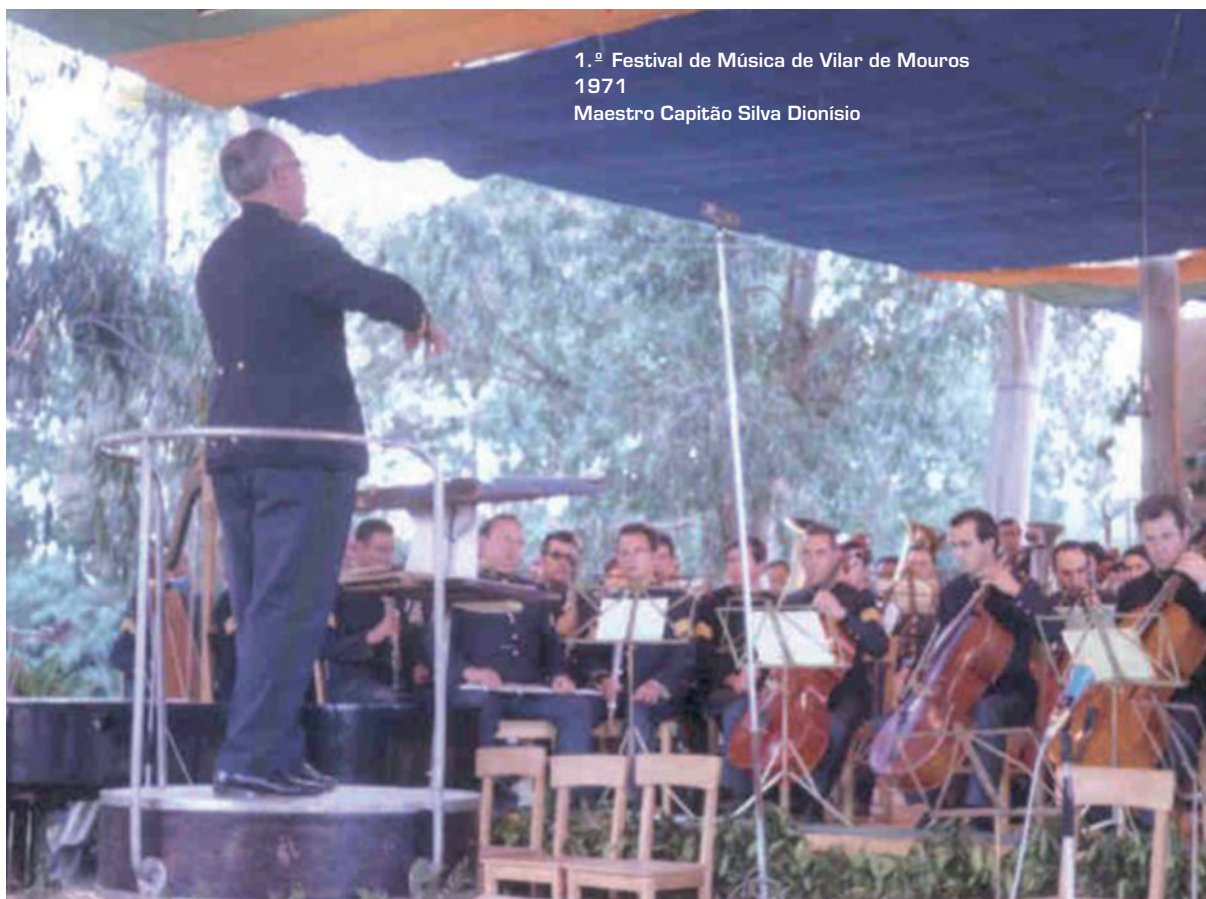
Em Portugal, a Banda desloca-se à Madeira, mais propriamente à cidade do Funchal em 1967.

Um dos marcos da história da Banda é a participação no primeiro festival de música de Vilar de Mouros, convidada para fazer a abertura do festival, apresentou um concerto onde acompanhou o maestro António Vitorino de Almeida, numa transcrição para banda do *Concerto para Piano e Orquestra* de Tchaikovsky.

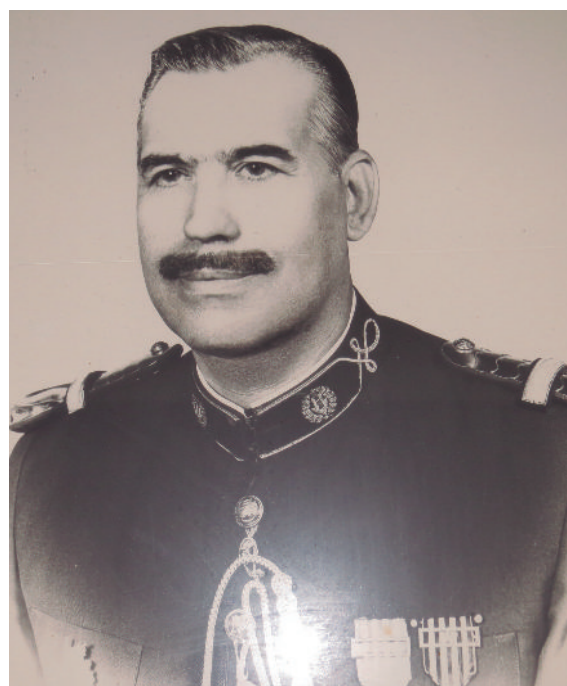
O Capitão Silva Dionísio deixa a chefia da Banda no ano de 1973.



Rio de Janeiro, Teatro Municipal, 1965



Major Joaquim Alves Amorim, (chefia 1973-1982), inicia a sua carreira na Banda da Guarda como adjunto, passa pouco tempo depois a ser o oitavo chefe da Banda. Atravessa um período conturbado da História Portuguesa, à frente da chefia da banda, pois esta coincide com o 25 *de Abril*. É nesta altura por pressão do ambiente da revolução e por medo de alguns excessos, que terminam também as temporadas de concertos que a Banda realizava no Pavilhão dos Desportos. A temporada de concertos até então realizados no Quartel do Carmo foram retomados em 1975, como ilustra o programa de concerto. As digressões prosseguem com a deslocação à Bélgica (Mons) onde participa num festival militar em 1980, tendo esta sido muito apreciada.





Major Idílio Martins Fernandes, (chefia 1982-1989), substitui o Major Joaquim Alves de Amorim como nono Chefe da Banda. É sob a sua chefia que a Banda sai das suas instalações na rua das Janelas Verdes e se instala *provisoriamente*, na Ajuda, onde permanece até aos dias de hoje.

A agenda da Banda permanece preenchida com actuações nacionais e internacionais, vai sob a sua chefia duas vezes a Espanha, primeiro a Cáceres e depois a Cáceres e a Placência, indo também aos Açores e Madeira.

A vontade de ver na formação da Banda da Guarda violinos, leva a que novamente haja abertura de concurso para este instrumento, chegando mesmo a fazer-se aquisições de instrumentos, no entanto é admitido apenas um violetista, Pedro Teixeira, que acaba por ingressar no naipe das flautas, face ao domínio que também tinha neste instrumento. Mais uma vez, o sonho não é concretizado.

Major Vasco da Cruz Flamínio, será então o décimo Chefe da Banda, assumindo a chefia por duas vezes (1989-95) - (1998-2001). A ele se

deveu mais uma reestruturação do quadro da banda passando o número de elementos para 125.

Foi durante a sua chefia que se deu a integração da Guarda Fiscal na G.N.R. A Banda de Música da Guarda Fiscal, criada em 1967, era constituída por 32 militares, desempenhando várias tarefas no



âmbito das missões fideias, exercendo de forma amadora a componente musical. Em 1985, a Banda da Guarda Fiscal passou a ter 80 músicos dedicados exclusivamente ao serviço musical.

Em 1993 ocorreu a integração da Guarda Fiscal na Guarda Nacional Republicana, sendo que relativamente à sua Banda, parte dos músicos que nela prestavam serviço, integraram a Banda Sinfónica da GNR e a Banda da GNR do Porto, já extinta. Foi formada com os restantes músicos oriundos da Banda da Guarda Fiscal, a Banda Marcial de Lisboa, estando esta, direccionada para os serviços marciais.

Tenente-Coronel Jacinto Coito Abrantes Montezo, Inicia os seus estudos musicais aos 10 anos de idade na Sociedade Musical 5 de Outubro em Aldeia de Paio Pires. Aos 18 anos ingressou na Banda de Música da Guarda. Frequentou o Conservatório Nacional, em Lisboa, onde estudou acústica, história da música, composição, trombone, cravo, educação musical e música de câmara. Em 1978 obteve uma bolsa de estudo da *Jeunesse Musicale* para se deslocar a Siedlece, na Polónia. Fez parte de diversos grupos de música ligeira e trabalhou com as orquestras da RDP,

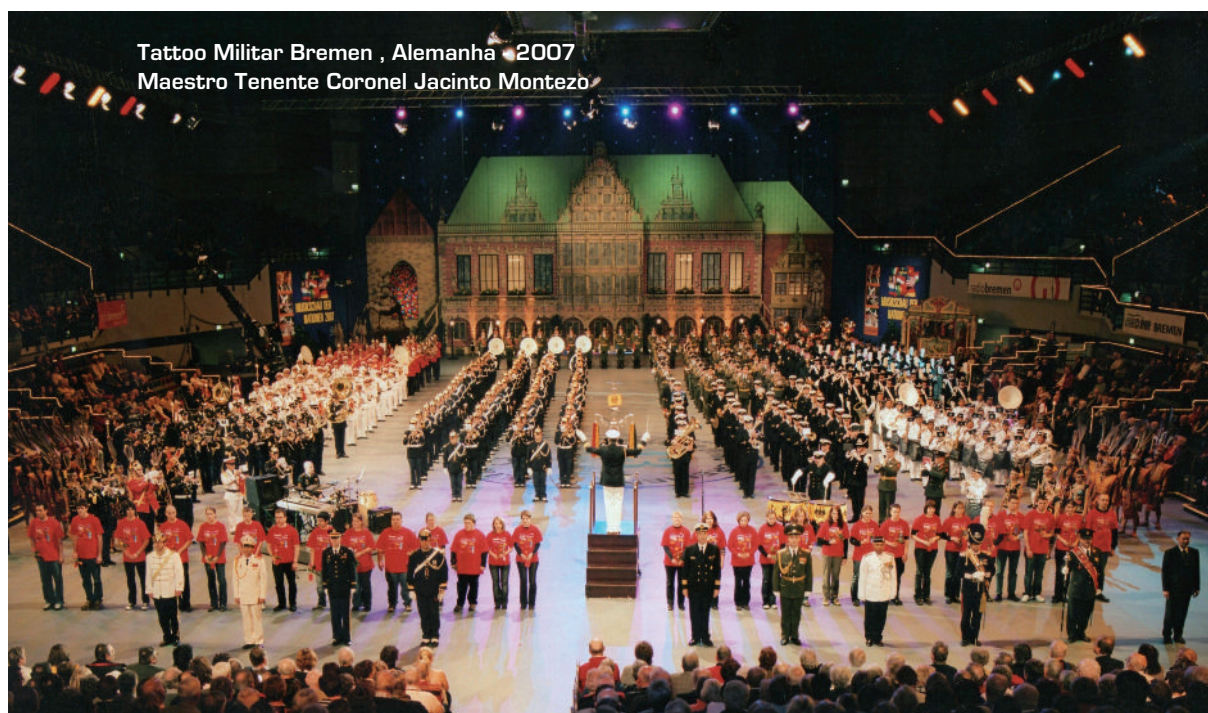
Teatro Nacional de S. Carlos e Orquestra Ligeira do Seixal, da qual foi um dos fundadores.

Tal como o seu antecessor, assume por duas vezes a chefia da banda, nos períodos compreendidos entre (1995-1998) e (2001-2008). Foi sob a sua chefia que a Banda da Guarda mais digressões protagonizou, entre participações em Tattoos e Concertos. Em 1996, Basileia (Suíça), para participar no 5.º Festival Internacional de Bandas de Polícia; em 1998, digressão ao Luxemburgo tendo actuado em três cidades- Differdange, Vianden e Luxemburgo, tendo este último concerto sido feito na sala de concertos do Conservatório do Luxemburgo. Em 2002 representação da Banda da Guarda em Breda, Holanda, para um Tattoo. Foi também com um tattoo, que a Banda da Guarda fez a sua última deslocação ao estrangeiro, em Bremen, Alemanha, em 2007.

Foi neste período que, pela primeira vez, foram gravados quatro cd's com originais para banda e música portuguesa.

A excelência da Banda da Guarda Nacional Republicana foi distinguida em 2005, Prémio Amália – Categoria Música Clássica. A 5 de Janeiro de 2006, foi conferido à Banda, por S. Ex.ª O Senhor





Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, o Título de Membro-honorário da Ordem Infante D. Henrique.

É no segundo período da sua chefia (2008), que ingressam na Banda, os primeiros violinos, três. Estes vão juntar-se ao violetista já existente e em conjunto com os restantes instrumentos de cordas, é formado o Grupo de Câmara da GNR, agora num novo formato, visto que este já existia em forma de octeto (instrumentos de corda e sopro), *metamórfico*, dado às mutações que o grupo sofria (duos, trios, etc.) em virtude do repertório executado. Para além de actuações no âmbito do Protocolo de Estado, o quarteto de cordas da GNR chegou a realizar vários concertos, entre os quais em Elvas, no âmbito das Jornadas da Universidade.

Os violinos não foram integrados na Banda Sinfónica, apesar de participarem em algum do repertório, como solistas. Estes primeiros elementos deram início ao grupo de câmara que no ano seguinte passaria a Orquestra de Câmara, com a incorporação de novos membros.

É também no ano de 2008, que ingressa nos quadros da Banda Sinfónica, a primeira militar.

Foi na década de 80, que a história militar feminina se começou a escrever, no seio militar musical. A Banda da Polícia de Segurança Pública é a primeira a admitir elementos do sexo feminino, seguindo-se gradualmente, as suas congéneres das Forças Armadas.

A Banda Sinfónica da GNR, derivado à sua polivalência, apresentou em 2008 um concerto diferente do habitual, intitulado *GNR+GNR*. A Banda Sinfónica deu uma nova sonoridade aos temas do Grupo Novo Rock, num concerto que encheu o Pavilhão Atlântico, repetido mais tarde em Coimbra, Guimarães e novamente em Lisboa, no Festival Delta Tejo. Já em 2002 a Banda Sinfónica apresentara-se acompanhando o cantor Luís Represas, no Auditório João Paulo VI em Fátima.

Capitão João Afonso Cerqueira, inicia os seus estudos musicais aos 9 anos com o maestro Victor Bonjour. Em 1985 ingressa no Exército, onde desenvolve a sua carreira como clarinetista, em



2001 termina a Licenciatura em Direcção Musical na vertente de Direcção de Orquestra de Sopros, e é promovido ao posto de Alferes Chefe de Banda de Música. Exerceu as funções de Chefe da Banda Militar da Madeira (2001 – 2005) e de Chefe

Adjunto na Banda Sinfónica do Exército (2006). Em 2006 concluiu o Curso de Promoção a Capitão Chefe de Banda de Música. É nomeado para chefe da Banda da Guarda, a 1 de Novembro de 2008, pelo Exmo. Comandante da Guarda Nacional Repu-

blicana, tendo no entanto ingressado na Guarda, em 2007, como adjunto. Tem a coadjuvado o Sargento-Mor, Armindo Pereira Luís.

Continua a política de defesa do património cultural da Banda da Guarda, mantendo a tradição dos Concertos de Ano Novo e de Gala, nos Teatros Tivoli e S. Carlos, respectivamente.

Promove junto desta, o trabalho com maestros de elevadíssimo nível, nacional e internacional, o que lhe permite desenvolver ainda mais as suas capacidades.

A 26 de janeiro de 2010, a Banda Sinfónica da GNR, dá o seu primeiro concerto pela direcção do Maestro Jean Sébastien Béreau, tocando entre outras obras *A Sagração da Primavera* de I. Stravinsky numa transcrição propositadamente concebida para a formação instrumental da Banda Sinfónica da GNR, pelo compositor e maestro francês Bruno Peterschmitt. Também pela direcção do Maestro Béreau, foi realizado a 19 de Março de 2010, no Palácio Foz, a pedido da Comissão Cultural Luso-Americana *Fulbright* o *Concerto para piano e Orquestra de Sopros* de Stravinsky, tendo como solista a pianista Ana Telles (esposa do maestro).

Mais recentemente em 2013, a Banda Sinfónica da GNR, participou pela primeira vez no Festival Dias da Música, no Centro Cultural de Belém, interpretando *Fanfarras Litúrgicas* de H. Tomassi e *Sinfonia Fúnebre e Triunfal* de H. Berlioz, mais um brilhante concerto, dirigido pelo Maestro Sébastien Béreau.

Outros maestros de elevado prestígio dirigiram a Banda da Guarda, entre os quais Pedro Carneiro, com um concerto em Palmela, onde para além de maestro foi solista. Alberto Roque dirigiu a Orquestra de Câmara da GNR, num concerto na Igreja de Pousos, Leiria.

Actualmente, a Banda Sinfónica trabalha conjuntamente com a Escola Superior de Música de Lisboa, de forma a permitir aos alunos finalistas do Curso de Direcção de Orquestra de Sopros, a possibilidade de trabalharem com músicos profissionais de grande qualidade. Concretizando assim a sua vontade de colocar a Banda da Guarda ao serviço das instituições de ensino superior de música.

É também sob a chefia do Capitão Cerqueira, e na sequência de estudos anteriores, que se dá uma importante alteração na organização da Banda, passando a contemplar sete secções: Chefia,



Concerto de Ano Novo, Teatro Tivoli - 2010
Maestro Capitão João Afonso Cerqueira



Banda Marcial, Fanfarra, Orquestra de Câmara, Banda Sinfónica, Secção de Instrução e Formação, Secretaria e Arquivo Musical. A Banda Sinfónica da GNR, designada por Banda e Fanfarra, a quando da reestruturação da GNR em 2009, passa a pertencer à Unidade de Segurança e Honras de Estado.

Em 2012, a Subunidade Banda e Fanfarra, teve um total de 222 serviços. Em 2013 e até à data de 2 de Outubro estavam contabilizados 220 serviços.

A designação “Banda e Fanfarra” compreende: Banda Sinfónica; Orquestra de Câmara; Banda Marcial e Fanfarra que desenvolvem actividades de representação a nível do Protocolo de Estado, cerimónias militares, culturais e recreativas e de divulgação da GNR.

Se 12 foram os chefes que fizeram e fazem parte destes 175 anos, centenas foram os músicos, muitos deles de destaque nacional e internacional. Notoriedade essa adquirida através de concursos ganhos, convites feitos para tocar nas mais prestigiadas

orquestras, e transmitindo o seu conhecimento, leccionando nos conservatórios e universidades, promovendo a formação de jovens músicos, para que possam de futuro ter condições para concorrer à Banda da Guarda, perpetuando a sua continuidade. Difundindo assim a cultura e prestando serviço público. O nível de especialização dos elementos da Banda Sinfónica da Guarda é bastante elevado, refira-se que 53% dos elementos da Banda Sinfónica são detentores, ou frequentam, cursos do Ensino Superior. Tudo isto reforça o prestígio da Banda Sinfónica da Guarda Nacional Republicana e é este incomensurável valor histórico que deve ser preservado e valorizado por todos.

Serviu de complemento à realização deste artigo:
MARQUÊS, Pedro Sousa, História da Música Militar Portuguesa, Tribuna, 2008;
VIEIRA, Ernesto Dicionário biográfico de músicos portugueses; história e bibliographia da música em Portugal, 1900, Lisboa, Moreira & Pinheiro;
SOUSA, Manuel de, Reis e Rainhas de Portugal, SporPress
Arquivo da Banda Sinfónica da GNR

MAESTRO JOAQUIM FERNANDES FÃO

UM LÍDER DO SÉCULO XXI?



Pelo Sargento-Chefe/Honorífico Músico:
ANTÔNIO MANUEL MOREIRA DURÃO
Licenciado e Mestre em Sociologia e Planeamento

Maestro Joaquim Fernandes Fão
Capitão Chefe da Banda da
Guarda Nacional Republicana 1911 a 1935

Não, não é, mas poderia ser..

Ao analisarmos o impacto que a liderança deste Maestro Chefe de Banda Música, teve na Banda da Guarda Nacional Republicana, sem a situarmos no tempo, fica-se com a percepção de estarmos perante um líder do século XXI.

Antes de mais, convém percebermos o que alguns teóricos das ciências sociais consideram um líder. Este é um conceito para o qual existem muitas definições, mas neste pequeno ensaio, apenas serão abordadas aquelas que parecem mais pertinentes para a análise em causa, ou seja, aquelas em que o perfil do Maestro Fão mais se enquadra. Uma primeira ideia que importa reter, é a de que liderar implica a existência de um indivíduo que tem a capacidade de influenciar um grupo de indivíduos. Esta proposição tem como implicação teórica principal a de se entender a liderança como algo que pressupõe um destinatário coletivo, no que se distingue do poder, do comportamento político ou da influência social.

Jago (JAGO; 1982 in FERREIRA; 2001) concetualiza a liderança como sendo o equivalente de um

exercício de uma influência não coerciva que pretende coordenar os membros de um grupo organizado no alcance dos seus objetivos do grupo. Bass (BASS; 1990 in FERREIRA; 2001), define a liderança como uma interação entre dois ou mais elementos de um grupo, que muitas vezes implica uma estruturação ou reestruturação da situação e percepções e expectativas dos membros.

Na perspetiva de Fayol (NEVES; 2001), a liderança aparece como um dos papéis do gestor, entendido como a responsabilidade pela direção e motivação dos colaboradores, através da integração das necessidades individuais com os objetivos organizacionais. Nestas condições, o gestor deverá oferecer orientação aos seus colaboradores, assegurar a sua motivação e criar condições favoráveis à realização do trabalho.

Kotter (KOTTER; 1990 in NEVES; 2001) faz dos conceitos, "*rede social*" (interações pessoais e institucionais assentes na base da troca e da reciprocidade) e "*agenda*" (um plano que traduz a visão do gestor a propósito do horizonte temporal da sua atividade), o suporte que condiciona a eficácia da



atividade do gestor. Neste contexto, a liderança desempenha um papel inovador, na medida em que ultrapassando a conceção restrita da relação líder/liderado, que a direção e motivação pressupõem, implica a criação de uma mais-valia em termos do trabalho de gestão, no sentido de que a complexidade atual requer agendas orientadas para a mudança, redes sociais facilitadoras da implementação das estratégias, e um núcleo de colaboradores motivado e apostado na concretização dos planos.

Como podemos constatar, alguns destes autores têm uma conceção em que líder e gestor poderão ser a mesma coisa, no entanto Bennis e Nanus (BENNIS E NANUS; 1985 in FERREIRA; 2001), estabelecem diferenças entre ambos conforme se pode verificar pela leitura da tabela 1.

DIFERENÇA ENTRE LÍDER E GESTOR

LÍDER	GESTOR
Inova	Administra
É Original	É uma cópia
Faz coisas novas	Gere assuntos correntes
Centração sobre as pessoas	Centração nos sistemas e estruturas
Inspira confiança	Dirige
Perspetiva a longo prazo	Perspetiva a curto prazo
Questiona o quê e o porquê	Questiona como e quando
Orientado para os fins	Orientado para os resultados
Cria	Imita
Faz o que é necessário	Faz o que deve fazer
Usa “chapéus redondos”	Usa “chapéus quadrados”
Aprende pela educação	Aprende pela formação

Tabela 1

As principais diferenças entre líder e gestor, segundo os argumentos destes dois autores, está no facto de o líder ter uma maior relação com a envolvente da organização (num sistema – inputs, outputs), a atividade do gestor centra-se mais no interior da própria organização. Aqueles que gerem, a quem chamamos gestores, *sabem o que devem fazer*; aqueles que lideram a quem chamamos líderes, *sabem o que é necessário fazer*.

Depois de nos debruçarmos acerca do conceito de líder, passamos a analisar o trabalho (ou obra) que o Maestro Fão fez na Banda da Guarda como chefe de banda e que em meu entender foi uma obra daquilo que eu “ouso” de intitular”, devido às suas características de líder do Século XXI.

Joaquim Fernandes Fão nasceu em Buenos Aires, Argentina, no dia 3 de Maio de 1878. Filho de Constantino Fernandes Fão, amador de música, natural de Santa Marinha de Gontinhães (hoje Vila Praia de Ancora), e de Filomena Digerio de nacionalidade italiana.

Iniciou os estudos musicais aos cinco anos de idade aprendendo violino com seu pai. Regressou a Portugal com os seus pais quando tinha dez anos de idade. Continuou os seus estudos musicais em Vila Praia de Âncora e frequentou o Liceu de Viana do Castelo até ao 4.º ano. Ingressou na Banda Militar de Infantaria 3 como músico de 3.ª Classe



com apenas 14 anos de idade. A sua especialização musical deu-se no Conservatório Nacional de Lisboa entre 1898 e 1907. Neste Conservatório, frequentou e concluiu com distinção os Cursos de Harmonia, Contraponto, Fuga e Violino. Esta formação musical permitiu-lhe desempenhar a função de concertino na Orquestra do Teatro de S. Carlos em Lisboa.

As suas virtuosidades musicais traduziram-se em sucesso na sua atividade como violinista e na sua carreira militar, chegando a Chefe de Banda Militar em 1908, ano em que foi chefiar a Banda de Infantaria N.º 26 situada em Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel nos Açores.

É partir do início da sua carreira como Chefe de Banda, que as características de liderança e os conceitos a ela relacionados, começam a surgir. Estes conceitos são: **inovação, eficiência, redes sociais, eficácia e planeamento estratégico.**

Inovação – tem a ver com novidade e é fundamental, pois através dela as organizações tornam-se capazes de gerar riqueza contínua e, assim manterem-se ou tornarem-se competitivas em relação a outras organizações que produzam os mesmos bens. Neste caso, música.

O Maestro Fão, nas bandas militares por onde passou, teve sempre a preocupação de apresentar algo de novo. E este algo de novo era traduzido em sucessos para essas bandas.

Na Banda da Guarda Nacional Republicana onde esteve como Maestro e Chefe entre **1911 e 1935** (24 anos), foi onde o seu espírito inovador e estratégico deu mais proveitos e dos quais a Banda Sinfónica beneficia atualmente. A posição de Chefe de Banda permitiu-lhe atingir a categoria de oficial com o posto de Capitão.

O impacto e inovações que se produziram na Banda da Guarda, neste espaço temporal, não são alheias, as sensibilidades que os Comandantes da GNR de então, souberam ter em relação à Banda da Guarda e às capacidades técnicas do seu Chefe. De uma banda com uma estrutura orgânica de 62 militares músicos em 1911, passou para uma estrutura com cerca de 120 militares músicos em 1935, cuja diferença é bem visível nas fotos a seguir apresentadas.

O aspeto inovador não está apenas na dimensão em número de militares deste agrupamento artístico, está acima de tudo, de a Banda da Guarda passar a ter na sua estrutura orgânica instrumentos de corda: violoncelos e contrabaixos de corda (LAPA; 1941), vindo deste modo enriquecer bastante o timbre desta banda e que a distinguiu de todas as outras bandas militares portuguesas durante algumas décadas do século XX.

A introdução de cordas na Banda permitiu mudar o respetivo instrumental, visto que passou a afinar-se com afinação normal (Lá 440), a mesma que era

utilizada nas orquestras, enquanto, as restantes bandas tinham afinação brilhante (Lá 445).

Com estas inovações e mudanças na estrutura orgânica da Banda foi necessário inovar em relação ao repertório que este agrupamento musical poderia oferecer. O que se pode chamar “escola de transcrição” de obras sinfónicas que tinha antecedência com anteriores chefes desta banda, com o Maestro Fão toma proporções de uma dimensão que até então não tinha existido na Banda da Guarda nem no País. A inovação, está na transcrição de grandes obras sinfónicas, até então, algumas delas executadas no País, apenas pelas orquestras sinfónicas e outras de 1^a apresentação (audição) pública no País pela Banda da Guarda. O repertório foi adequado à dimensão da Banda e permitiu que localidades do interior do País pudessem ouvir e conhecer, obras musicais, que de outra maneira não seria possível. Nessa época foram feitas transcrições de sinfonias de Beethoven, obras de Liszt, de Bizet, de Berlioz, etc.

- **Eficiência** = “Fazer Bem as Coisas” - Fão conseguiu fazer uma boa gestão dos recursos que tinha à sua disposição. Procurou dotar a Banda da Guarda com os melhores músicos do País, resultante de uma procura sistemática através dos conhecimentos que possuía em todo o País. Estes músicos eram convidados a ingressar na Banda, ficando esta muito mais rica em instrumentistas e como resultado, melhor qualidade artística e maior reconhecimento da sua qualidade a nível institucional, cultural e social.

Outro aspeto da sua eficiência é a “escola de transcrição” anteriormente referida. Para além dele próprio, existiam músicos na banda que, além de instrumentistas, eram excelentes transcritores. A boa utilização destes recursos humanos contribui para o enriquecimento do Arquivo Musical, uma das “joias” da Banda atualmente. O Maestro Fão

conseguiu deste modo conciliar recursos humanos e recursos materiais de uma forma eficiente. Isto é aquilo que hoje em dia se espera de qualquer líder em questões da utilização dos recursos que tem à sua disposição, sejam humanos, ou materiais.

- **Redes Sociais** - Quando no referimos a redes sociais temos tendência a associar este conceito com a internet, facebook, etc. No entanto o conceito de redes sociais surgiu inicialmente nos anos 50 do século XX através da investigação sociológica e antropológica, analisando estas duas ciências, padrões das inter-relações e interações que existiam na sociedade. Cada grupo, família, corporação, etc, tinha as suas redes sociais. Segundo Wellman e Berkowitz, *as estruturas sociais podem ser representadas como redes – como conjunto de nós (ou membros do sistema social) e conjunto de laços que representam as suas interconexões. Esta é uma ideia maravilhosamente libertadora. Dirige o olhar dos analistas para as relações sociais e liberta-os de pensarem os sistemas sociais como coleções de indivíduos, grupos ou simples categorias. Usualmente, os estruturalistas têm associado «nós» com indivíduos, mas eles podem igualmente representar grupos, corporações, agregados domésticos, ou outras coletividades. Os «laços» são usados para representar fluxos de recursos, relações simétricas de amizade, transferências ou relações estruturais entre «nós»* (WELLMAN E BERKOWITZ; 1991: 4 in PORTUGAL; 2007: 6).

No caso do Maestro Fão viveu numa época em que não existia internet, nem messenger, nem facebook, nem a maior parte dos meios de comunicação que conhecemos atualmente. No entanto as redes sociais existiam e construíam-se de outro modo. As qualidades musicais de Fão

eram conhecidas e reconhecidas em todo o País, tanto a nível militar como a nível civil, por isso mesmo, as suas relações de amizade e de conhecimentos profissionais constituíam aquilo que designamos de redes sociais. Os «nós» anteriormente citados poderiam ser bandas, desde militares a filarmónicas, as orquestras e a própria Instituição GNR. Os «laços» poderiam ser indivíduos que conhecia nessas e noutras, organizações, podendo ser diretores, músicos, maestros e oficiais e Comandantes da GNR. Eram estas redes sociais que lhe permitia saber onde existiam bons músicos em qualquer parte do País, e, por outro lado, seriam talvez essas mesmas redes sociais, que lhe permitiram operar mudanças tão profundas e duradouras na Banda da Guarda. Estas redes sociais não eram, nem mais, nem mais aquilo que Pierre Bourdieu (1985) designa de “capital social”, ou seja um *“agregado dos recursos efetivos ou potenciais, ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo* (BOURDIEU; 1985: 248). Neste sentido, foi a sua competência musical que lhe era atribuída que lhe permitiu a obtenção de um capital social elevado no que a estratificação social e cultural diz respeito, traduzindo-se numa rede social vasta, constituída através de nós e laços bem fortes e duradouros, bastante diferentes dos nós e laços das atuais redes sociais que apenas com um “click” desaparecem.

- **Eficácia** – *“Fazer as coisas certas”* – A biografia do Maestro Fão fala por si, assim como, o resultado final da sua obra, da qual ainda estamos a tirar partido atualmente. Através das inovações introduzidas na Banda da Guarda, já referidas anteriormente, permitiu que a missão deste agrupamento musical, resultasse em sucessivos sucessos artísticos, contribuindo para uma boa imagem cultural e social da Instituição GNR, assim como para o

enriquecimento cultural do País Testemunhos desta eficácia são inúmeros artigos publicados por alguns meios de comunicação social da época e que se prolongaram no tempo através dos Chefes da Banda da Guarda que continuaram a sua obra.

- **Planeamento Estratégico** - Em relação a este conceito, convém fazer uma exposição um pouco mais alargada, devido ao fato de ser um conceito, que qualquer organização deve ter sempre presente e para melhor compreensão de qualquer leitor menos esclarecido acerca deste conceito.

Muitos têm sido os contributos teóricos acerca deste conceito, cujas origens estão na arte militar da Antiguidade, sendo apenas no século XX aplicado a empresas e outras organizações.

A definição mais apropriada de planificação estratégica empresarial pode expressar-se nos seguintes termos “modo sistemático de gerir a mudança numa empresa com o propósito de competir com vantagens no mercado, adaptar-se ao contexto envolvente, redefinir os produtos e maximizar os benefícios” (GUELL, 1997:25, citado por GUERRA, 2000: 41).

Segundo os Argumentos de Neves (1996), *o planeamento estratégico é um processo criativo de identificação e acompanhamento das acções mais importantes, tendo em atenção as forças e fraquezas, bem como as ameaças e oportunidades* (NEVES; 1996:46).

Convém distinguir bem os conceitos de estratégia (objetivos e regras) e de tática (meios para lá chegar), designadas em certas ocasiões por “ações”. A tática aparece como uma decisão contingente. Uma estratégia inclui um conjunto de táticas que correspondem às decisões a tomar, segundo os diferentes contextos de evolução possíveis, para chegar aos objetivos propostos inicialmente.

Reeter-se-á que o planeamento estratégico fixa os objectivos que comprometem a longo prazo efeito duradouro, enquanto a tática - planeamento operacional – visa seleccionar e aplicar a curto prazo os meios necessários para chegar a esses objectivos. Os métodos estratégico e operacional são distintos e complementares, o primeiro remete para a inovação, o segundo para a valorização e a optimização (GODET; 1993: 259).

Iniciativa estratégica e iniciativa operacional

Características	Modo Estratégico	Modo Operacional
Finalidade	(Re) criação do potencial da empresa	Exploração do potencial Empresa
Objetivo	Eficácia: atingir objetivos durante um longo período	Eficiência: melhorar os Rendimentos a curto prazo
Tipo de interrogação	«Estamos a fazer as coisas que devemos?»	«Estamos a fazer as coisas como devemos?»
«Palavra de ordem»	Inovar	Otimizar
Tipo de iniciativa	Empresarial	Incremental (melhoramento marginal)
Atitude	Criar, modificar, pesar nas «Regras do jogo» (nomeadamente, competitivo)	Gerir dentro das regras do Jogo
Concretização	Decisões de investimentos estratégicos	Ações quotidianas

Fonte: Godet, 1993:259

Tabela 2

Regressando a Joaquim Fernandes Fão e não nos estando a referir a uma empresa, como é o caso de algumas citações anteriores, mas a uma organização, neste caso, a Banda da Guarda Nacional Republicana, podemos verificar que o modo como o Maestro Fão conduziu os destinos da Banda da Guarda durante 24 anos e como a conhecemos atualmente (neste caso a Banda Sinfónica), levamos a concluir que o seu modo de liderança, se enquadram, nos padrões do planeamento estratégico.

A obra de Fão, insere-se na definição de Guell (1997; citado por GUERRA: 2000), foi um modo sistemático de gerir a mudança tanto na estrutura da Banda como no reportório e cujo propósito não era competir no mercado, mas em certa maneira competir em termos da qualidade da oferta da qualidade musical que a Banda da Guarda passou

a ter, a adaptação à sua envolvente (ambiente externo) como sistema que foi feito através do reportório que executava, o qual era escolhido conforme o contexto espacial ou cultural do público a que os concertos se destinavam.

Outros dos requisitos que alguns autores abordam acerca do planeamento estratégico e que se podem, também, aplicar ao contributo de Fão na Banda da Guarda, é aquilo que é fundamental numa estratégia, ou seja, fixação de objetivos a média e longo prazo e as táticas (também existe quem defina por ações) os meios para alcançar esses mesmos objetivos.

Depois de analisada a vida e obra de Joaquim Fernandes Fão, e segundo a minha opinião (visão subjetiva), **os objetivos gerais** do Maestro Fão, aquando do seu ingresso como Chefe da Banda da Guarda, deveriam ser:

- Criação de uma banda sinfónica;
- Fazer da Banda da Guarda uma banda com um timbre mais rico e harmonioso;
- Produzir música de qualidade excelente;
- Que a Banda da Guarda fosse reconhecida como a melhor banda militar do País e um agrupamento musical de referência em todo o panorama musical português e no estrangeiro.

As táticas, já foram referidas anteriormente e passam pelos aspetos inovadores que ele implementou na Banda, a relembrar:

- Aumento do número de instrumentistas;
- Introdução de instrumentos de corda: violoncelos e contrabaixos;
- Transcrição e execução de grandes obras sinfónicas;
- Gestão eficiente;
- Gestão eficaz;
- Utilização de redes sociais na prospeção de bons músicos instrumentistas, e na promoção da Banda da Guarda Nacional Republicana.

Ilustração

Caricatura do Maestro J.F. Fão
VALENÇA, Francisco, 1882-1962.



Esta caricatura da época, sugere o Maestro Fão como se um brinde musical se tratasse.

Pelo que foi exposto, podemos concluir que o impacto que a chefia do Maestro Joaquim Fernandes Fão teve na Banda da Guarda Nacional Republicana no período entre, 1911 e 1935, as repercussões que teve no futuro deste agrupamento musical, pode definir-se como um caso de sucesso a nível da liderança e de estratégia organizacional, podendo ser um exemplo inspirador, para aqueles que chefiaram ou venham a chefiar a Banda Sinfónica da Guarda Nacional Republicana, assim como de quem os Comanda.

BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU**, Pierre, (1985), *The Forms of Capital*, in J. G. Richardson (org.), *Handbook of Theory and research for the Sociology of Education*, Nova Iorque, Greenwood, pp.241-248
- CROZIER**, Michel, (1965) *Para uma análise sociológica do planeamento francês*, in, *Análise Social*, N.º 10.
- FERREIRA**, Carvalho, J. M., **NEVES**, José, **CAETANO**, António, (2001), *Manual de Psicossociologia das Organizações*, Portugal, McGraw-Hill.
- GUERRA**, Isabel, (2002), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção, O Planeamento em Ciências Sociais*, Parede, Editora Principia.
- GODET**, Michel, (1993); *Manual de Prospectiva Estratégica, da Antecipação à Acção*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1993.
- LAPA**, Albino, (1941), *Subsídios para a história das bandas militares portuguesas, guarda Real de Polícia, Guarda Municipal e Guarda nacional Republicana*, Lisboa, Alma Nacional.
- PORTUGAL**, Sílvia (2007), *Contributos Para Uma Discussão do Conceito de Rede na Teoria Sociológica*, Universidade de Coimbra, CES, n.º 271

**CAMBRIDGE
SCHOOL**
PORTUGAL

Educação: o seu melhor investimento.
Investir em educação é a melhor forma de atingir objetivos pessoais e profissionais, alargar oportunidades e construir um futuro melhor.

INGLÊS | FRANCÊS | ALEMÃO | PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS

A Fronteira Externa do Espaço Comunitário do Atlântico Norte

Pelo Capitão de Infantaria

TIAGO LOURENÇO LOPES

O artigo ora apresentado pretende esclarecer e quantificar o desempenho das forças de segurança ibéricas na vigilância, prevenção e repressão, na imensa fronteira externa europeia do Atlântico Norte, numa perspectiva geoestratégica, das ameaças que atentam contra a segurança e o bem-estar dos cidadãos europeus. “A escolha de uma problemática não depende do acaso ou da inspiração pessoal. O próprio investigador faz parte de uma época, com os seus problemas, os seus acontecimentos marcantes, os seus debates, sensibilidades e correntes de pensamento em evolução” (Quivy, Campenhoudt, 2008, p.21). Na escolha do tema foi determinante a experiência profissional do autor na Região Autónoma dos Açores. Este artigo apenas versa sobre a dimensão do narcotráfico e das polícias espanholas.

DOS DESCOBRIMENTOS – A PRIMEIRA GLOBALIZAÇÃO, À ACTUALIDADE

Consolidada a fronteira terrestre peninsular, no século XV, as atenções dos povos ibéricos voltaram-se para o mito do imensurável mar Atlântico¹, forma de continuar a saciar a ânsia de conquista na única região que não tinha sido possível dominar nem de “marcar”.

No início da expansão marítima, as economias dos reinos ibéricos fidelizaram-se aos clientes dos intermediários de vários produtos no norte de África, como o ouro, a malagueta e os escravos (Mota, 2006, p.17). Com a expansão para o Atlântico, para muitas mercadorias, foi possível a sua “captura” directamente à origem e sem intermediários, por exemplo à Guiné.

Vasco da Gama ao inaugurar a carreira marítima para a Índia dá um extraordinário passo no conhecimento do regime de ventos do Atlântico, das correntes “e na forma de os aproveitar para traçar as rotas possíveis e adequadas” (Mota, 2006, p.16).

No regresso, para troca, as naus e as caravelas, eram carregadas com diversos produtos e escravos

acostumados a fumarem maconha². Mais tarde, no Brasil a maconha também foi utilizada para produzir fibras e na Europa os comerciantes também plantavam as sementes para a produção de fibras utilizadas pelos navios portugueses, espanhóis, holandeses, franceses e ingleses para construção das velas e cordas. Foi a “globalização” das sementes de maconha que foram espalhadas e plantadas por todo o planeta.

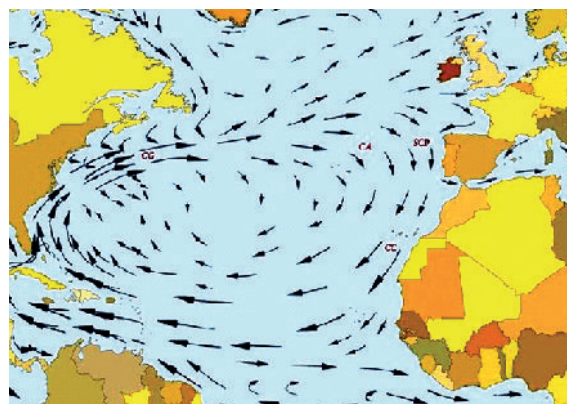


Figura 1. Regime dos ventos predominantes do oceano Atlântico.

Fonte: Figura transcrita do Instituto Geográfico do Exército Português, disponível em www.igeo.pt.

¹O nome “Atlântico” remonta à Antiguidade, em referência a um povo, os Atlantes, que habitavam o território que hoje é Marrocos. Foi designado na Idade Média por mar Ocidental e a partir de meados do século XV retomou a utilização do termo “Atlântico” pelo geógrafo flamengo Mercator.

²A maconha (palavra de origem angolana) é uma droga extraída de plantas com o nome científico de *Cannabis sativa*, com registos que remontam à China, na data de 2723 a.C., onde foram encontrados os primeiros restos desta fibra.

A Madeira e as Canárias tornaram-se portos estratégicos importantes para apoio às embarcações lançadas para o atlântico sul.

Os Açores, antes da epopeia do Colombo, asseguraram “uma escala essencial para a exploração do Atlântico” (Azevedo, 1984, p.99), por imposição do regime de ventos e das correntes marítimas atlânticas e no “retorno da Guiné, da Mina e de S. Tomé, e, logo a seguir, do Brasil, da Índia e, mais tarde, no regresso da América espanhola” (Mota, 2006, p.19) apoiam-se nas esfinges do atlântico médio para reabastecimentos e reparações.

Pelo mar do atlântico foram transportadas e partilhadas imensas experiências e descobertas. Em África, a angariação de mão-de-obra escrava para as tarefas difíceis foi banalizada com o transporte destes para a Península Ibérica, num modelo recôndito mais familiar e, por outro lado, para a América do Norte, onde a exportação de negros se processou de forma amontoada. Na descoberta da América, os espanhóis derrubaram o Império Inca³, exploraram a prata de Potosí⁴ e provaram⁵ a folha de coca. O hábito de mascar na Europa, hoje transfigurado em pó branco, contagia de forma criminosa os subúrbios das grandes cidades europeias, outrora com grandes aventureiros e pioneiros no domínio marítimo.

Portugal e Espanha, pioneiros da expansão marítima, foram os primeiros estados europeus a manter um forte contacto com as variedades botânicas da Ásia e das Américas, onde se incluem as actuais substâncias estimulantes, perturbadoras ou depressoras do sistema nervoso central, obtidas por meio das mais variadas ervas como a folha de coca (Avelino, 2009). A intensa interacção entre colonizadores e colonizados possibilitou a aquisição de conhecimentos acerca dessas novas drogas e a consequente introdução destas na Europa.

A rota do Atlântico Norte tornou-se o espaço

privilegiado e então único para o transporte destes “recursos económicos”. Eduardo Galeano⁶ (citado por Avelino, 2009), sobre a produção e comércio de cocaína na América espanhola, refere que:

“Os espanhóis estimularam intensamente o consumo de coca. Era um negócio esplêndido. No século XVI, gastava-se tanto, em Potosí, em roupa europeia para os opressores como em coca para os índios oprimidos. Quatrocentos mercadores espanhóis viviam, em Cuzco, do tráfico de coca; nas minas de Potosí, entravam anualmente cem mil cestos, com um milhão de quilos de folha de coca. A Igreja cobrava impostos sobre a droga. O inca Garcilaso de la Vega nos diz, em seus ‘comentários reais’, que a maior parte da renda do bispo, dos cônegos e demais ministros da igreja de Cuzco provinha dos dízimos sobre a coca, e que o transporte e a venda deste produto enriqueciam a muitos espanhóis.”

Na segunda revolução industrial, desenvolvida nos finais do século XIX, culminou numa série de progressos em diferentes áreas como a da indústria química, eléctrica, do petróleo e do aço. O desenvolvimento da indústria química trouxe consequências então incalculáveis para o mundo actual e futuro, como foi o isolamento do alcalóide⁷ - cocaína das folhas de coca, por Niemann em 1859.

Quanto ao *cannabis*,

A primeira utilização conhecida data a 8.000 anos A.C. na China para a fabricação de papel. Depois os chineses descobriram e aplicaram noutras formas o uso da planta, nomeadamente para produção de artigos têxteis e medicina. Mais tarde, os romanos, os indianos, os gregos, os africanos e os árabes também aproveitaram as potencialidades da planta, no seu consumo como alimento, medicina, combustível, fumo ou fibras utilizadas para construir cabos para cozer as velas dos navegadores.

³O Império Inca surgiu nas terras altas do Peru, estendeu-se ao longo das cordilheiras dos Andes para os actuais países: Equador, Peru, Noroeste da Argentina, Norte do Chile e Sul da Colômbia. Em 1533 os espanhóis derrubaram o Império Inca.

⁴Potosí é uma cidade da Bolívia, localizada a 4.000 metros de altitude com cerca de 200.000 habitantes. Entre 1600 e 1825 foi a cidade mais rica do mundo devido à exploração de prata a qual era exportada, na maioria, para Madrid. Ainda hoje se vende folha de coca nas entradas turísticas da mina, para “os trabalhos forçados” de subida e descidas das escadas para visita ao museu no interior da mina e para combater a doença da altitude.

⁵A prática de mascar folhas tira a fome, fadiga e ajuda a enfrentar a altitude, efeitos seculares enraizados no modo de vida dos índios para os trabalhos forçados e nos rituais religiosos.

⁶Avelino cita a obra de, Eduardo Galeano, *As veias Abertas da América Latina*, 1978, p.58.

⁷O Alcalóide é uma substância de carácter básico derivada principalmente de plantas. O da folha de coca é a cocaína. Site disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Alcaloide>.

O consumo e plantação da *cannabis* estão disseminados principalmente no oriente e norte de África.

Os países maiores produtores de *cannabis*, entre 2006 e 2008, segundo um estudo da ONU, foram Marrocos e o Afeganistão. A produção de Marrocos foi estimada em 21% da produção mundial. Apesar do Rei Mohammed VI de Marrocos dinamizar um conjunto de incentivos para a substituição das culturas de *cannabis* por outras, como por exemplo o milho, o país continua a liderar a produção.

A proximidade de Marrocos às Canárias, ao sul de Espanha e à Madeira e a Portugal Continental facilita o crescimento das ligações marítimas e aéreas, diárias, através do Mediterrâneo (Espanha – Marrocos), à extensa costa atlântica (Ilhã – Madeira – Canárias; Canárias – Marrocos; e Canárias – Madeira – Açores), constituem inúmeras vulnerabilidades que importa acautelar.

Os séculos passaram mas o fluxo de oeste do atlântico norte, continua a “caçar” as velas das embarcações, agora de recreio, entre a América e a Europa, normalmente com paragem logística e para descanso nas “esfinges do mar” de Vitorino Nemésio.

As embarcações provenientes do Atlântico Sul⁸ e das Caraíbas⁹, devido ao regime de ventos e por ser mais económico, navegam à vela, até às proximidades do grupo ocidental dos Açores com destino à Europa. Nesta rota a posição geográfica da região açoriana encaixa como um apoio logístico, natural, com a marina¹⁰ do porto da Horta, na ilha do Faial, a assumir um papel de relevo.

Em 7 anos, entre 2001 e 2007 inclusive¹¹ entraram nas marinas dos Açores 22.684 embarcações de recreio de 77 nacionalidades diferentes. A França é o país com mais entradas (6.381), segue-se a Inglaterra com 4.978, a Alemanha com 1.929, os Estados Unidos da América (EUA) com 1.871, a Holanda com 1.740, Portugal com 898, o Canadá com 608 e Espanha com 509.

Relativo só ao ano de 2009, o pavilhão das embarcações de recreio visitantes das ilhas atlânticas, também confirma domínio das tradicionais potências europeias.

Na Madeira as históricas ligações culturais aos ingleses justificam a sua presença maioritária das embarcações britânicas (130) na região, logo a seguir à França (122) e à Alemanha (106). Nos Açores os mesmos países aparecem no topo das embarcações que visitaram a região, com os franceses no topo (420) por razão das regiões ultramarinas das Caraíbas. O Reino Unido (362), Portugal (171) e a Alemanha (89) completam a lista das nações com maior expressão e presença nas marinas açorianas. Pela madeira viajaram embarcações de 33 nacionalidades num total de 696 registos. Nos Açores foram registadas 47 nacionalidades, num total de 1.562 embarcações.

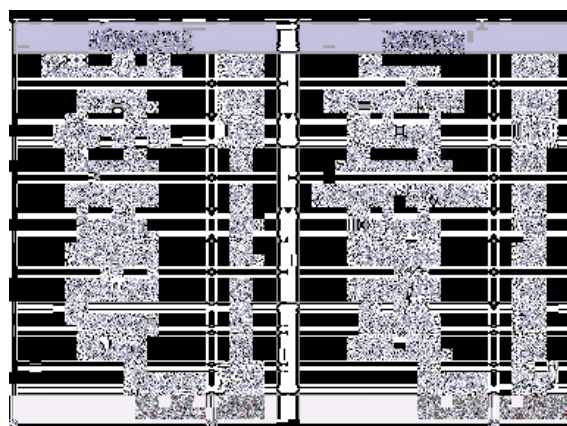


Tabela 1. Número de embarcações¹², por pavilhão, que no ano de 2009 visitaram as ilhas.

Fonte: Tabela transcrita dos dados fornecidos pelos Comandos Territoriais da GNR das regiões Autónomas.

A nacionalidade dos tripulantes, visitantes das ilhas atlânticas em embarcações de recreio é proporcional aos pavilhões. Também neste campo a França, a Alemanha e o Reino Unido representam o maior número de registos, quer na Madeira quer nos Açores. Na Madeira foram registados 242 tripulantes num

⁸São várias as origens possíveis das embarcações provenientes do Atlântico Sul, como por exemplo a Ásia, o Extremo Oriente, a África, o Brasil e outras regiões da América do Sul.

⁹Chamada “Índias de Castela”.

¹⁰A marina do porto da Horta é a quarta mais movimentada do mundo. Em 2009, bateu novo recorde ao ultrapassar mais de 1.300 entradas de embarcações.

¹¹Dados fornecidos pela GNR/Açores e recolhidos até 30 de Novembro de 2008.

¹²Não foi possível recolher os dados referentes às Canárias.

total de 59 nacionalidades. Nos Açores foram registados 5.038 tripulantes num total de 73 nacionalidades.

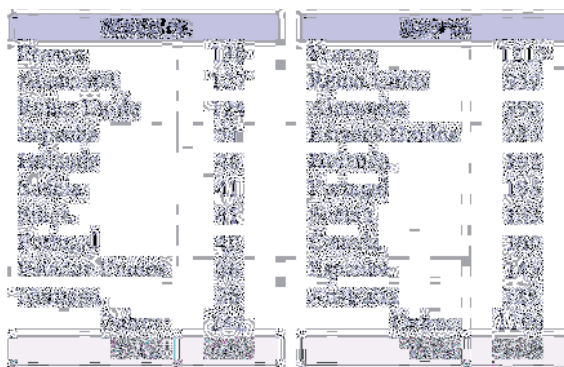


Tabela 2. Número de tripulantes, por nacionalidade, que em 2009 visitaram as ilhas atlânticas.
Fonte: Tabela adaptada dos dados cedidos pelos Comandos Territoriais da GNR.

Os países com mais registos de entradas de embarcações de recreio nos Açores, pertencem ao grupo de nações cujo seu território nacional, integra algumas das ilhas do mar das Caraíbas e com as quais mantêm fortes ligações históricas e culturais.



Figura 2. Embarcação apreendida pela GNR, em 2009, em Angra do Heroísmo, Terceira, Açores.

Neste sector marítimo, lúdico e económico, a posição geográfica das ilhas atlânticas, em especial, as açorianas, está integrada na rota da criminalidade que tem por objectivo o continente Europeu, sobretudo o narcotráfico.

Da análise à origem da última escala e do destino declarado das embarcações de recreio, por áreas geopolíticas/países, conclui-se que, em 2009, na Madeira ancoraram mais embarcações provenientes de Portugal continental (354), seguido das Canárias (185) de Espanha continental (73) e dos Açores (57). O destino de eleição dos velejadores chegados à Madeira é para as Canárias (525). O Continente Africano também é um dos destinos e procedência que se destaca das restantes áreas geopolíticas.

Aos Açores rumam mais embarcações com proveniência declarada na América Central – Caraíbas (771), seguido da França (95) e da América do Norte (91). A maioria destina-se ao Reino Unido (384), França (320), Espanha (212) e Portugal (179) continental. Entre as ilhas atlânticas também há um número significativo de viagens, com especial relevância para o percurso entre a Madeira e as Canárias com um registo de 525 embarcações de recreio.

Na comparação de dados entre as nacionalidades das embarcações, origens e destinos com os países que apresentam maior índice¹⁵ no consumo de cocaína, observa-se existirem vários países que aparecem no topo das prioridades de ambas as listas, nomeadamente a França, o Reino Unido, a Holanda, a Espanha, a Alemanha e a Itália.

A Península Ibérica é apontada como espaço de trânsito do narcotráfico, para o restante espaço comunitário, através do eixo criminal do sudoeste europeu, especialmente a proveniente dos países da América do Sul¹⁶ e do norte de África.

¹³Nos dados da Madeira só estão incluídos os registos de embarcações provenientes do exterior da Região ou os que tenham declarado saída para o exterior.

¹⁴Os dados dos Açores incluem alguns registos de embarcações residentes na Região, a maioria portuguesas, número que deverá corresponder a uma percentagem inferior a 5% do total das embarcações.

¹⁵Segundo o EMCDDA (Outubro 2008, p.20), entre Janeiro e Maio de 2008, os países europeus que consumiram mais cocaína, foram o Reino Unido, a Espanha, a Itália, a Alemanha a França e a Holanda. O EMCDDA (2009, p.68), com base nos resultados de inquéritos nacionais recentes, do último ano (2009), indica estimativas da prevalência de haxixe com maior incidência para a Itália (14,6%), Reino Unido (11%), Espanha (10,1%), República Checa (9,3%) e França (8,6%).

¹⁶Bolívia, Colômbia e Peru são os maiores produtores de cocaína.

	Madeira		Açores		Canárias	
	Origem	Destino	Origem	Destino	Origem	Destino
América do norte	5	8	91	32	-	-
América Central	7	19	771	26	-	-
América do Sul	2	10	40	6	-	-
África	37	22	23	15	-	-
Cabo Verde	2	9	-	-	-	-
Guadalupe	0	5	-	-	-	-
Martinica	0	3	-	-	-	-
Outros	2	12	-	-	-	-
Europa						
Açores	57	37	-	-	25	17
Madeira	-	-	33	42	525	185
Canárias	185	525	17	25	-	-
Espanha (Continente)	73	34	54	212	-	-
Portugal (Continente)	354	85	47	179	-	-
França	42	22	95	320	-	-
Reino Unido	6	2	36	384	-	-
Alemanha	-	1	-	-	-	-
Holanda	1	1	1	23	-	-
Irlanda	1	1	7	16	-	-
Itália	0	3	1	10	-	-
Gibraltar	44	14	-	-	-	-
Palma de Maiorca	2	4	-	-	-	-
Dinamarca	-	-	1	7	-	-
Bélgica	-	-	-	7	-	-
Escócia	-	-	-	3	-	-
Outros	-	3	-	10	-	-
Total	820	820	1.217	1.317	-	-

Tabela 3. Origem e destino das embarcações de recreio registadas nas ilhas atlânticas, no ano de 2009, por área geopolítica.

Fonte: Tabela adaptada dos dados cedidos pelos respectivos Comandos Territoriais da GNR. Não foi possível obter os dados referentes às ilhas das Canárias.

SUCESSOS OPERACIONAIS CRIMINALIDADE REPRIMIDA

Neste artigo apenas são apresentados os resultados recolhidos referentes ao narcotráfico.

Os sucessos operacionais analisados são o reflexo da eficácia operacional das polícias no cumprimento da sua missão, a prevenção e repressão da criminalidade.

Os dados recolhidos referentes aos sucessos operacionais das polícias, não são absolutos. Foram recolhidos os comunicados à população, em fontes abertas, com especial incidência, através dos sites das polícias, nos órgãos de comunicação social

ibéricos, mas também nos sites institucionais das polícias italianas, francesas, inglesas, irlandesas, sul americanas e das Caraíbas, entre outros divulgados nos relatórios técnicos anuais difundidos, principalmente, pela Polícia Judiciária (PJ) portuguesa. Foram ainda considerados alguns sucessos operacionais referentes à região das Caraíbas, à América do sul e do Mediterrâneo porque na análise dos recortes de imprensa foram identificadas referências em que o destino final seria a Europa.

Entre 2001 e 2010, foram recolhidos 301 sucessos operacionais divulgados à população, relacionados com a área geopolítica estudada. Foram ainda recolhidos vários sucessos operacionais anteriores a 2005 (14,9%), por terem ocorrido em pontos geográficos com interesse para o estudo, no entanto, foi dado especial ênfase à pesquisa entre 2006 (inclusive) e 28 de Outubro de 2010.

Dos sucessos operacionais divulgados e recolhidos, foram georeferenciados e integrados num programa informático que corre sobre o *google maps* para, através de vários filtros, analisar de forma estratégica o local da apreensão, a área geopolítica, o tipo de droga, o meio de transporte utilizado, as quantidades e o ano.

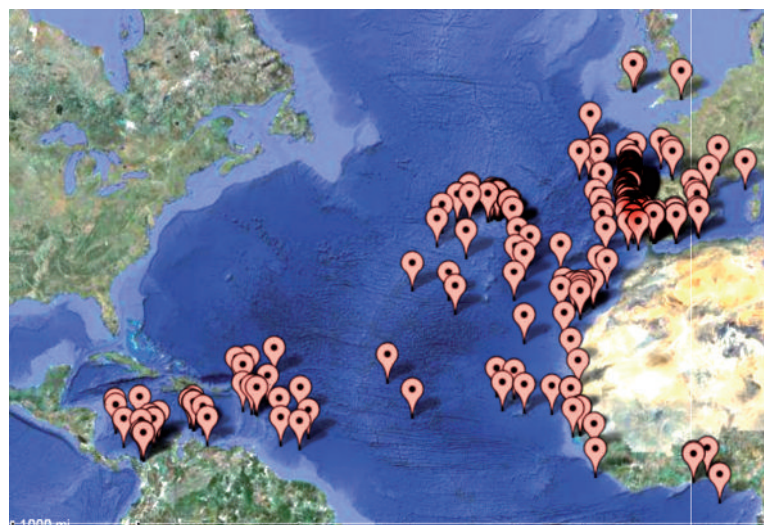


Figura 3. Localização aproximada do total dos sucessos operacionais (301), divulgados entre 2001 e 28 de Outubro de 2010.

Narcotráfico – dados globais

Os sucessos operacionais divulgados e recolhidos, respeitantes ao narcotráfico, referem-se, na sua maioria, a intervenções no mar¹⁷ ou na costa ibérica, respeitantes ao tráfico de cocaína (203) e, em menor quantidade, aos de haxixe (98), pelo que, outras substâncias psicotrópicas não têm qualquer registo.



Tabela 4. Sucessos operacionais, por número substâncias psicotrópicas e por quantidades.

Por ano são concretizados e divulgados na comunicação social e nos sites oficiais das instituições ibéricas de polícia, em média, mais de 50 sucessos operacionais, relativos às componentes investigadas.

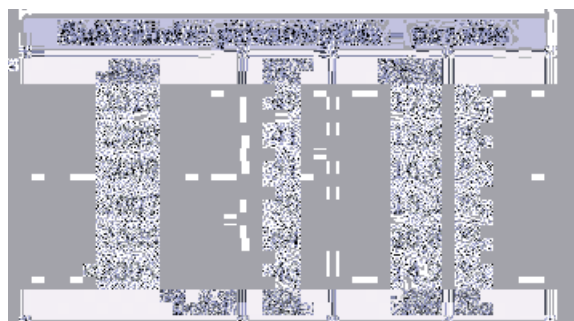


Tabela 5. Sucessos operacionais de substâncias psicotrópicas, por ano.

As quantidades de apreensões de substâncias psicotrópicas divulgadas são, numa percentagem considerável, inferiores a 50kg. Neste valor (<50kg) referem-se, na sua maioria a arrojos ao mar ou fardos isolados recolhidos ao longo da costa ibérica resultante das operações abortadas pelos traficantes. É de salientar que acima dos 4.000kg, face às quantidades em causa, foram registados também um número significativo de sucessos (31) operacionais. No total dos sucessos operacionais divulgados, 161 registos não têm qualquer referência ao meio de transporte utilizado, nem definem a sua natureza, outros, na sua maioria, referem-se a arrojos ao mar ou quantidades de droga apreendidas ao longo da costa

ibérica sem qualquer referência ao meio de transporte associado.

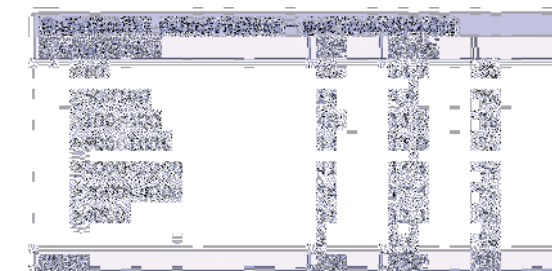


Tabela 6. Sucessos operacionais de substâncias psicotrópicas, por quantidades apreendidas e por quantidades.

Do total dos meios de transporte divulgados, só foi possível identificar o tipo de transporte em 147 dos sucessos operacionais. O meio mais utilizado é o veleiro (42,2%), a seguir o navio de pesca (21,8%) e a embarcação de alta velocidade (16,3%). O recurso a aeronaves (aviões e helicópteros) também tem 6 registos, num total de 4,1%. Por quantidade apreendida, nos navios de pesca são transportadas as maiores quantidades (43,1%), nos veleiros (29,9%) e nas embarcações de alta velocidade - EAV (14,5%).

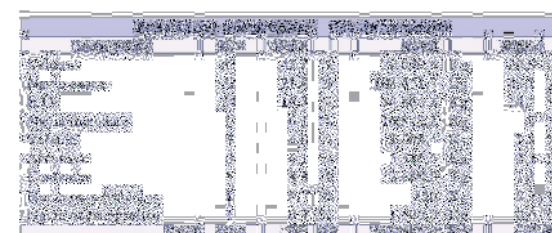


Tabela 7. Sucessos operacionais de substâncias psicotrópicas, por meios de transporte (Indicadores) e por quantidades.

Foi na costa portuguesa (137 registos – 45,5 %) que foram recolhidos mais sucessos operacionais divulgados, com base nos recortes à imprensa publicados nos sites oficiais das instituições de polícia e na comunicação social. O mar do Atlântico Norte (75 intervenções – 24,9%), principal objecto deste estudo, é uma das áreas que tem o segundo maior registo de operações policiais. No subtítulo seguinte será efectuado o estudo ao mar Atlântico Norte, com maior pormenor.

Por quantidades, é no mar Atlântico Norte que são apreendidas as maiores quantidades de substâncias

¹⁷Incluem também vários sucessos, apesar de em minoria, concretizados no mar das Caraíbas e no mediterrâneo.

(169.556,3kg – 41,1%), com números próximos dos obtidos na costa portuguesa (161.708,7Kg – 39,2%). As apreensões com maiores quantidades ocorrem no mar porque os meios de transporte proporcionam maior capacidade logística para cada operação.



Tabela 8. Sucessos operacionais de substâncias psicotrópicas, por região geográfica e por quantidades.

Narcotráfico – no mar¹⁸ do Atlântico Norte

Do total dos 301 registos divulgados foram isolados, 113 registos, respeitantes a sucessos operacionais ocorridos em pleno mar do Atlântico norte e nas ilhas da Madeira, Açores e Canárias.

A maioria das apreensões é referente a cocaína (100). O haxixe (13) tem um número muito inferior. Quanto às quantidades, têm a mesma expressão que na análise global, com a cocaína (88,5%) a ter 158.232,73Kg e o haxixe (15,1%) 28.073,6 Kg.

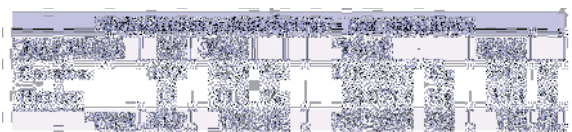


Tabela 9. Sucessos operacionais no Atlântico norte, por número e quantidades de substâncias psicotrópicas.

Entre 2006 e 2010, divulgaram-se uma média de 16 intervenções, por ano, no mar do Atlântico norte, coordenadas pelas diferentes polícias que têm por missão reprimir este espectro da criminalidade organizada.

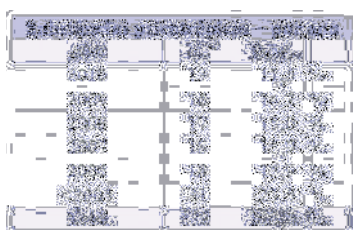


Tabela 10 Sucessos operacionais de substâncias psicotrópicas no Atlântico norte, por ano.

¹⁸Neste campo foram considerados os dados dos sucessos operacionais obtidos em pleno mar Atlântico e os que aconteceram na costa das ilhas atlânticas (Açores, Madeira, Canárias e Caraíbas) pelo que não foram considerados os dados referentes às apreensões ocorridas na costa ibérica continental, os vulgos desembarques.

A maioria dos sucessos está equitativamente dividida conforme espectro das quantidades, definidas na tabela abaixo indicada. As quantidades inferiores a 50kg são, na sua maioria, respeitantes a arrojos encontrados na costa das ilhas açorianas (S. Miguel, Terceira, Graciosa e Flores) e nas Canárias. Só nas quantidades superiores a 100kg é que se verificam apreensões significativas.

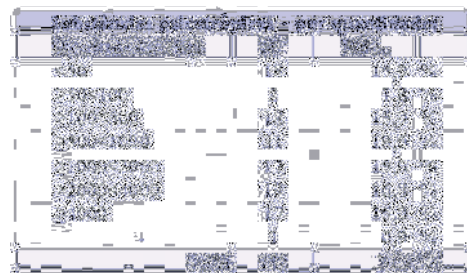


Tabela 11. Sucessos operacionais de substâncias psicotrópicas no Atlântico norte, por quantidades.

Os meio de transporte mais utilizado continua a ser o veleiro (42 – 37,2%), da mesma forma que na análise do registos globais. Igualmente o navio de pesca (22 – 19,5%) é o segundo meio de transporte mais utilizado e apreendido pelas polícias. Já no que diz respeito às quantidades, é nos navios de pesca que foram apreendidas as maiores quantidades (93.541Kg – 50,2%), seguido pelos veleiros (46.336,6Kg – 24,9%).



Tabela 12. Sucessos operacionais de substâncias psicotrópicas no Atlântico norte, por meios de transporte utilizados (Indicadores) e por quantidades.

Todos os sucessos registados na costa das Ilhas Atlânticas foram considerados como obtidos no Atlântico Norte. Foi no alto mar que foram concretizadas mais operações pelas polícias e apreendidas mais quantidades, num total de 76 (67%) sucessos, para 169.555,9Kg (91%). Na Madeira não há qualquer registo associado a este espectro e natureza da criminalidade estudada.



Tabela 13. Sucessos operacionais de substâncias psicotrópicas no Atlântico norte, por região geopolítica e por quantidades.

Sucessos operacionais, por polícia, globais e do mar Atlântico

Na fase de pesquisa foram recolhidos outros sucessos operacionais de outras polícias, além das ibéricas, porque ajudam a caracterizar o propósito da investigação e a criminalidade que atravessa a fronteira atlântica.

Conhecidos os sucessos operacionais das polícias nacionais, analisaremos de seguida só os resultados referentes às polícias espanholas, nomeadamente o Corpo Nacional de Polícia (CNP), o Serviço de Vigilância Aduaneira da Agência Tributária (SVA-AT) e a Guarda Civil (GC) entre outras estrangeiras.

Dados globais

Na análise por quantidade de estupefacientes, o CNP (65.294,8Kg) e o SVA-AT (62.947Kg), são as polícias com mais sucessos.

Além da análise possível dos resultados dos sucessos operacionais, por polícia, refira-se que o CNP espanhol é responsável pela maioria das intervenções no Atlântico a oeste da Galiza, a noroeste de Caminha. Os registos recolhidos pela GC são na sua maioria referentes a operações no mediterrâneo e no Atlântico na região das Canárias. O SVA-AT espanhola tem registos de operações no mediterrâneo, na

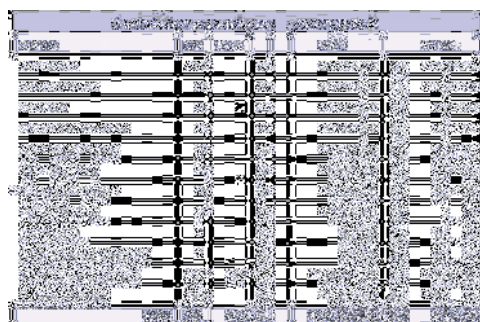


Tabela 14. Total dos sucessos operacionais das substâncias psicotrópicas, por polícia e por quantidades.

região das Canárias, no Atlântico a oeste das Canárias e um registo impressionante a mais de 1.500 milhas das Canárias, a sudoeste do Açores. A Marinha inglesa e a alfandega francesa têm vários registos de apreensões de cocaína na região das Caraíbas mas que se destinava à Europa.

Dados referentes aos sucessos operacionais obtidos no mar

Nos dados parciais referentes aos sucessos operacionais em pleno mar do Atlântico norte, foi o CNP (18) que divulgou o maior número de intervenções ocorridas no mar. Segue-se o SVA-AT (15). O SVA tem maiores quantidades de estupefacientes apreendidos, com 31%, quase quarenta toneladas retirados ao mercado no mar do Atlântico muito por intervir a longas milhas da costa, certamente nos navios antes dos transbordos.

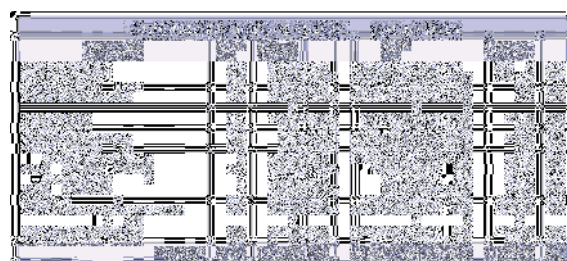


Tabela 15. Número de sucessos operacionais de substâncias psicotrópicas, no mar do Atlântico norte, por polícia e por quantidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CNP de espanhol cumpriu várias missões para a interceptação de navios e embarcações de recreio a oeste da Galiza, normalmente com a colaboração de outras polícias espanholas (GC e SVA-AT) mas também as inglesas e francesas.

O SVA-AT, enquanto polícia tributária, destacou-se pelas intervenções em pleno mar Atlântico no interior do triângulo estratégico constituído pelas ilhas atlânticas e a sudoeste dos Açores.

A GC assegura a vigilância do Atlântico no mar territorial e zona contígua entre as Canárias e a costa ocidental de África, com vista à detecção de imigrantes ilegais e do narcotráfico.

As polícias ibéricas têm um papel fundamental na re-

pressão da criminalidade organizada (narcotráfico) proveniente por via marítima pela profundidade da fronteira externa comunitária atlântica, destinada

através a costa ibérica e insular ao eixo criminal do sudoeste europeu.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Publicações

- Azevedo, Rafael Ávila de (1984). *A dimensão atlântica da civilização europeia do séc. XV*, In: [javascript:NewSearch\(%22Ti%22\)Os Açores e o Atlântico: séculos XIV-XVII](#): actas do Colóquio Internacional realizado em Angra do Heroísmo em 1983; org. Instituto Histórico da Ilha Terceira, pp. 95-107.
- Carvalho, Virgílio de (1995). *A importância do Mar para Portugal*, Instituto Nacional da Defesa Nacional.
- Davin, João (2007). *A criminalidade organizada transnacional*. A cooperação Judiciária e Policial na EU, Edições Almedina.
- Ebo, Isabel de Jesus dos Santos (2008). *A Geopolítica da Droga*, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- Meneses, Avelino de Freitas (1990). *Os Açores na conjuntura euro-atlântica de setecentos*, In Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, pp. 175-197.
- Mota, A. Teixeira da (2006, Janeiro). *As rotas marítimas portuguesas no Atlântico de meados do século XV ao penúltimo quartel do século XVI*. Documento disponível na Internet em www.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/Biblioteca/III/2-As%20Rotas
- Quivy, Raymond; Campenhoudt, Luc Van (2008). *Manual de investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, 5ª Edição, Lisboa.
- Rocha Gil, Maria Olímpia da, (1984). *Os Açores e a rede de negócios no Atlântico seiscentista*, In: [javascript:NewSearch\(%22Ti%22\)Os Açores e o Atlântico: séculos XIV-XVII](#): actas / do Colóquio Internacional realizado em Angra do Heroísmo, 1983; org. Instituto Histórico da Ilha Terceira, p. 555-575.
- Soares, Tito (2004). *Cocaína e dólares negros*, Operações da Polícia Judiciária, Edeline multimédia.

Relatórios Técnicos

- Brombacher Daniel, MAIHOLD Günther (2009, Dezembro 14). *The transatlantic cocaine business: Europe's options as it confronts new drug trafficking routes (WP)*, Working Paper 45/2009, Real Institute Elcano, Madrid – Spain, disponível em www.realinstitutoelcano.org.
- European Commission (2008, Novembro 13). *Non-paper on maritime surveillance*, Directorate-general for Maritime affairs and fisheries, Mediterranean and Black Sea.
- European Commission, (2009, December). *Eurobarometer 72 - Public opinion in the european union, first results*, Fieldwork: October - November 2009. Disponível em http://europa.eu.int/comm/public_opinion/index_en.htm, p. 11.
- European Community (2003, Fevereiro). *Caribbean forum of states (CARIFORUM - Caribbean Community) regional strategy paper and regional indicative programme (RIP) for the period 2003 – 2007*. Disponível em <http://ec.europa.eu/>.
- European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction (2007). *Cocaine and crack cocaine: a growing public health issue*, Lisboa, disponível em www.emcdda.europa.eu.
- European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction (2008). *Monitoring The Supply of Cocaine to Europe*, Lisboa. Disponível em www.emcdda.europa.eu.
- European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction (2009). *A evolução do fenómeno da droga na Europa*, Relatório Anual, Lisboa, disponível em www.emcdda.europa.eu.
- EUROPOL (2009). *EU Organised Crime Threat Assessment*, Netherlands.
- EUROPOL, EMCDDA (2010). *La cocaína Una perspectiva de la Unión Europea en el contexto mundial*. Disponível em www.emcdda.europa.eu.
- Instituto Português de Relações Internacionais (2006, Junho 5). *Estudo para a reforma do modelo de organização de sistema de Segurança Interna*, Relatório Preliminar, Lisboa.
- Kerlikowske, R. Gil (2010, Março 3). *Transnational Drug Enterprises (Part II): U.S. Government Perspectives on the Threat to Global Stability and U.S. National Security*, National Drug Control Policy, Executive Office of the President. Disponível em http://www.whitehouse-drugpolicy.gov/news/testimony10/3032010_nsfa_committee.pdf.
- ONU (2007, Outubro). *Rapport sur la situation du trafic de cocaine en Afrique de l'ouest*, Office contre la drogue et le crime, pp. 15-16. Disponível em www.unodc.org/.
- ONU (2008, Junho). *Coca Cultivation in the Andean Region 2007*. A Survey of Bolivia, Colombia and Peru, Vienna, disponível em www.onudd.org/documents/crop/monitoring/Andean_report_2008.pdf.
- ONU (2008, Outubro). *Tráfico de droga como uma ameaça à segurança na África Ocidental*, Departamento de Drogas e Crime. Disponível em www.unodc.org/documents/data-and-analysis/Studies/Drug-Trafficking-WestAfrica-English.pdf.
- ONU (2008). *The Threat of Narco-Trafficking in the Americas*, Vienna.
- Polícia Judiciária (2004 a 2010). *Combate ao Tráfico de Estupefacientes em Portugal*, Relatório Anual, Direcção Geral de Investigação ao Tráfico de Estupefacientes, Secção Central de Investigação Criminal. Disponível em www.policiajudiciaria.pt/.
- Polícia Judiciária (2009 Janeiro). *A ameaça do tráfico internacional de droga - As vias aéreas e marítimas*, Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de estupefacientes. Disponível no arquivo do Centro Europeu para Monitorização das Drogas e da Adição de Drogas (EMCDDA), Lisboa.
- UNODC (2009, July). *Transnational Trafficking and the Rule of Law in West Africa: A Threat Assessment*, Vienna.

Desigualdades do Género

Pelo Tenente-Coronel de Cavalaria
ARMINDO PAULO VAZ LOPES

* Pós-graduado em Psicologia do Trabalho e das Organizações,
pela Faculdade de Filosofia da UCP, Braga, Portugal.



Feminismo pós-moderno.
Perspectiva construcionista social para um equilíbrio nas relações
de poder

Resumo — Neste artigo pretende-se apresentar o quanto estão ainda presentes na sociedade as desigualdades nas questões do género. De há muitos anos a esta parte, o movimento feminista tem vindo numa luta incessante, e especialmente através de determinadas teorias, de que destacamos as teorias pós-modernistas, a elencar um conjunto de críticas às posturas das ciências mais tradicionais. Nesta linha, perspectiva-se o construcionismo social como uma teoria vantajosa e útil para a prática política feminista contemporânea, na medida em que esta é cada vez mais efectuada por alianças, e não uma unidade à volta da universalidade partilhada de interesses ou identidade. O construcionismo social vislumbra-se ainda como uma possibilidade de construção de um equilíbrio nas relações de poder entre homens e mulheres.

Palavras-chave: Género, feminismo, poder, construcionismo social, organização.

Introdução.

É uma realidade glosada a da existência de desigualdades no seio da sociedade no que às questões do género diz respeito, não obstante o incremento da mulher no mundo do trabalho nos anos setenta. O III Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género é um exemplo do reconhecimento político expresso da existência de desigualdades entre homens e mulheres e o propósito do Governo português, prevista que está a igualdade de género como direito fundamental consagrado na Constituição da República Portuguesa, de salvaguardar a garantia de um direito humano essencial para o desenvolvimento da sociedade e para a participação plena de homens e mulheres enquanto pessoas.

Nogueira (2006a) dá conta de longos anos de esforço feminista, determinante na evidente evolução da condição de vida de muitas mulheres. Porém, o seu posicionamento em matéria de liderança, em cargos reconhecida e socialmente tidos como relevantes para o exercício de poder nas mais variadas organizações, vem denunciando a evidente periclitância da estrutura social para o conceber proximamente.

Referem ainda *Pallarés; Powel* (1993, citadas por *Nogueira*, 2006a) que, independentemente de as mulheres representarem 40% do conjunto da população activa no mundo ocidental, não deixam por via disso de representar uma minoria em cargos de gestão e na política, verificando-se uma presença muito ténue e difusa em posições de topo, e concomitantemente em cargos de poder, com capacidade de influência, com possibilidade de trilhar e definir novos rumos, porque fontes de tomada de decisões. O presente estudo teórico pretende efectuar uma pequena análise ao nível das desigualdades do género, elencar teorias feministas e a sua influência nos estudos do género, bem como a possibilidade de o discurso

destas, em paralelo com um discurso construcionista social, poder perspectivar, enriquecer, consequentizar mudanças com vista ao equilíbrio das relações de poder nas várias cambiantes da vida familiar, social e profissional das pessoas, com especial ênfase nas organizações.

Desigualdades do género.

É de longa data a busca feminista pela erradicação da desigualdade histórica entre homens e mulheres. O patriarcalismo, reflexo do domínio androcentrista, sempre se assumiu como um valor determinante da prevalência dos ideais de virilidade, da força, da liberdade, da racionalidade, apanágios do homem. Por outro lado, associou à mulher as noções negativas de fragilidade, de paixão, de sensualidade, de inferioridade, de descontrolo e de escravidão, perspectivas estas que remontam já a Platão e a Aristóteles (*Nogueira*, 2001a). As primeiras iniciativas reivindicativas das mulheres surgem de forma sistematizada e estruturada na sequência dos ideais de cariz Iluminista.

Desta forma, pode dizer-se que na linha de noção de igualdade introduzida por Thomas Hobbes e John Locke, é no século XVIII que tem origem a reflexão teórica sobre as questões da liberdade e igualdade, considerando a pessoa como sujeito racional (*Nogueira*, 2006b). Exemplo ilustrativo da luta pela igualdade que acabámos de referir, é a publicação do livro “*A Vindication Of The Rights Of Women*”, em 1792, por *Mary Wollstonecraft*, onde esta autora exigia a independência económica para as mulheres, como forma de emancipação pessoal e de respeito pela igualdade (*Nogueira*, 2006b). Um outro exemplo contrastante de desigualdade entre mulheres e homens, por referência à respectiva exposição na esfera pública, é o apresentado por *Lopes* (2007), no referente à presença da mulher na informação televisiva, estudo cujos resultados se apontam no Quadro 1.

Refere a autora que, apesar de não notar

Ano	RTP	Mulheres %	SIC	Mulheres %	TVI	Mulheres %
1993	Debates	10.8	Debates	6.5	Debates	19
	Entrevistas		Entrevistas		Entrevistas	
	<i>Talkshows</i>	24.4	<i>Talkshows</i>	75	<i>Talkshows</i>	23
1996	Debates	20.5	Debates	3.1	Debates	19.6
	Entrevistas		Entrevistas		Entrevistas	
	<i>Talkshows</i>	52	<i>Talkshows</i>	----	<i>Talkshows</i>	----
1998	Debates	34	Debates	31.1	Debates	----
	Entrevistas		Entrevistas		Entrevistas	
	<i>Talkshows</i>	----	<i>Talkshows</i>	----	<i>Talkshows</i>	----
2001	Debates	10	Debates	----	Debates	----
	Entrevistas		Entrevistas		Entrevistas	
	<i>Talkshows</i>	----	<i>Talkshows</i>	----	<i>Talkshows</i>	----
2003	Debates	18.5	Debates	33.3	Debates	----
	Entrevistas		Entrevistas		Entrevistas	
	<i>Talkshows</i>	----	<i>Talkshows</i>	45.8	<i>Talkshows</i>	20.3

Quadro 1: Mulheres presentes nos programas de informação generalistas entre 1993 e 2003. Fonte: Marktest

assimetrias acentuadas no que respeita a desequilíbrios entre homens e mulheres, regista, no entanto, diferenças. Refira-se que, das várias análises efectuadas, a autora destaca que os homens ganhavam visibilidade mediática sempre que a televisão optava pelas discussões políticas, e perdiam espaço quando o debate elegia assuntos de âmbito social. “No que diz respeito à questão de género, pode afirmar-se o seguinte: na televisão os homens falam de gestão pública e as mulheres de assuntos privados” (Lopes, 2007).

Um outro exemplo de desigualdade é o apresentado por Nogueira (2006a), que nos diz que a subrepresentação das mulheres nos processos de tomada de decisão em Portugal está patente em vários sectores, apesar de Portugal ser, de entre os países da União Europeia, um dos que apresenta taxas de emprego feminino mais elevadas (65,3%). Ao nível do governo, e em relação aos ministros/as, secretários/as de Estado e secretário/as adjuntos, há apenas 6 mulheres para 53 lugares (11%). Na Assembleia da República há 45 mulheres deputadas para 213

lugares (21%). Quanto à administração pública (direcções gerais e equiparados), nas Juntas de Freguesia temos 157 mulheres para 3708 lugares (4%); nas câmaras municipais tivemos 308 presidentes de câmara eleitos em 2001, dos quais apenas 16 são mulheres (5,2%). Nas universidades e politécnicos, temos entre 8% a 17% de representação feminina. Nas associações, federações, ordens, sindicatos e sociedades, 20%. E, ainda, nos cargos de direcção de empresas, 7%. Como se pode comprovar, a representação das mulheres é assimétrica nos lugares onde o poder e a tomada de decisão são fundamentais.

Continua a ser raro encontrar mulheres em altos cargos associados ao poder político ou ao mundo económico. Aceder a postos de alto nível é muito mais fácil para os homens do que para as mulheres, mesmo quando eles estão menos bem preparados do que elas. O fosso entre a proporção de mulheres com treino e formação profissional adequados e aquelas que atingem posições de proeminência nas organizações é elevado. Todos os dados indicam que o número de mulheres de-

crece progressivamente conforme se ascende aos mais altos níveis da hierarquia. E, mesmo quando as mulheres chegam a ocupar postos de liderança, é frequente que seja em sectores de actividade económica tradicionalmente femininos.

Feminismos

Como vimos anteriormente, a condição de subalternização a que historicamente a mulher tem sido votada, fez suscitar um desejo e prática de mudança tendentes à igualdade.

Não foi em vão que o labor feminista foi despontando. Apesar de o conceito de feminismo suscitar ainda diferentes interpretações e consequentemente diferentes orientações, que confundem as pessoas, podemos defini-lo como “movimento social cuja finalidade é a equiparação dos sexos relativamente aos direitos civis e políticos” Oliveira (1964, p.424, citado por Nogueira, 2001a).

Voet (1998, citada por Nogueira, 2006³) faz a distinção entre três tipos de teorias feministas:

- Teorias feministas humanistas* - acreditam e lutam pela igualdade plena, sobretudo de oportunidades, entre as mulheres e os homens;
- Teorias feministas centradas nas mulheres* – acentuam a característica “mulher” e nela baseiam toda a lógica de subjectividade política;
- Teorias desconstrucionistas* – as feministas são designadas de pós-modernas e substituem as noções unitárias de mulher e de identidade de género feminino por concepções construídas, complexas e plurais de identidade social.

Kaplan (1992, citado por Nogueira, 2001a) afirma que é possível descortinar a existência de três vagas no movimento feminista: uma primeira situa-se em meados do século XIX, a segunda ligada aos movimentos do pós-2^a Guerra Mundial, e, por último, a terceira vaga, que se vive actualmente, designada por pós-feminismo.

A primeira vaga reivindica a emancipação das mulheres de um estatuto civil pautado pela subordi-

nação e dependência, jugo de que pretendiam desprender-se e verem a respectiva condição de cidadãos equiparada à dos homens. Esta condição de cidadania introduziria o direito ao voto e o acesso ao estatuto de sujeito jurídico. Foram causas incrementadoras desta vaga, nas suas vertentes histórica, política e social, a revolução industrial e as duas grandes guerras mundiais (Nogueira, 2001a). Face ao empenhamento dos homens na guerra, as mulheres tiveram que assumir as funções deixadas por aqueles, contribuindo de forma directa ou indirecta para o esforço de guerra acumulando as suas atribuições familiares que já detinham. Esta situação desencadeou posições diversas por parte de alguns autores: uns achavam que a competência demonstrada pelas mulheres, sendo que algumas delas assumiam funções definitivas no mercado de trabalho, é um factor muito importante para a sua emancipação, Powell (1993, citado por Nogueira, 2001a). Já outros acham que a situação expressa deve ser vista num quadro de emergência, para numa fase seguinte em que deixe de o ser, voltarem a desempenhar os papéis familiares, Kaplan (1992, citado por Nogueira 2001a).

Uma segunda vaga reporta-se à época que ronda os anos sessenta e que se prolonga sensivelmente até meados dos anos oitenta Kaplan (1992, citado por Nogueira, 2001a). Este período, refere o mesmo autor, que representou uma fase de grande actividade e inovação, apresenta como indicadores do desenvolvimento do feminismo o ambiente eufórico empresarial decorrente da explosão económica do pós-guerra e o consequente aumento dos níveis de vida em alguns países. Esta oportunidade proporcionou às mulheres multiplicar a sua integração no mercado de trabalho, fazendo-o agora num contexto diferente dos circunstancialismos criados pela guerra. Um outro factor importante a registar foi o surgir nos finais dos anos sessenta de um outro dinamismo no seio do movimento estudantil, bem como a introdução de um conjunto de inovações



tecnológicas e científicas na vida social.

Esta vaga caracteriza-se ainda pela ideia firme de opressão das mulheres, opressão no trabalho e em especial opressão dentro da família nuclear. Assim, desponta a crítica feminista que aponta valores tais como o casamento, o amor e as gestões parentais, como instituições formais e imutáveis, enformadoras de uma ideologia responsável pelas desigualdades entre os elementos do casal.

Nogueira (2001a) refere que, decorrida a primeira metade dos anos oitenta, a comunicação social anuncia repetidamente o fim do feminismo, atendendo à indiferença com que era encarado pelas camadas juvenis, alheias que estavam aos esforços do passado. Este facto, de entre outros, é marcante para o aparecimento da designada terceira vaga - pós-feminismo. Toda a dinâmica desenvolvida até então pelas mulheres para se libertarem do jugo da submissão, das práticas políticas e económicas injustas e se guindarem a um patamar de real integração e verdadeira cidadania, teria tido resultados positivos. A igualdade na lei estava alcançada, a formalidade legal era agora abrangente e generalizada, no entanto, do ponto de vista da vivência prática do agora normalizado, estava-se ainda aquém do

desejado. A vida social e familiar estava ainda refém das amarras do passado, o factor biológico mostrava-se ainda ideologicamente dominante.

Haste (1993, citado por *Nogueira*, 2001a) refere que a glória da autonomia tornou-se para muitos um pesadelo de obrigações, cujas recompensas financeiras não parecem justificar. *Davidson Cooper* (1992, citado por *Nogueira*, 2001a) fala da necessidade de reeducação dos homens para que se promova o funcionamento do casal como uma verdadeira parceria, em que o apoio mútuo gere equilíbrios de âmbito afectivo e familiar.

Nogueira (2001a) adianta que o posicionamento das mulheres, decorrente destas dificuldades e da vulnerabilidade cultural vivida, provoca o suporte de ideologias baseadas em crenças e conceitos de diferenças inultrapassáveis, reforçadas por teses de virtuosidade das mulheres nos domínios familiares e por outro lado do homem voltado para o instrumental público.

Esta categorização dos papéis sexuais gera estereótipos do que supostamente é do foro feminino, e do que é do foro masculino, que determinarão por sua vez quais os papéis sociais que a cada um estão reservados, *Amâncio* (1994, citado por *Nogueira*, 2001a).

A assunção da condição de feminista, por sua vez, também não pode na Psicologia Social deixar de ser vista como participação do pensamento e da acção de um grupo. Ora a dinâmica grupal não propala neutralidade, não combate a dualidade de posicionamento do género de que vimos falando. *Nogueira* (2001a) acrescenta que a busca do conhecimento contínuo, da verdade, pressupõe neutralidade, objectividade, ausência de paixão e desinteresse.

Morawski (1990, citado por *Nogueira*, 2001a), nos anos setenta, introduz o conceito de androginia, que concebe atributos femininos e masculinos pelo mesmo sexo, buscando-se por esta via desmontar a dualidade sexual comportamental. Esta é uma perspectiva teórica em que o indivíduo pode adoptar condutas mais

masculinas ou mais femininas, ser mais instrumental ou expressivo, em função do momento e do contexto em que age, adaptando-se às circunstâncias. Porém, esta perspectiva mostra-se antagónica aos interesses feministas uma vez que os padrões androgénicos julgados de referência eram de cariz socialmente masculinizante.

Alice Eagly (1987, citada por Nogueira, 2001a) na sua teoria do papel social, em cuja tese principal refere que as diferenças sexuais são o precedente dos papéis sociais, defende que é capital a mudança na divisão do trabalho para que seja possível operar mudanças nos papéis sociais. Isto é, equilibrando a participação das mulheres no mercado de trabalho, equilibra-se os respectivos papéis sociais, modifica-se o sistema de crenças, de valores e de competências e eliminam-se as diferenças sexuais. Naturalmente estes temas foram sofrendo o seu *Backlash*, as suas resistências, que são extensivas à psicologia popular e à ciência. Esta continua a perspectivar as relações sociais elencando sempre os assuntos relativos ao género através de visões categóricas e dualistas, as quais são da responsabilidade de sujeitos de pesquisa cujos métodos, predições, generalizações e crenças a psicologia empiricista feminista nunca desafiou.

Morawski (1990, citado por Nogueira, 2001a) mostra-se defensor de uma desconstrução do discurso feminista dualista. É preciso, segundo ele, rejeitar o dualismo. O conhecimento científico, a verdade, precisa ser vista e encarada como poder social.

Um discurso novo é assumido pelo feminismo pós-modernista, pelo que os modelos de conhecimento da verdade, por oposição aos da ciência empírica de racionalidade independente de qualquer sistema social, dependem das relações sociais vividas em determinado momento e contexto histórico, Burr (1995, citado por Nogueira, 2001a). Desta forma, a perspectiva construcionista social é encarada como uma energia suplementar para o discurso feminista.

Esta perspectiva privilegia o mundo social como uma construção humana que assenta em fundamentos de índole relacional e cultural, de constantes interações para gestão do poder e dos recursos. Não privilegia portanto os atributos individuais de teor essencialista, mas sim a riqueza, o conhecimento relacional. Boham (1993, citado por Nogueira, 2001a) exemplificava dizendo: “numa abordagem essencialista o género equivalente à ideia de pessoa amigável, enquanto numa perspectiva construcionista o género é algo análogo à ideia de uma conversação amigável”.

Construcionismo social. Perspectiva para um equilíbrio nas relações de poder

O Construcionismo Social mostra-se a escola que melhor reflecte o pensamento pós-moderno e se perspectiva para desconstruir pilares de modernidade como são: o conhecimento válido que represente correcta e fielmente a realidade; o objecto como elemento constitutivo do mundo; a realidade como dependente dos indivíduos, e, por último a verdade como critério decisório, Ibañez (1994, citado por Nogueira, 2001b). O conhecimento não é algo que se tem ou se possui, mas sim aquilo que se constrói em conjunto com outras pessoas. O horizonte de busca construcionista desloca-se da natureza das pessoas e da sociedade para a interacção e para as práticas sociais daí resultantes”, Gergen (1994a, citado por Nogueira 2001b).

Para Burr (1995, citado por Nogueira, 2001b), é a orientação anti-essencialista, o seu entendimento de linguagem como pré-condição para o pensamento e como forma de acção social e a sua focalização na interacção e nas práticas sociais, aliadas à perspectiva do conhecimento como especificamente histórico e cultural, que a diferenciam da abordagem da psicologia social tradicional. A teoria construcionista social questiona os pressupostos essencialistas e humanistas e dirige o enfoque para o domínio social, em detrimento do enfoque nas pessoas.



A psicologia move-se, assim, de forma que o que lhe interessa é o estudo do socialmente construído, o produto de discursos históricos e culturalmente contingentes que, por sua vez, transporta consigo uma extensa e intrincada rede de relações de poder. A pessoa está como que mergulhada num sistema histórico, social e político, que impede o seu estudo de forma independente e desengajada.

É elevado o interesse pelas teses construcionistas em virtude de apresentarem um discurso crítico e libertador do positivismo exacerbado da disciplina que levou ao essencialismo psicológico, *Burr* (1995; 1998b, citado por *Nogueira*, 2001b).

A perspectiva construcionista não se apresenta como uma solução mágica, decantadora e inibidora absoluta das condutas mais opressoras. Todavia, faz pensar os indivíduos que reconstroem aspectos de si próprios, bem como faz repensar um conjunto de categorias sociais tais como o género, a sexualidade, a raça, a cor e outras, *Burr* (1998b, citado por *Nogueira*, 2001b).

Neste sentido, veste a capa da abordagem construcionista social: aquela que adopta uma posição crítica perante o conhecimento que se nos depara como verdade; aquela que protagoniza a

ideia de que os termos e as formas pelas quais se consegue compreender o mundo, e cada um individualmente, são artefactos sociais, produto de inter-relações entre as pessoas com a especificidade histórica e cultural; aquela perspectiva de que determinada descrição do mundo ou da pessoa é sustentada ao longo do tempo, não por validação objectiva, mas devido às vicissitudes do processo social; aquela que defende que o significado da linguagem deriva do seu modo de funcionamento dentro dos padrões de relacionamento; e, por fim, aquela que observa que avaliar as formas de discurso existentes é ao mesmo tempo avaliar padrões de vida cultural *Nogueira* (2001b).

Decididamente, o construcionismo social critica a postura tradicional do positivismo e do empiricismo, da visão redutora da experiência e da observação de que as coisas são o que são porque estas últimas atitudes assim o descreveram.

Leitura flagrante, determinadora, castradora e orientadora de posturas e comportamentos sociais são as categorizações que as ciências tradicionais, empiricistas, proporcionam, mormente ao nível do género e ao nível da definição, fruto do resultado determinativo da observação, do que é a categoria homem e do que é a categoria mulher. Qual a razão por que, redutoramente, se fundamentam e se submetem as categorias da personalidade, da masculinidade e da feminilidade às categorias sexuais, interroga-se *Gergen* (1992, citado por *Nogueira*, 2001b).

Verifica-se pois um condicionamento absoluto do biológico que clama intervenção para a mudança por parte de um novo discurso crítico, desconstrucionista de um discurso tradicional eivado de dualismos e dicotomias categoriais, que não permite a ascensão paritária da mulher, a igualdade do género, a ocupação despreconceituosa de posições de poder, quer nas organizações quer noutros ambientes não profissionais, bem como relações equilibradas de poder.

Para o construcionismo, o mundo e as explicações e descrições que dele se dão não são

fruto de uma evidência observacional. A sua compreensão é encarada num contexto histórico e cultural próprio. A verdade é expressão de um momento histórico e cultural, não sendo correcto efectuar juízos de valor apreciativos ou depreciativos relativamente a verdades decorrentes de contextos históricos e culturais diferentes, Burr (1996, citado por *Nogueira, 2001b*).

O conhecimento é resultado do contacto interactivo entre as pessoas ao longo da vida. A acção social e o conhecimento interagem de forma que esta visão interactiva e de participação conjunta do mundo suscita novas e determinadas acções.

A linguagem é o veículo por excelência da perspectiva construcionista. Enquanto para a psicologia tradicional a linguagem tem um posicionamento posterior, assumindo-se como uma expressão do pensamento, para o construcionismo social a linguagem tem um posicionamento anterior, colocando-se como uma pré-condição do pensamento. A linguagem não é portanto a expressão de algo que já existe, um veículo passivo para os pensamentos e emoções, mas antes o resultado da criação, da construção, da relação e da interacção diária entre as pessoas, apresentando por isso um carácter performativo, Burr (1995, citado por *Nogueira, 2001b*).

É desta feita de relevar, segundo a perspectiva constitucionista de *Ian Parker* (1992), a importância, na análise dos discursos adoptados, de verificar como são construídos, atendendo por exemplo a factores como a personalidade, atitudes, preconceitos na construção dos sujeitos. É aqui de extrema importância a atenção que se deve dar à forma como é estruturado o discurso de poder das mulheres.

O caminho da mudança passa por um discurso construcionista, nomeadamente por parte das mulheres que já ocupam posições de poder ou são detentoras de cargos com capacidade para tomadas de decisão, no sentido de evitar de todo que se expressem utilizando discursos essencialistas e individualistas pautados pela distinção entre homens e mulheres, perpetuadores de

categorias tradicionalistas de sinal contrário a um discurso construcionista (*Nogueira, 2001b*).

Esta teoria construcionista social mostra-se assim de aplicação vantajosa para a prática política feminista contemporânea pós-modernista (*Nogueira, 2001b*).

A perspectiva desta última autora, cujo ponto de vista partilhamos, assumida como veículo da teoria construcionista/pós-modernista, com um posicionamento diferente da teoria feminista humanista e da teoria feminista centrada nas mulheres/*standpoint* feminista, permite desmontar e descaracterizar a visão dualista e dicotómica do género. Este passo é considerado fulcral para perpetrar mudanças sociais, que passam naturalmente por adoptar posturas pluralistas, já que os anteriores modelos detinham um cunho androcentrista do conhecimento, Flax (1990, citado por *Nogueira, 2001b*).

Segundo Flax (1990), Fraser Nicholson (1990) e Hareway (1990), no percurso a efectuar, a teoria pós-moderna feminista deve pressupor várias categorias, imbuídas de temporalidade, mas não-universalistas. Os respectivos métodos devem ser mais comparativos, atentos às mudanças e aos contrastes, em vez de buscarem leis.

Esta teoria deve ainda abandonar as noções unitárias de mulher e de identidade de género feminino, substituindo-as por concepções construídas, complexas e plurais de identidade social. Para melhor perceber o género na perspectiva construcionista social, é necessário evidenciar algumas críticas às abordagens empiricistas e às centradas na mulher.

São as duas de âmbito essencialista, segundo Boham (1997) e Hollander (1997), na medida em que conceptualizam o género como característica permanente e estável nos indivíduos. Na opinião de Crawford (1995), os modelos essencialistas assumem o género em termos de atributos internos e persistentes, mas separados das experiências de interacção que se vão sucedendo nos contextos diários sociopolíticos da vida.

Houve, de facto, uma tentativa assinalável de distinção das terminologias “sexo” e “género” durante a 2ª vaga do feminismo. Contudo, a força do essencialismo não permitiu que se atingisse tal desiderato. O sexo biológico não deixou que o sexo social – o género- se emancipasse e se disponibilizasse para a crítica social, daí decorrendo que o discurso das diferenças de género permaneça constantemente biologizado e centrado nos indivíduos. Contrapondo às teorias essencialistas, segundo Crawford (1995) e Denzin (1995), o construcionismo social encara o género como uma construção social, um sistema de significados que se constrói e se organiza nas interações, e que governa o acesso ao poder e aos recursos. Encara-o ainda não como algo imanente ao indivíduo, mas antes como uma forma de dar sentido às transacções, isto é, o género não existe nas pessoas, mas sim nas relações sociais.

Todos os processos relacionados com o género influenciam o comportamento, os pensamentos e os sentimentos dos indivíduos, bem como as interações sociais e ajudam a determinar a estrutura das instituições sociais e, naturalmente, das organizações. Os discursos imanentes do género assumem uma ambivalência feminino-masculino, de sinais contrários que acabam por perenizar a sua própria individualização e essencialização.

No entendimento de Hare-Mustin & Marecek (1990) e Unger (1990), através da perspectiva construcionista social, o conhecimento é aquilo que concordamos ser verdade num específico contexto de relações sociais. O género não é pois algo que está dentro dos indivíduos. O género é acordo, é relação, é aquilo que concordam que seja.

Acontece que, quer os homens quer as mulheres, uns mais do que outros, acabam por ter pensamentos e agir em conformidade com os traços que associam serem pertença deste ou daquele sexo. Desta forma, segundo Crawford (1995), as mulheres acabam por internalizar a sua desvalorização e subordinação. Nesta medida, segundo Hare-Mustin & Marecek (1990a), o género é uma invenção das sociedades humanas, é uma

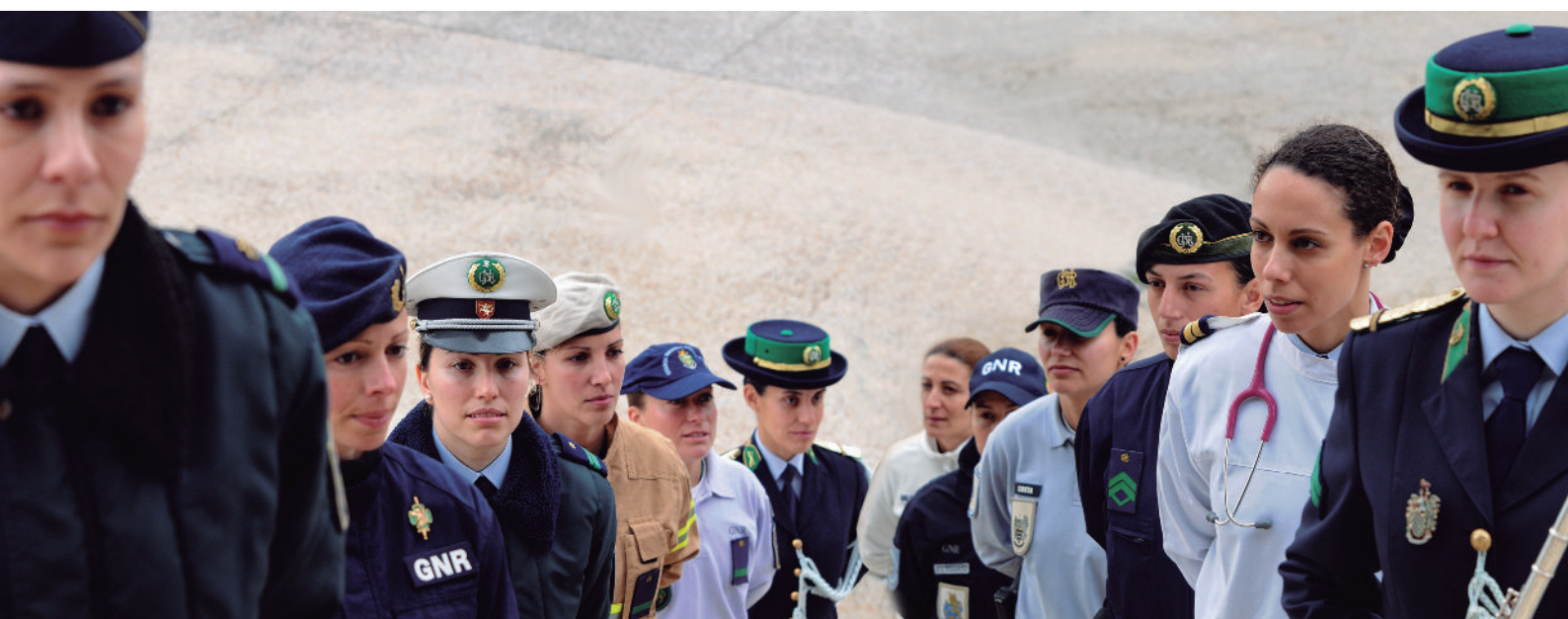
construção de configurações sociais que mantêm as diferenças entre homens e mulheres. Assim sendo, o género faz-se. O significado que assume decorre não do sexo, mas das relações individuais e contextos ambientais. Para ilustração do que acabamos de dizer, segundo Nogueira e Amâncio (1996), é comum dizer-se que determinada mulher em posição de liderança se comportou de forma masculina, e que determinado homem no desempenho de tarefas domésticas se comportou de forma feminina.

Segundo Gill (1995), uma solução para uma resposta de âmbito construcionista, para responder a críticas de relativismos, sempre prejudiciais para qualquer empresa feminista, em virtude de significar não adesão a compromissos, adviria da assunção de uma reflexividade que cada analista ou actor social deve adoptar nas suas posições e interpretações, que devem ser explícitas, reconhecidas e reveladas, sendo que pelas respectivas análises é claramente responsável.

Retomando uma ideia anterior, segundo Bohan (1997), quando aceitamos que os traços de responsabilidade estão localizados nos indivíduos, a responsabilidade da mudança passa a ser das pessoas, e não da sociedade.

Segundo Nogueira (2001a), o assumir de disposições individuais - os traços - acarreta respostas e tratamentos de desigualdade no acesso a posições de poder, com prejuízos evidentes para as mulheres, na convicção de que para o efeito são requeridos traços instrumentais, portanto masculinos. Nessa medida, é preciso desalienar-se de um conhecimento do tipo autoritário e normalizador, e construir um conhecimento libertador e emancipatório que lute contra a dominação, devendo para o efeito promover uma mudança radical.

Uma visão Foucaliana, na sua obra “*Arqueologia do Saber*”, segundo Silveira (2004), desenvolve uma teoria em torno da dualidade saber e poder. Essa visão perspectiva o saber como uma operatividade do poder, realçando que o próprio poder, mais do que um exercício concreto, é um



tecido de relações. O poder intervém materialmente sobre o indivíduo sobretudo no controlo dos gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos. Assim, afirma ainda, o poder não existe. O que existe são práticas e relações de poder. Nesta linha, referem ainda Ferreira, Neves & Caetano (2001) que o poder está presente em todos os processos organizacionais, de forma explícita ou implícita, nas relações sociais de tipo formal e informal, como são exemplo respectivamente os processos de liderança ou de tomada de decisão, bem como nas que escapam aos constrangimentos das estruturas hierárquicas. De igual modo, segundo Crozier e Frieberg (1977), as organizações são uma construção social que decorre dos objectivos e das estratégias dos actores que as integram e nelas operam.

É neste sentido que, entendemos, se encaminha o discurso construcionista social, um caminho sustentado por atitudes de compromisso relacional que poderão contribuir para um equilíbrio nas relações de poder.

Conclusões

Victória Camps (1998) crê que o século XXI será das mulheres. Todavia, estando certamente

no seu dealbar, no princípio do nosso artigo mostrou-se o quão efectivamente se está ainda aquém de tão exigente objectivo. A sociedade apresenta ainda sinais evidentes de supremacia masculina. Poderia aquela eventualmente pugnar por mais equilíbrio, o que, convenhamos, não seria correlativamente uma garantia de melhor qualidade, como por exemplo o caso que apresentamos sobre a presença da mulher na informação televisiva. Aqui podemos invocar Gilles Lipovetski (2000), segundo o qual a selecção de elites numa democracia fundamenta-se no talento, na competição e na igualdade meritocrática, e não na pertença a uma comunidade de género. No entanto, aflitivo é o ainda exercido pressuposto dicotómico homem público-mulher privada, assente num arcaísmo social determinista que gere e condiciona resultados ao ponto de, inevitavelmente, associar o exercício profissional aos homens, e a vida familiar às mulheres.

Num afã reiterado que remonta há muitas décadas o movimento feminista tem vindo, através de uma luta desequilibrada mas determinada, em vagas sucessivas, a promover um aumento do número de mulheres em posições de liderança e noutras posições ou cargos cujo poder ou influência possa levá-los a outros patamares de

dignidade, respeitabilidade e igualdade face ao androcentrismo vigente. O caminho feminista tem-se feito utilizando várias estratégias: inicialmente, teorias feministas de cariz humanista - igualdade plena entre homens e mulheres; seguidamente por teorias centradas nas mulheres - acentuando a característica “mulher” como fundamento de toda a subjectividade política; e, actualmente, as teorias feministas desconstrucionistas, também conhecidas como pós-modernas, que pugnam pela substituição de noções unitárias de mulher e de identidade do género feminino por concepções construídas, complexas e plurais de identidade social.

Esta teoria é vista como remuneradora para os propósitos feministas uma vez que utiliza o discurso construcionista social, que se caracteriza por mover o discurso centrado na pessoa para o domínio do social.

Para o construcionismo social as formas como se encara e compreende o mundo, as categorias e os conceitos em que suportamos a acção, são produto de contextos históricos e culturais. Assim sendo, o conhecimento e a verdade não podem ser

entendidos como resultado da simples observação, mas sim das inter-relações entre as pessoas, das especificidades do processo social do carácter criativo da linguagem num ambiente relacional...

Esta é, assim, uma perspectiva que abarca possibilidades argumentativas necessárias para enriquecer um discurso de mudança para uma maior representação das mulheres em lugares de poder, no seio das organizações ou noutros fóruns com idêntica susceptibilidade, porque, como dizia Foucault (1995) o poder não existe. O poder coloca em questão relações entre indivíduos. Prossegue, dizendo que não devemos enganar-nos: se falamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que alguns exercem um poder sobre os outros.

Segundo Voet (1998), é necessário que as mulheres adoptem um discurso político e se vejam como sujeitos políticos e, para isso, é necessário propor uma cidadania activa e paritária, na qual a participação política seja um valor em si mesma. Caso contrário não há cidadania plena.



Bibliografia.

- Araújo, E.(2005). **A relação entre pessoa e sociedade: um olhar a partir do tempo**. Comunicação apresentada no Congresso Internacional de Filosofia “Pessoa e Sociedade: Perspectivas para o século XXI”, Braga, Portugal, 16-18 Novembro 2005.
- Durand, J.(2006). **Saberes**. Braga. Universidade do Minho.
- Lopes, F.(2006). **Homens públicos mulheres privadas - a presença da mulher na informação televisiva**. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, Portugal.
- Machado, H.(2005). **Noções elementares sobre poder, desigualdades e classes sociais nas sociedades ocidentais contemporâneas**. Núcleo de investigação em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho.
- Marques, A.(2006). **O conceito de poder em Foucault: algumas implicações para a teoria das organizações**. Brasil. III Congresso virtual brasileiro de administração. Universidade Federal do Espírito Santo.
- Moessinger, P.(s/d). **Fundamentos da organização**. Tradução de: António M. Magalhães e Maria Gorete de Sousa. Rés-Editora, Lda.
- Nogueira, C.(2006a). **Feminismo e discurso do género na psicologia social**. Associação Brasileira de Psicologia Social
- Nogueira, C.(2001b). **Construcionismo social, discurso e género**. Associação Portuguesa de Psicologia.
- Nogueira, C.(2006a). **Os Discursos das mulheres em posições de poder**. Universidade do Minho, Portugal.
- Nogueira, C.(2006b). **Impressões sobre feminismos**. Universidade do Minho, Portugal.
- Pfeffer, J.(1994). **Gerir com poder: Políticas e influências nas organizações**. Tradução de J. Freitas e Silva. Venda Nova, Bertrand Editora.
- Rocha, C.(2007). **Relações de género, relações de poder: de uma cidadania instituída e excludente a uma cidadania comunicativa e instituinte**. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, Portugal.
- Saavedra, L.(1997). **Assistentes sociais, engenheiras e taxistas: uma análise dos estereótipos do género**. Universidade de Lisboa. Faculdade de Ciências. Departamento da Educação.
- III Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género (2007-2010)**. Diário da República, 1.ª série — N.º 119 — 22 de Junho de 2007.

Modelos de Policiamento

(Artigo de Opinião)

Pelo Coronel de Cavalaria

Gabriel Chaves Barão Mendes



A segurança interna baseia-se, hoje como ontem, numa actuação eficaz dos organismos policiais que são os instrumentos dos Estados, modernos e democráticos, para esse efeito.

Diz-se, por isso, que um dos campos de actuação do Estado mais visíveis é, precisamente, o provimento da segurança que o mesmo deve dar às populações. Sem esse sentimento de segurança, muitas outras actividades humanas das sociedades actuais ficam postas em causa, desde logo os movimentos diários e ocasionais das pessoas de forma livre e despreocupada, mas também o trabalho, a educação, o lazer, o turismo, ao mesmo tempo que se põe em causa, igualmente, a integridade física das pessoas e a própria propriedade privada e, nalguns casos, pública.

A segurança interna, enquanto fenómeno gerador das mais diversas doutrinas e, mais recentemente, em Portugal, como campo de disputa sobre a sua própria gestão, ocupação e manutenção, tem vindo nos últimos tempos a ser uma das bandeiras mais içadas na senda política. Sendo certo que, a um aumento de insegurança que se abata sobre as

pessoas corresponderá, por consequência, ao derrube de uma parte considerável do catálogo dos direitos liberdades e garantias com previsão constitucional. Este problema não se compadece com indecisões, com orientações pouco claras ou inexistentes, nem com planos superficiais ou de firmeza duvidosa e, naturalmente, não pode ser deixado como factor de disputa de propriedade nem ser submetida a comparações com outros países com índices de insegurança maiores, pois isso pode ser um erro crasso e nunca será desculpabilizante nem facto que sossegue alguém. Como se costuma dizer, com os problemas dos outros podemos nós bem, urge sim resolver os nossos tenham a dimensão que tiverem. O aumento da criminalidade, visto de forma objectiva e sem as fintas estatísticas a que por vezes não se resiste quando em vista está a informação ao público, não se sabe se para sossegar as populações, se para escamotear números ou se para se justificar políticas

de segurança, será sempre um indicador da eficácia, ou ineficácia, das políticas e das estratégias de actuação de que não nos podemos alhear.

Nesta linha de pensamento, será própria, mais uma vez, uma reflexão profunda, concertada e que abranja o maior número de contributos para a construção de um modelo de policiamento que seja norteador pelos princípios da visibilidade, proximidade, permanência e de actuação proactiva em detrimento da actuação reactiva.

A Segurança não pode ter “horário de expediente”.

Um dos aspectos mais sensíveis com que nos deparamos quando nos debruçamos sobre este tema é, precisamente, a disponibilidade dos efectivos policiais envolvidos e a constância com que esta actividade obrigatoriamente tem que ser realizada, e neste ponto tem que haver coerência, perante o dispositivo que existe, esteja bem ou mal distribuído, não é sério falar-se de horários de referência e é perigoso balancear-se esforços de patrulhamento para horários diurnos e esvaziarem-se certos períodos nocturnos.

O combate à criminalidade não pode erguer-se e sustentar-se em operações pontuais de maior intensidade em determinados períodos mas, principalmente, em patrulhamento constante que esteja efectivamente no terreno a qualquer hora do dia e em qualquer dia da semana, ora;

Ou é nesta perspectiva que se faz um estudo de distribuição de efectivos e de meios e se desenha uma estratégia de actuação policial ou corre-se o risco de, face a aumentos pontuais de criminalidade se recorra a operações intermitentes de maior intensidade, as quais deveriam ser excepção e não regra.

Neste ponto, que se reflecta igualmente na operacionalidade e razão de existência de Postos com poucos efectivos que mais não são do que postos de atendimento com horário certo. Esta realidade acaba por sorver efectivos e por ter um papel tolhido no conceito de operacionalidade e aplicação de meios no contexto mais genérico do combate ao crime.

A segurança faz-se com mobilidade e meios adequados:

De outra forma nunca se alcançarão níveis de sucesso razoáveis, tudo o mais será especulação. Uma polícia que faça uso de meios, de suporte à actuação, envelhecidos e de baixa operacionalidade não conseguirá fazer face ao tipo de crime actual cujo factor comum é a mobilidade viária. Todos os crimes cometidos, seja qual for a sua natureza, pressupõem movimento anterior e posterior por estrada e, será nesse domínio que podem ser interceptados, salvo os casos decorrentes de investigação e que levem a detenções domiciliárias. Quando, definitivamente, isto for tido em consideração, teremos que reformular a estratégia policial de actuação, fazer um levantamento de meios necessários que levem ao cumprimento dessa nova estratégia, dar a formação e a motivação adequada aos efectivos empenhados, criar-se vias de transmissão de informações em tempo real, sem ser através de telemóvel, pois, é fundamental que todas as patrulhas presentes numa determinada área tenham acesso às transmissões em curso em certo momento, através de centros de transmissão activos, conhecedores da área, com conhecimento da localização de todas as patrulhas, com domínio de conceitos operacionais de aplicação de meios, com capacidade de dar informações a todas as Unidades laterais para se concertar uma acção conjunta.

Sem estas bases, não se profissionaliza a segurança. Tenderemos sim, a reagir, a “tapar buracos”, a sermos ocasionais, a tentarmos e esperar a sorte e o acaso.

Quando se conseguir que perante uma ocorrência, surjam diversas patrulhas vindas das proximidades, ou que se consiga restringir o movimento dos criminosos através do corte de vias de presumível fuga através de uma acção conjunta do patrulhamento de área, então estaremos mais perto de um modelo mais perfeito e actuante.

PASSADEIRAS

Passar sim, mas que seja seguro!

Pelo 1.º Sargento

Daniel Mendes Fernandes



O presente trabalho foi realizado no âmbito de um conjunto de medidas práticas que visam a diminuição do número de vítimas de atropelamento na travessia das redes viárias a nível nacional, tendo como referência a cidade de Viseu.

Na análise concreta da passadeira, enquanto forma física local de atravessamento da rede viária, o estudo apresenta os seguintes aspetos:

- 1 Levantamento localizado de pontos de referência, cuja utilização das passadeiras revele elevada perigosidade ou até que sejam inexistentes nestes pontos;
- 2 Cálculo de valores de luminosidade em LUX (Lumens por m²), em passadeiras que em ambiente noturno representam perigo para os seus utentes, devido à ausência de valores mínimos necessários;
- 3 Recolha de imagens obtidas em períodos diurnos e noturnos, que atestam perigosidade para o peão na aproximação de qualquer veículo, por motivos diversos adiante demonstrados;
- 4 Propostas economicistas necessárias à melhoria das condições e modificações, de modo a que os problemas ou deficiências sejam sanadas o de forma eficiente e eficaz.

Durante anos, as passadeiras foram colocadas da forma mais prática possível, beneficiando a travessia pelo local natural de passagem, garantindo acessibilidade em todos os entroncamentos, entradas de rotundas, e outros acessos. Por outro lado esta colocação revelou, com o conseqüente aumento do tráfego, falhas no domínio da segurança para o peão num primeiro momento, e garantir a fluência do trânsito automóvel, num segundo momento, de modo a privilegiar a relação tempo/espço necessária para que o condutor imobilizasse o veículo de forma segura, aquando da aproximação de um peão.

O local escolhido para efeito de modelo deste estudo, foi a cidade de Viseu, com as respetivas necessidades no domínio da segurança. Os locais analisados representam uma amostra suficientemente esclarecedora das deficiências, propondo soluções viáveis.

Enquanto medida estatística foi elaborado questionário a 250 habitantes locais, que pelo seu

resultado provaram que partilham das mesmas preocupações quanto a este tema, revelando interesse e reconhecendo urgência na resolução desta matéria. Durante o questionário foi entregue aos inqueridos um folheto informativo relativo à segurança de peões.

Para o efeito foram consultados diversos estudos internacionais, dos quais destacam-se: National Highway Traffic Safety Administration; Federal Highway Administration; University of North Carolina's Highway Safety Research Center, dos EUA. A nível europeu, desenvolveram-se estudos cujos resultados foram consideravelmente superiores, comparativamente com os EUA. Países do norte de Europa como Dinamarca, Áustria, Suécia, Suíça e especialmente Holanda e Alemanha têm realizado obras de referência para os mobilizados sem motor. Atribuíram vias apropriadas nos centros urbanos, reduzindo a velocidade nas localidades, especialmente nas zonas residenciais, e condicionaram a circulação automóvel. Tais medidas foram adotadas por algumas cidades portuguesas.

Comparando as estatísticas entre os EUA e a Holanda, verifica-se que na Holanda existe o dobro de peões para metade dos acidentes, em qualquer das faixas etárias.

O trabalho académico *"Making Walking and Cycling Safer: Lessons From Europe"* realizado por John Pucher e Lewis Dijkstra, refere que na Europa a percentagem de cidadãos com idade superior a 65 anos, que circulam a pé ou de bicicleta, é nitidamente maior à dos EUA, onde os peões não temem essa forma de mobilidade.

Esta comparação de dados estatísticos entre países, não deixa de ser interessante para Portugal, uma vez que na Alemanha e na Holanda cerca de 20 a 24 % das viagens para o local de trabalho são efetuadas de bicicleta ou a pé, enquanto no nosso país essa forma de mobilidade ronda apenas os 10%.

Em termos de estudos efetuados a nível nacional, destaca-se o *"Manual do Planeamento de Acessibilidade e Transportes da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte"*, de Dezembro de 2008, que no seu capítulo 8 – Peões, explora de forma exaustiva a teoria das infraestruturas pedonais.

Retomando a sequência deste trabalho, devemos analisar um aspeto essencial representado na distância "segura" de travagem.

Para efeitos de cálculo da distância mínima a que uma passadeira (em toda a sua extensão), deva ser visível pelo condutor no interior de um veículo automóvel, num ponto situado a 75% da distância entre a berma e o eixo da via, cuja visão se situe entre 1,2 e 1,4 metros de altura, obtendo-se a distância de 30 metros.

A esta distância consegue-se uma travagem em segurança, salvaguardando a integridade dos peões, bem como permite evitar colisões por alcance, os designados choques em cadeia, junto às travessias das redes viárias.

O Relatório Anual do Observatório de Segurança Rodoviária da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária-ANSR, apresentado em 2011, conclui a existência do aumento de acidentes pedonais. Destes dados retiramos provas claras da urgência

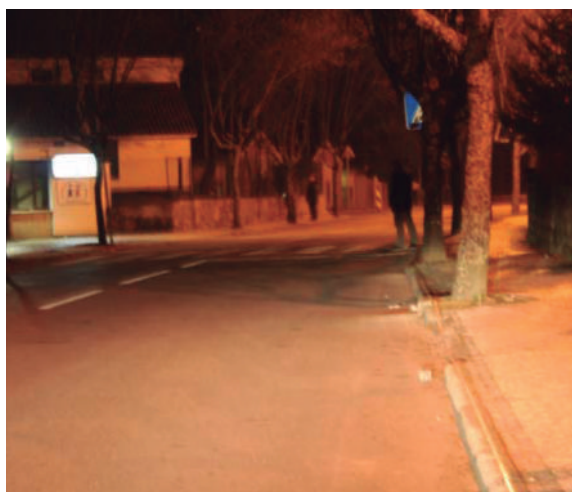
Velocidade (km/h)	30	40	50	60	70	80	90	100
Distância (m)	12,75	18,97	26,19	36,91	46,96	58,18	70,52	86,77

Distância de travagem de um veículo com mecanismos de travagem aprovados em Inspeção Periódica Obrigatória, incluindo o tempo de reação do condutor nas condições de piso seco, de alcatrão betuminoso e em bom estado de conservação:

em trabalhar no domínio da segurança pedonal nas travessias da rede viária.

Para o efeito, foram analisados diversos locais de atravessamento viário em períodos noturnos, verificando-se que existem razões diretas que tornam as travessias viárias perigosas.

O ideal seria que as passadeiras fossem colocadas em locais sem que nada impedisse a sua perfeita



Deficiente sinalização e iluminação

visualização. Como este trabalho se destina a ser realista e prático, evitando a utopia, propõe-se um conjunto de soluções com vista à diminuição real do perigo nos locais onde as passadeiras são



Dificuldade de visualização da passadeira

colocadas, de forma a serem visíveis a uma distância mínima de 30 metros.

Com base no trabalho de Tzveta Panatoya da Universidade da Flórida “Lighting Illumination Levels” (níveis de luminosidade), refere estudos sobre a iluminação a utilizar em campos universitários, que com base nestes locais, prevêem-se valores mínimos que cada tipo de via pedonal e automóvel deve dispor.

O valor médio de luminosidade que as passadeiras devem ter em toda a sua extensão durante o período noturno, será de aproximadamente 32 lux, sendo que das recolhas obtidas, verificou-se que a maioria se situa abaixo de 20 lux. Nestas condições de visibilidade reduzida, qualquer condutor terá dificuldade em observar o peão e efetuar uma imobilização atempada, tendo como referencia uma velocidade máxima de 50 km/h.

As imagens foram obtidas entre 9 e 20 de Janeiro de 2012, demonstrando o que o condutor de veículo automóvel perceciona junto às travessias da rede viária, em zonas urbanas sensíveis.

Proposta de soluções.

São várias as soluções que se propõem, no sentido de diminuir o risco de acidentes nas travessias viárias, ponderadas caso a caso mediante a sua colocação, luminosidade e sinalização. Tal como referido anteriormente, grande parte das soluções apresentam-se pouco dispendiosas face ao futuro benefício. No entanto, existem alguns casos, que pela sua complexidade exigem maior investimento com a realocação do acesso à infraestrutura, no sentido de “obrigar” o peão a efetuar essa travessia em segurança.

1- No que respeita à luminosidade noturna equacionaram-se as seguintes medidas:

- a) Relocação de postes de iluminação para beneficiar o acesso às passadeiras;
- b) Alteração da tonalidade/intensidade da iluminação noturna junto ao acesso da passadeira, de forma a diferenciar o local (cor HPS-âmbar, cor MH-branco tipo xénon);

c) Alerta-se para o cuidado na adoção de medidas de poupança energética, para não desligar a iluminação pública nos postes próximos das passareiras;

d) Colocação no pavimento de leds intermitentes nas passareiras que não dispõe de qualquer iluminação aérea.

2- Eliminação de obstáculos que impeçam a visualização da sinalética vertical e das próprias passareiras. Destacam-se árvores, ramos, postes, contentores de lixo e até publicidade que ocultam a sinalização de passareira, bem como o seu próprio acesso. No acesso às passareiras, existem casos de árvores que pela sua colocação e crescimento, tornaram o piso de tal forma irregular, que dificulta o acesso e travessia. Considera-se igualmente pertinente a ausência de rampa de acesso às passareiras, constringendo a utilização de cidadãos com mobilidade reduzida. Há mesmo casos de infraestruturas construídas com rampa em apenas um dos lados, e desses destinam-se à entrada de garagens;

3- Em zonas escolares, propõem-se a colocação de guardas metálicas, tipo corrimão junto às passareiras, obrigando à circulação dentro do espaço previsto e não na rede viária. Por outro lado, estas barreiras têm a vantagem de evitar estacionamento sobre passareiras e passeios nestes locais;

4- Reforço da fiscalização rodoviária junto dos estabelecimentos de ensino durante os horários de entradas e saídas, por se verificarem paragens e estacionamentos que possam originar atropelamentos;

5- Deslocação de cartazes publicitários que inviabilizam a visualização dos acessos às passareiras;

6- Reorganização de alguns locais de estacionamento destinados a operações de cargas e descargas, por se encontrarem junto das passareiras, uma vez que os veículos destinados à utilização destes lugares têm média e grande dimensão, ocultando o peão no acesso às passareiras;



Travessia pedonal elevada

7- Nas zonas de trânsito mais lento, e em locais onde o tráfego pedonal seja considerável, as passareiras devem ser elevadas em relevo com sinalização adequada;

8- Colocação de radares fixos que limitem as velocidades máximas permitidas, sendo mais indicado para vias de circunvalação ou circular externa;

9- Apostar numa bolsa de voluntários com formação adequada, ministrada por entidade credenciada, permanecendo devidamente identificados junto às passareiras principais das áreas escolares, nos horários de maior fluxo, de modo a auxiliar as travessias;

10- Por fim, a proposta que se revela de maior importância prende-se com a **relocalização** de passareiras, em locais cuja velocidade máxima seja de 50 km/h, não sendo praticada nem respeitada pela maioria dos condutores. Uma das questões mais pertinentes do inquérito foi da obtenção da opinião quanto à deslocação das passareiras de forma a melhorar o seu acesso. 98% dos inquiridos concordaram com esta medida, embora reconheçam que esta melhoria só seja possível com a colocação de guardas metálicas.

Sem utopias, acredita-se que parte dos inquiridos afirmaram aprovar esta “nova” distância a percorrer, embora reconheçam que não o fariam,

devido à tendência de travessia pelo local mais natural, daí a necessária colocação destas guardas metálicas. Verifica-se diariamente um número elevado de peões a circular fora das passadeiras, facto que ao longo do ano tem provocado atropelamentos a menos de 50 metros de passadeiras.

Para além da realocação das referidas passadeiras, quando a largura do separador central o permitir e ter duas vias por sentido de trânsito, estas deveriam ser construídas com refúgio para peões, ou seja o peão é obrigado a percorrer uma distância de 3 ou 4 metros nesse separador central, contra o sentido de trânsito antes de efetuar a passagem das vias.

Num momento de menor conforto económico e social, devemos refletir o modo como melhorar e aproveitar os recursos disponíveis ao nosso alcance, não só no sentido de diminuir as despesas públicas e privadas, mas também de melhorar as condições diárias que garantam a nossa segurança, enquanto cidadãos. É precisamente neste último aspeto que o trabalho foi desenvolvido, sem quaisquer fins lucrativos nem políticos.

Através de algumas das soluções anteriormente apresentadas, de aplicação rápida e de menor custo, esperamos que deste trabalho resulte uma maior prevenção ativa nas travessias da rede viária, de modo a diminuir os atropelamentos de peões e colisões de automóveis por alcance nestes pontos.



Bibliografia específica:

- ALDANA, Karen *Consumer Advisory. Traffic Safety Agency urges pedestrians to walk with care. Use Crosswalks*, Washington, NHTSA, 2012
- Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, Relatório Anual de 2011
- PEREIRA, Júlio *Manual de Planeamento e Acessibilidades e da Gestão Viária*, [s.l.], Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, 2008
- PUCHER, John e DIJKSTRA, Lewis *Making Walking and Cycling Safer. Lessons from Europe*, New Jersey, Rutgers University, 2000
- ROBERTSON, H. Douglas *Promoting travel safety, awareness campaign*, University of North Carolina, Highway Safety Research Center and Department of Public Safety, 2001
- TULLOCHS, Richard *Life on the road*, Amsterdam, World press.com, 2009

Bibliografia eletrónica:

- <http://www.acp.pt/Defesa-do-Automobilista/Estudos-e-Inqueritos/entity/As-passadeiras-nem-sempre-sao-iguais>
- http://en.wikipedia.org/wiki/Pedestrian_crossing

A Medicina e as Legiões Romanas

Pelo Capitão-Médico

Medicina Interna, R. Gomes¹.

Da Mitologia à Realidade

Na mitologia Greco-Romana conta-se a história de *Asclepius* (ou Esculápio), filho de *Apollo*. *Asclepius* tinha cinco filhas: (deusa da Prevenção de Doenças), (deusa da Longevidade), e (deusas da Recuperação), (deusa da Beleza e Caridade) e (deusa da Cura Geral). Através delas surgem representados os ideais que integram a arte da Medicina.

Historicamente, a Medicina da Antiguidade Clássica foi implementada e difundida pelo médico grego Hipócrates, “O Pai da Medicina” - entre os séculos V e IV a.C. A Medicina Romana surgiu inicialmente como uma mistura de religião e conhecimento importado dos Gregos, tendo depois evoluído com novas práticas que foram adquiridas durante as conquistas militares do Império Romano.

A Saúde Romana

Inicialmente, em Roma, não existia a profissão de médico propriamente dita. O Chefe da Família, “*PATER FAMILIAS*” (Pai de Família), tinha a função de zelar pela saúde dos seus familiares.

Quando o Império se expandiu para a Grécia, a partir de 146 a.C., médicos gregos vieram para Itália como prisioneiros de Guerra. Cedo se tornaram preciosos para a vida de várias Famílias e em grande parte puderam comprar a Liberdade, tendo posteriormente acabado por se fixar em Roma.

Com o passar do tempo, a importância da saúde e prevenção da doença no quotidiano

romano assumiram um carácter comparável ao da Actualidade. De facto, os romanos desenvolveram a teoria de que se se mantivessem em boa forma física, toda a Doença seria mais facilmente evitada. Por outro lado, já acreditavam que existiam causas naturais que interferiam na Saúde. A Saúde Pública tornou-se então uma questão central. Todas as cidades, vilas, quintas ou fortificações eram construídas em locais considerados saudáveis:

“Quando construírem uma casa ou quinta devem fazê-lo no sopé de uma colina, perto de um bosque, onde estará exposta a ventos saudáveis. Devem tomar cuidado se existirem pântanos por perto, porque neles existem pequenas criaturas que não podem ser vistas a olho nu. Essas criaturas flutuam pelo ar e entram no corpo pelo nariz e pela boca causando doença”.

Marcus Terentius Varro (116 a.C. – 27 a.C)

Os romanos tornaram-se mestres na drenagem de pântanos, livrando-se de “áreas produtoras de mau ar”, designado como malária. A água limpa era de tal maneira importante para a população que foram construindo aquedutos para abastecer todas as cidades - Roma chegou a ser abastecida por 1000 milhões de litros de água por dia. *Annaeus Seneca* (54 a.C. - 39 a.C.) descreve o investimento que era feito na área, dizendo que os banhos eram usados por todas as classes sociais. Construíram um sistema de esgotos eficiente, e a *CLOACA MAX/MA* foi continuamente melhorada por sucessivos cônsules e imperadores.

1. Médico militar no Centro Clínico, formado na Academia Militar no primeiro curso de oficiais médicos da GNR. Em 2011, esteve em destaque em Timor-Leste na selecção e recrutamento de polícias, organizado pelo Capitão Luís Candeias ao abrigo da Cooperação Bilateral com a Polícia Nacional de Timor-Leste. Paralelamente exerce funções na Viatura Médica de Emergência (VMER) do Hospital Vila Franca de Xira e Reanimação e no Centro de Orientação de Doentes Urgentes (CODU) do INEM, em Lisboa.

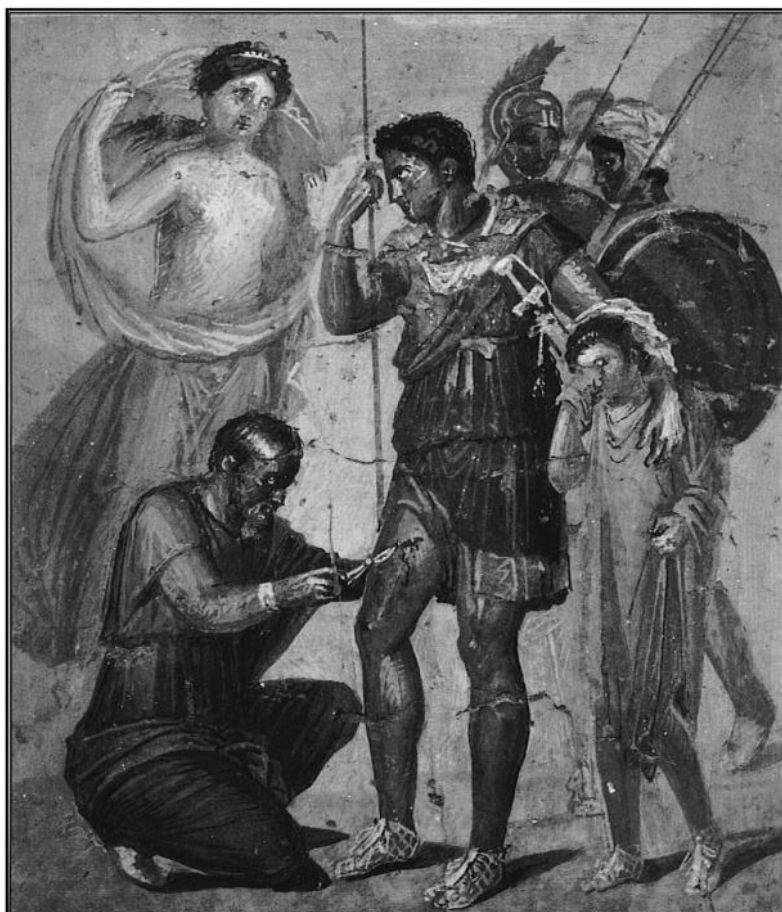


Figura 1- Médico "MEDICUS" da classe dos "IMMUNES" a aplicar a AENEAS tratamento sob protecção de *Panacea*. Pompeia Séc. I d.C. {Itália}.

A Saúde Militar

A Saúde dos militares tinha interesse fulcral porque, sem as Legiões, o Império simplesmente cairia. Os comandantes, "*LEGATUS LEGIONIS*", ordenavam aos seus oficiais seniores, "*TRIBUNUS*", que mandassem acampar fora dos locais pantanosos e próximo de fontes de água fresca. Os Fortes Militares, "*CASTRA*", eram equipados com sanitários e latrinas propriamente escoadas e afastadas de locais onde se preparasse comida.

Os Hospitais, "*VALETUDINARIA*", foram originalmente construídos para as Legiões. Sob o Consul *Gaius Marius* (157 a.C- 86 a. C.), o exército romano tornou-se uma Força disciplinada e treinada, atingindo a supremacia militar. As reformas introduzidas incluíam equipamento comprado com

erário público e também uma inovação para a medicina: todos os tratamentos testados que produziam efeito prático eram anotados e o conhecimento difundindo posteriormente entre médicos militares.

Anos mais tarde, *Gaius Julius Caesar Octavianus* – o Imperador *Augustus* (63 a.C. – 14 d.C.), formou um corpo médico militar profissional.

Augustus, apercebendo-se que o médico era uma peça fundamental para a operacionalidade das Legiões, prometeu a todos os médicos que se alistassem títulos, terras e benefícios monetários aquando a reforma. Os médicos passaram a ser treinados numa Escola e só podiam exercer se fossem aprovados.

Nas fileiras militares integraram a classe dos “*IMMUNES*”. A profissão tornou-se respeitável e devidamente reconhecida .

A Medicina passou a fazer parte integral da Civilização Romana, e a Cultura produziu uma série de lemas e ditados que perduraram ao longo dos séculos: “*MENS SANA IN CORPORE SANO*” (mente sã em corpo são) e “*SALUS POPULI SEPREMA LEX*” (A Saúde é a Lei Suprema).

Terapêutica Farmacológica

Em 60 a.D., *Pedanius Dioscorides* (40 – 90 a.D), compilou um livro intitulado *De matéria Medica* a partir do conhecimento guardado no centro cultural de Alexandria (herdeiro da célebre Biblioteca de Alexandria). Esta publicação continha 600 descrições de plantas medicinais e quais os produtos que se poderiam obter bem como o seu modo de preparação. Desde logo se tornou um livro de referência nos séculos seguintes. O mais famoso médico romano, *Claudius Aelius Galenus* (Galeno, 129 – 200 d.C.) também se empenhou na catalogação de plantas medicinais e os seus livros foram igualmente referências importantes, mesmo durante a Idade Média.

Eram conhecidas as propriedades de várias plantas (Figura 2). Delas se obtinham diversos preparados úteis, nomeadamente extractos de ópio (planta *Papaver somniferum*) e escopolamina (Plantas do género *Datura*) que funcionavam pela acção anti-álgica e sedativa. O Alho (*Allium ativum*) era usado pelas propriedades anti-sépticas, sendo muito importante em campanha; a Menta (*Mentha longifolia*) usada como digestivo e diurético ou no tratamento da tosse e coriza; as Violetas (*Viola odorata*) e as amêndoas (*Prunus amygdalus*) serviam um composto para tratar a intoxicação por álcool. A Chicória (*Cichorium intybus*) foi descrita por Dioscorides como útil no tratamento de problemas gastro-intestinais; a Cereja (*Prunus avium*) indicada por Galeno como importante contra a

litíase biliar e igualmente útil em preparados contra o acne e verrugas. A Malva (*Malva silvestris*) descrita como um óptimo emoliente e utilizada na higiene ginecológica. A Beladona (*Belladonna atropa*) usada com efeitos cosméticos cujo extracto por causar midríase (efeito da Atropina) tornava as mulheres (“*Donna*”) mais belas.

Isto só para nomear as mais famosas, porque a extensão do conhecimento romano nesta matéria é muito grande e só por si permitiria escrever um ensaio dedicado ao tema. O mais importante, é referir que os médicos da antiguidade clássica não só sabiam que determinadas plantas podiam ser utilizadas para efeitos medicinais, como conseguiam misturar extractos de modo a aplicá-los quando e onde fosse necessário. Eram capazes de obter várias apresentações e com sucesso terapêutico documentado.



Figura 2 – Os Jardins das casas romanas não serviam apenas para decoração, eram locais onde se cultivavam várias plantas medicinais. A mais cultivada era a *Belladonna atropa* por razões de cosmética.

Apesar de não ser conhecida a existência de bactérias ou vírus, era sabido empiricamente que existiam “venenos” que infectavam e provocavam a doença. Todos os utensílios médicos eram fervidos antes e depois de serem usados e as feridas eram lavadas com ácido acético, “*ACETUM*”. Os quartos de recobro eram ventilados e aquecidos, e os doentes eram separados e isolados se necessário.

Terapêutica Cirurgia

Em Pompeia foram descobertos vários instrumentos e utensílios (Figura 3a) que não diferem muito dos utilizados hoje pela Medicina Ocidental. Os Bisturis já faziam parte do material disponível (Figura 3b) e tinham várias formas e comprimentos consoante o destino que serviam.



Além do Bronze também se usava Osso para fabricar materiais; como exemplo podem ser observados os Fórceps “*OSTAGRA*” (Figura 4) usados com propósito semelhante aos actuais, e várias pinças, niveladores “*MOCHLISKDS*” (Figura 5) e diversas sondas “*CYATHISCOMLE*” (Figura 6).



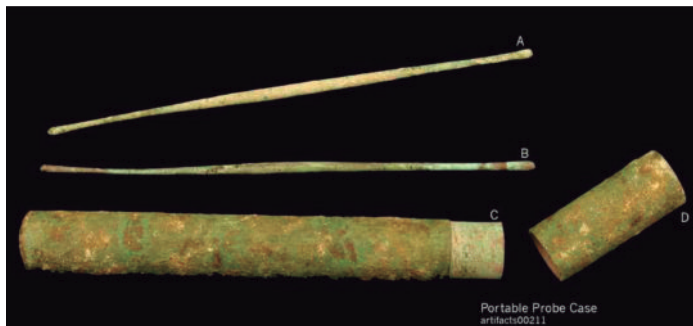
Figura 4 e 5- (Última Esquerda) os Fórceps “*OSTAGRA*”; (Cima) niveladores de osso “*MOCHLISKDS*”.



Figuras 3a e 3b- (Cima) Pannel de instrumentos médicos encontrados num antigo Hospital militar romano em Baden, Alemanha. (Direita)- Vários Bisturis de bronze com diferentes formas e comprimentos.



Figura 6a e 6b -
Sondas portáteis
"CYATHISCOMELE".



Mais curiosa é a existência de espéculos vaginais ("DIOPTRA" - Figura 1a e 7b), rectais ("HEDROD/ASTOLEUS"). O primeiro autor a fazer menção a estes objectos de bronze é *SORANUS* (séc I d.C.), recomendando o seu uso para diagnosticar e tratar

várias doenças ginecológicas. No entanto, *HIPÓCRATES* já mencionava o uso do espéculo rectal no tratamento das fistulas ("FISTULAE"). Só muito mais tarde no século XVIII voltou a surgir este conceito.

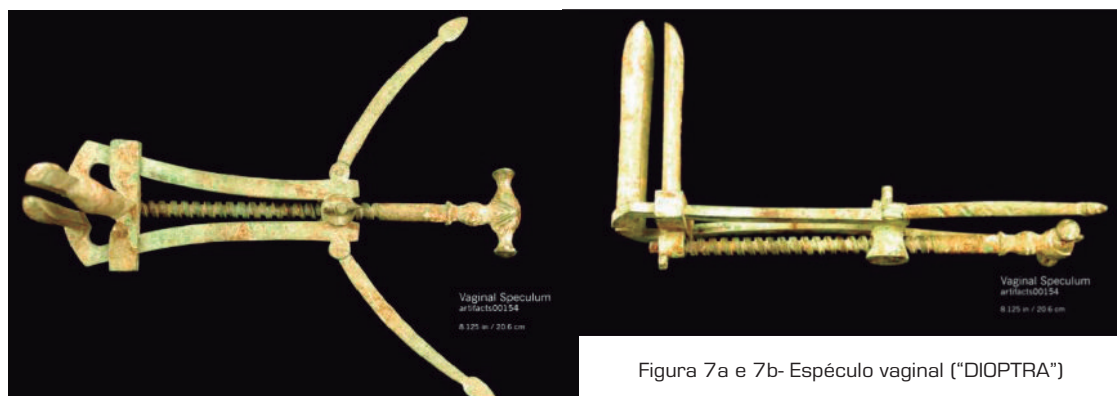


Figura 7a e 7b- Espéculo vaginal ("DIOPTRA")

Figura 8
Espéculo Rectal "
HEDRODIASTOLEUS".



A maior parte dos médicos da Antiguidade Clássica descrevem o "STAPHOLOMELE" (Figura 9) que consiste num dispositivo semelhante a uma espátula, o objectivo centrava-se mais na área

farmacológica embora também fosse usado em cirurgia - basicamente destinava-se a misturar e aplicar compostos à base de plantas medicinais.

O médico *ORIBASUS* (320-400 d.c.) refere a tricotomia como procedimento terapêutico importante para facilitar o acesso e a observação das lesões. Para isso usavam-se tesouras cirúrgicas (Figura 10).



FIGURA 9 - "STAPTHOLOMELE"



FIGURA 10 -
Tesouras Cirúrgicas "PSALIS" ou "FORFEX"



Figuras 12 e 13-(Esquerda) Tubos e drenas para evitar adesões e abscessos "*MOTOS MDWBDUS*" ou "*PWMBEA FISTULA*". (Baixo) Cauterizador "*KAUTERIDN*" ou "*FERRUM CANDENS*".



Nas intervenções cirúrgicas (nariz, recto, vagina, etc.) e no sentido de evitar bridas, contracções ou mesmo para administrar fármacos, usavam-se tubos de bronze ou cobre (Figura 12).

A cauterização era utilizada com diversos propósitos. Especialmente utilizada como hemostático e como meio de destruir neoplasias – cauterizador (Figura 13) - existia mesmo uma versão portátil deste instrumento para levar em campanha (Figura 6a).

Dos vários instrumentos que chegaram ao Presente, o cateter romano (Figura 14) é um belo exemplo do engenho e arte desta civilização, usado como algália ou adaptado para administrar enemas.

O património instrumental é de facto extenso, mas mais importante é salientar que os Romanos souberam, por um lado, compilar e dar continuidade ao conhecimento adquirido dos vários povos e civilizações com quem se relacionaram (Gregos; Egípcios; etc.); por outro lado levaram às populações conquistadas esse Saber, juntamente com a inovação que foram desenvolvendo nas sucessivas campanhas militares.

Considerações Finais

O conhecimento médico dos Romanos é uma compilação do saber que várias civilizações da Antiguidade foram acumulando, mas é também resultante de uma acção empírica impulsionada

pela actividade militar e que evoluiu dinamicamente a par do Império.

Várias personagens emergiram nesse período, Galeno é um dos mais conhecidos e o seu legado durou por muitos séculos. A riqueza da Medicina da Antiguidade Clássica é tão vasta e interessante que vários autores têm escrito artigos e livros sobre o assunto.

O médico romano era formado numa escola militar e teria uma especialidade que nos dias de hoje seria uma fusão entre a Medicina Interna (na componente Clínica e Farmacológica com um vasto arsenal terapêutico obtido das Plantas medicinais) e a Cirurgia Geral (na componente interventiva com um equipamento preparado para encarar desde a lesão provocada pela ponta da flecha até à neoplasia abdominal). Parece ser o Elo Perdido, que muitas vezes está ausente nos Hospitais Públicos do século XXI. Todavia no mundo da Saúde Militar, ressurgiu especialmente quando nós, os Médicos Militares, vamos em Campanha - tornando-se numa das armas mais poderosas contra a Doença.

Para finalizar, considerando que a Medicina Romana era de facto muito avançada e com conceitos válidos do ponto de vista científico aos olhos da medicina actual, fica esta questão: Como seria actualmente a nossa “Arte” se o Império Romano não tivesse caído e se nunca tivessem existido mil anos de Idade das Trevas?

Bibliografia

As Imagens apresentadas foram gentilmente cedidas por **The Health Sciences Library, University of Virginia** tendo sido autorizada a sua publicação neste artigo. Fazem parte da colecção “*A Display of Surgical Instruments of Antiquity*” – Para mais informações nesta matéria contactar Joan Echtenkamp, Assistant Director for Historical Collections Services.

- MANJO, Guidno M.D. - *The Healing Hand: Man and Wound in the Ancient World*- Harvard University Press, 1991.
- ADKINS, Lesley ; ROY A.; - *Handbook to Life in Ancient Rome*- Oxford University Press, 1994.
- KING, Helen - *Greek and Roman Medicine (Classical World Series)* - Bristol Classical Press, 2001.
- MCCULLOCH, - *Battlefield medicine- The Ancient World 2000 BC to AD 500* – Osprey Publishing, 2002.
- CRUS- *Roman Medicine (Revealing History)*- Tempus Publishing, Limited. 2004.
- - *Outlines Of Greek And Roman Medicine*- Dodo Press. 2007.

Influências da Monarquia no Brasil



Pelo Major da Polícia Militar de
Goiás: De Faria

A monarquia deixou grandes legados ao Brasil.

A quase unanimidade dos brasileiros desconhece que antes de ser um Império e República, foi um Reino. Sim, o Brasil já foi um Reino, o Reino do Brasil.

Dom João VI (de Portugal) criou o Reino do Brasil quando de sua permanência na América, quando criou o Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves. Portanto, houve um Reino do Brasil e houve um Rei do Brasil: Dom João VI (de Portugal), que aqui chegou como Príncipe Regente e foi coroado Rei de Brasil, Portugal e Algarves em uma igreja na cidade do Rio de Janeiro .

Os historiadores registram que Dom João VI, no porto, quando ia embarcar de volta a Portugal, despedindo-se de seu filho e herdeiro do trono, Dom Pedro, que ficava no Brasil como regente (do Reino do Brasil), teria dito: “se algum dia o Brasil se separar de Portugal, toma a coroa do Brasil para si antes que algum aventureiro assim o faça”. Esse conselho demonstra o seguinte:

- 1 A capacidade de observação de Dom João, visto que o Brasil teria tido nos anos de permanência da Família Real Portuguesa um desenvolvimento econômico e, sobretudo, institucional que certamente implicariam em propensão à independência quando esta família retornasse para Portugal.

Observação: O Brasil, quando da partida de Dom João, tinha todos os órgãos públicos que um Estado precisava ter.

- 2 Que, ao que parece, Dom João, prevendo possível separatismo de brasileiros, pensava que o seu filho, tornando-se Monarca deste reino, reuniria o Brasil a Portugal quando viesse a suceder a Dom João VI como Rei de Portugal.

Essa previsão se mostrou errônea por causa da grande oposição que havia no Brasil entre brasileiros de origem lusitana (nascidos em Portugal) e uma maioria de brasileiros de origem tupiniquim (nascidos na América) cobrando favores de Dom Pedro I (Dom Pedro IV, de Portugal). Então, não havia condições de haver este reatamento entre os dois países.

PRIMEIRO REI DO BRASIL

Dom João VI.

Devemos a Dom João VI a união do Brasil, posto que até então, havia dois brasis que não se relacionavam: o Estado do Brasil (do atual Estado da Bahia ao Rio Grande do Sul) e o Estado do Grão-Pará (todo o território que está acima do Estado do Brasil).

Não havia intercâmbio entre estas duas enormes (e até hoje) muito distintas regiões (distintas quanto a paisagem, vegetação, etnias, pronúncia da Língua

Portuguesa, cultura, alimentação, economia etc).

Dom João acostumou esses diferentes brasileiros a serem liderados a partir da cidade do Rio de Janeiro.

Portanto, se Dom João não tivesse permanecido na cidade do Rio de Janeiro por tanto tempo, dificilmente teríamos esta união territorial e de identidade que hoje temos.

PRIMEIRO IMPÉRIO

A Dom Pedro I (Dom Pedro IV, de Portugal) devemos a consolidação da unidade nacional, do não esfacelamento do nosso território em vários países, como ocorreu com a América espanhola.

Para os brasileiros daquele tempo, Dom Pedro era uma liderança legítima e natural.

Dom Pedro I era carismático, alegre, corajoso e de boa vontade.

Dom Pedro I era um líder natural e ganhou ainda mais simpatia de todos os brasileiros quando posicionou-se a favor dos brasileiros quando os políticos portugueses (em Portugal) tentaram retornar o Brasil à condição de “colônia” e prejudicar os negócios dos brasileiros nascidos em Portugal (sobretudo) e dos nascidos na América.

Portanto, Dom Pedro I e sua liderança fez com que a unidade do Brasil acontecesse de modo natural.

Dom Pedro I tinha uma personalidade fortíssima, mas, curiosamente, entendia que a monarquia deveria ser subordinada a uma constituição e era tolerante à liberdade de imprensa.

Dom Pedro I outorgou uma constituição moderníssima para a época, a constituição de 1824, sendo inclusive a constituição brasileira que teve uma vigência mais longa, tendo sido revogada apenas quando da proclamação da república.

Dom Pedro I tem ainda como mérito seu, ter sabido escolher a comissão de notáveis que cuidariam da educação de seu filho e herdeiro, Dom Pedro II, o que beneficiou muitíssimo ao Brasil.

SEGUNDO IMPÉRIO

Dom Pedro II, com apenas cinco anos, ascendeu ao trono em um período de grandíssima tribulação política. Dom Pedro I não conseguindo apaziguar o choque político entre os “Partido Português” e “Partido Brasileiro”, e vendo a coroa de sua filha ameaçada em Portugal, abdicou ao trono brasileiro e rumou para a Europa. O Brasil era então governado por uma Regência que não tinha ascendência moral nem imparcialidade para liderar os diferentes segmentos da população, gerando revoltas de grande importância e riscos para a unidade nacional.

Porém, tendo sido muitíssimo bem preparado, teve a sua maioria abreviada pelo Parlamento e aos 14 anos assumiu as funções imperiais.

Imediatamente após assumir o Império, apascentou o país.

Influenciou positivamente em todos os momentos e decisões nacionais.

Tal como o seu pai, foi tolerante com a imprensa e, mais que o seu pai, com a oposição.

Promoveu um longo tempo de crescente progresso econômico e de paz política.

Construiu em seu reinado mais estradas férreas do que o Brasil tem hoje.

Transformou o Brasil em uma potência emergente (tal como só agora, no século XXI voltaria a ser) e uma democracia respeitada inclusive pelas potências européias.

Havia tanta democracia que um dos partidos políticos que atuava no parlamento era o Partido Republicano.

Como era democrático, todos os assuntos políticos eram decididos no Senado do Império.

Porém, teve a sua coroa ameaçada e por fim foi destronado por um conjunto de fatores:

- Não tinha um herdeiro direto do sexo masculino;
- Sua herdeira, a Princesa Isabel, casara-se com um nobre francês, Dom Gastão de Orléans, Conde d’Eu (neto do último Rei da França, Dom Luís Filipe I);

- O Conde d'Eu não era uma pessoa simpática. Pelo contrário, era considerado bastante antipático às pessoas que compunham a corte do Rio de Janeiro;
- O desencanto (quase ódio) repentino da elite econômica do Império, os produtores de café, com o fim da escravidão, através da Lei Aurea, assinada pela Princesa Isabel, como Regente;
- A Princesa Isabel demorara muito para ter um filho homem, o que fizera com que quando se deu a crise que poria fim à monarquia (imediatamente após o fim da escravidão), o seu filho ainda não havia tido tempo para se aproximar dos meios militares e da sociedade em geral para significar uma promessa de varonia no regime;
- Os oficiais (sobretudo) do Exército Imperial, tinham durante a Guerra do Paraguai travado proximidade com os militares argentinos e uruguaios, que tinham como prolongamento de suas carreiras militares a ideia de ocuparem os postos-chaves de suas repúblicas e, pelo menos alguns deles, a presidência e, se tudo desse certo, vitaliciamente;
- Os oficiais do Exército tinham criado no meio de sua corporação grupos de estudos da Filosofia Positivista, que pregava “o amor por princípio, a ordem por meio e o progresso por fim” e, dentro desse conjunto de ideias, a ordem tinha que ser imposta por um governo de uma minoria “esclarecida” que, por amor à pátria, imporia uma ordem (ditadura) de Generais;

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

A república chegou ao Brasil não como um anseio popular – o Imperador era muitíssimo respeitado e amado pela população em geral.

A república não chegou ao Brasil pela via correta – a política partidária – e pelo meio correto – pela decisão do parlamento – não, a república chegou

ao Brasil através de um golpe de estado perpetrado por uma minoria de oficiais e civis associados (da escola do positivismo).

Não houve participação popular na implantação da república.

O Imperador desencorajou qualquer tipo de reação ao golpe republicano.

O povo demorou muito para entender o que havia acontecido. E para que o golpe desse certo foi necessário retirar o Imperador e a Família Imperial do Brasil rapidamente.

Os golpistas republicanos ofereceram ao Imperador o pagamento de uma pensão mensal. O Imperador negou-se a recebê-la, justificando que a sua remuneração mensal era consequência de um trabalho prestado e se o seu trabalho estava sendo dispensado, não deveria mais receber pagamento nenhum – Partiu para o exílio levando uma fronha de travesseiro cheia de terra do Brasil.

JOAQUIM NABUCO

Joaquim Nabuco era um político muitíssimo respeitado no Brasil do Segundo Império.

Joaquim Nabuco era um político que militava pela implantação da república e pela libertação dos escravos.

Joaquim Nabuco escreveu vários livros que retratam o Brasil e seus problemas na época em que viveu, além de suas propostas para os problemas do Brasil de então.

Joaquim Nabuco contou com um significativo apoio da Família Imperial para por fim à escravidão no Brasil – haja à vista que o Imperador era respeitoso ao Poder Legislativo e, portanto, a libertação dos escravos, como toda decisão do destino nacional, deveria vir de uma lei oriunda do Parlamento que, por fim, seria sancionada pelo Imperador.

Joaquim Nabuco, ao final da sua luta pela emancipação dos negros brasileiros, passou a propor que se demorasse mais para implantar a

república no Brasil, até que a educação das massas pudesse gerar uma população mais madura politicamente, tendo em vista a qualidade da nossa Família Imperial que exercia um benéfico papel orientador na política, o que evitava que o poder político se pautasse por disputas de facções personalíssimas e o Brasil se fracionasse ou passasse a viver por sucessões de ditadores, como ocorria na América espanhola.

PERÍODO REPUBLICANO

A república recém instalada rompeu com as atividades do parlamento, implantando um regime no qual o Poder Executivo era “imperial”, como até hoje o é, fazendo com que os assuntos de estado sejam pautados pelo executivo e não pelo legislativo, como era no tempo do Império.

A república recém instalada implantou um regime no qual se alternavam generais na presidência do país – ficamos iguais às republiquetas da América espanhola.

Os generais eram pouco ou nada tolerantes com a liberdade de imprensa e com a oposição política.

Os generais também não eram equidistantes (imparciais) como o Imperador. Com eles, eram oito ou oitenta. E isso era mortal, para um eventual opositor e para o progresso do país.

A república recém implantada parou com as construções de ferrovias, aumentou enormemente os gastos públicos e prejudicou enormemente e demoradamente a economia do Brasil.

O Brasil republicano se empobreceu e endividou rapidamente.

Os generais fizeram com que um país democrático e de economia progressista se encolhesse e ficasse mais de um século à mercê de diferentes ditaduras que se alternaram.

Nesse período republicano, apenas dois presidentes se destacaram elogiavelmente na política: Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. O primeiro, um ditador assumido, que apesar deste defeito, produziu a Consolidação das Leis Traba-

Bandeira imperial do Brasil 1822-1889



lhistas, protegendo enormemente o trabalhador e trouxe a indústria siderúrgica e de petróleo (PETROBRAS) para o Brasil. O segundo, um democrata muito parecido (no campo das ideias e virtudes) com Dom Pedro II, que trouxe o Distrito Federal (capital nacional) para o centro geodésico do país, interiorizando a política, incentivando a industrialização do país, interligando todo o país por rodovias e a modernização dos costumes, tolerante com a liberdade de imprensa e com a oposição (nunca processou nem perseguiu qualquer opositor ou jornalista) – Juscelino Kubitschek era Tenente-Coronel Médico da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG.

REPÚBLICA OU MONARQUIA

Penso como Joaquim Nabuco, que um povo não precisaria ser tutelado por uma pessoa ou uma família. Então, sou por princípio republicano.

No entanto, no caso brasileiro, também penso como Joaquim Nabuco, que a república deveria ter sido implantada através de uma decisão política, de um vasto debate e por uma decisão de um parlamento – não por um golpe militar.

E que o poder político fosse exercido sobretudo através do respeito aos legítimos (eleitos) representantes do povo nos parlamentos (municipais, estaduais e nacional).

Porém, se o governo fosse exercido de forma republicana, como ocorre no Canadá, por exemplo (que é uma monarquia), o Brasil poderia e talvez até deveria continuar sendo uma monarquia.

UMA QUESTÃO DE PESO

Pelo Cabo

DULCÍDIO PEREIRA VAZ PINTO

Naquele início de agosto a meio da manhã irradiava um intenso calor, desencorajava os mais afoitos a pavonearem os bronzeados nas ruas da cidade de Ovar. O trânsito avolumava-se na avenida da Régua. As motorizadas e os automóveis, por entre fumos de escape e buzínadas apressadas, circulavam em direção à praia do Furadouro. O ofuscante brilho das montras confundia-se com a cor branca das escaldantes pedras da calçada. O alcatrão das ruas meio derretido tornou-se chão vidrento, refletindo pedaços de céu azul e sombras passageiras das andorinhas que, cortando o ar quente com voos rasantes sobre as árvores e as casas, fundiam-se em chilreios abruptos desafiando o calor. Os parapeitos das janelas do casario que se estendia pela rua Visconde de Ovar seguravam as persianas fechadas que, em vão, tentavam evitar o Sol da manhã que prometia ser escaldante...

Era mais um dia de Verão desse ano de 1993, um entre muitos que João Guitarras havia passado em Ovar desde que viera transferido para o Posto. Ao fundo da rua das “luzes”, subindo o íngreme paralelo, o Soldado Guitarras corria esbaforido olhando continuamente para o pulso esquerdo, sinal evidente do atraso que tinha acometido. Num passo apressado e pesado, com intervaladas e breves corridas, o militar tentava a todo o custo recuperar o tempo perdido, galgando os dois quilómetros que o separavam da estação ao posto, devido ao atraso daquele “amaldiçoado” comboio que o traíra ao chegar tarde a Esmoriz, localidade onde residia.

Guitarras, na plenitude dos seus 37 anos, possuía uma farta cabeleira ruiva que albergava um rosto de bochechas gordas e encarnadas. Vestia uma camisa de um azul desbotado que no momento, encharcada em suor, prensava-se ao corpo. As largas calças

escuras estavam seguras por um cinto com a fivela no último furo, exercendo enorme pressão sobre a barriga de razoáveis dimensões, que o militar fazia questão de prover com dileto trato diário. O nebuloso gosto pela infausta indumentária era-lhe indiferente, o próprio fazia reverter essa imagem algo jocosa para uma orgulhosa simplicidade que dizia possuir... Curiosamente, quando fardado desvanecia-se qualquer comparação com o traje civil, Guitarras locupletava-se com um brio incomensurável. As botas reluzentes e os vincos aprumados no vestuário militar transfiguravam-no e remetiam qualquer displicência que houvera tido para o rol do esquecimento. Era também visitante assíduo da biblioteca municipal. Lia bastante, sobretudo livros que versavam sobre ciência e mecânica automóvel. Dizia em jeito de graça que o azul dos seus olhos se devia à crescente sabedoria que acumulara graças à leitura e acrescentava afirmando que sendo azuis, revelavam inteligência apenas comparável à infinitude do céu azul.

Finalmente, João Guitarras entrou na rua onde se localizava o posto, denominada: Irmãos Oliveira Lopes, mas popularmente conhecida por rua do carril. Quase sem dar conta, reparou que ao seu lado seguia também apressado o camarada Fialho. O mesmo comboio que motivou o atraso de ambos produziu em Guitarras uma leve sensação de alívio, de alguma forma tornava mais suportável aquela indigesta situação.

Henrique Fialho era natural de Cinfães do Douro e à semelhança do seu camarada Guitarras residia em Esmoriz. Estava em Ovar há cerca de 4 meses, onde havia sido colocado após ter vindo transferido da companhia dos Lóios, em Lisboa. Do serviço territorial pouco sabia, e aquele atraso em nada o

abonava, sabendo da inflexibilidade do I.^o Sargento Matos, relativamente aos horários de serviço. De nada lhe serviria desculpar-se com o atraso do comboio, essa frugal defesa esgotar-se-ia muito provavelmente perante a iminente resposta do comandante do posto, dizendo-lhe que viesse noutra comboio mais cedo...

Fialho possuía um feitio provido de ingenuidade assética, porém muito temperamental, algo inconsequente nos desabafos incontidos aquando de algumas discussões, não só com os camaradas de serviço, como também com o comandante do posto. No entanto, quase de imediato pedia desculpa escudando-se na verdura inexperiente dos seus 26 anos e na maneira de ser “explosiva”. Tal como Guitarras e apesar de ser mais novo era dotado de volumoso corpanzil. O grosso cabelo preto, o pescoço curto e a cara rechonchuda conferiam-lhe requintes de bom garfo.

Entravam os dois de piquete às 9 horas, apenas faltavam 5 minutos, Guitarras sabia de antemão que qualquer atraso no serviço e sendo ele o militar mais antigo, acarretaria um indesejável “sermão” por parte do aziago comandante do posto. Tinham enfim... chegado ao quartel.

Fustigados pela crescente preocupação do atraso, os militares ignoravam por completo a importância do histórico edifício no qual tinham acabado de entrar. A alva fachada principal albergava o rés-do-chão e o 1.^o andar. O piso superior com 12 janelas e 2 varandas, uma ao centro e outra à esquerda do edifício, enchiam de verde em semicírculo o intrincável conjunto de ferro trabalhado que ambas possuíam. A entrada principal do quartel situava-se ao centro no rés-do-chão, ladeada por um conjunto de 12 janelas similares às do andar superior, guarnecidas por grades de ferro pintadas de verde morno. Na porta, junto à umbreira esquerda ao lado da rudimentar alvenaria, estava chumbado na parede um candeeiro de iluminação noturna. No mesmo lado imediatamente abaixo, 6 azulejos expunham o brasão identificativo do Batalhão n.^o 5, assim como um conjunto de letras forjadas em ferro tosco compu-

nham a nomenclatura da Secção de Ovar. O traço geral da construção revelava uma arquitetura simples, denotando o cariz militar e a segurança inerente a um quartel da Guarda, claramente transformações que a casa do carril sofrera desde o início do século XIX, eventual período da sua construção, não existindo até então documentação que determinasse a génese da sua edificação.

A capela do carril datava de 1873, localizava-se no extremo direito da casa, fora mandada construir pelo padre Manuel Duarte Gomes Coentro e suas irmãs: D. Ana, D. Maria José, D. Margarida e D. Maria Tomásia Duarte Pereira Coentro, dando assim cumprimento a um pedido que lhes fizera o seu irmão Dr. Francisco Duarte Pereira Coentro, malgrado sacerdote falecido a 2 de fevereiro de 1872 com 32 anos. A designação do carril provinha do Padre Manuel Duarte Gomes Coentro, em virtude de ter sido responsável pela comissão de construção da linha férrea desde Coimbra até Vila Nova de Gaia. A 3 de junho de 1885, a casa do carril foi palco de uma importantíssima reunião política, onde toda a “intelligentsia” do partido progressista de Ovar se reuniu, com vista à escolha de um chefe progressista local. A reunião do carril, como ficou conhecida, constituiu um marco deveras importante na vida política ativa local, efervescendo o vívido ambiente social e político que grassava por essa altura na Vila de Ovar. Em meados do século XX, constava-se que a capeia do carril servira de refúgio à família Coentro, devido aos tumultos sociais e políticos, hostis aos simpatizantes monárquicos, aquando da implantação da República em Portugal, em 1910. A fundamentação desse episódio, talvez fruto da imaginação popular teria fragilizada consistência, tendo em conta que o “buraco” supostamente o esconderijo utilizado pela família Coentro e após sumária observação, revelar-se-ia exíguo para o efeito...

Em 1926, a casa do carril tinha como proprietário o Juiz Desembargador da Relação do Porto: Dr. Manuel Gomes Coentro. Foi nomeado Presidente da Câmara Municipal de Ovar desde 1931 a 1932. Faleceu em 1939, com 79 anos, na sua casa do carril.

Dois militares descendentes da família Coentro fizeram parte do historial do edifício. Francisco Gomes Duarte Pereira Coentro, capitão do exército, foi um dos comandantes da coluna monárquica que, a 23 de janeiro de 1919, invadiu Ovar e discursou da varanda dos Paços do Concelho. No decurso desta ação foi julgado e condenado no tribunal militar especial de Lisboa a 18 meses de prisão, por força do decreto de 4 de março de 1919 da República Velha. O coronel de artilharia, Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, nasceu a 24 de julho de 1899 na casa do carril, foi presidente da câmara municipal de Oeiras, onde faleceu a 4 de setembro de 1956.

Em 21 de novembro de 1960, a Câmara Municipal de Ovar adquiriu o imóvel a António Coentro de Pinho, pela importância de 190.000\$00, terminando assim ao fim de longos anos a continuidade da família Coentro como proprietária do edifício. A 19 de abril de 1961 a mesma entidade adjudicou, pelo valor de 316.000\$00, a empreitada da adaptação do edifício para escola industrial, criada por decreto n.º 43.401 de 15 de dezembro 1960 e comercial (despacho de 4 de julho 1970).

A referida escola foi desativada no final da década de 70. Em 7 de dezembro de 1981, a Câmara Municipal adjudicou, por 6.930.000\$00, novas obras na casa do carril. Em 3 de maio de 1985 o Presidente da República, General Ramalho Eanes, inaugurou nela o Posto e Secção de Ovar da Guarda Nacional Republicana.

Alheios ao historial do edifício ou a outro que fosse, Guitarras e Fialho já fardados, precipitaram-se em direção ao gabinete do 1.º Sargento Matos para a habitual apresentação. Possuídos de esbulhada preocupação e ansiedade desmedida em face do eminente desancho do comandante de posto, nervosamente Guitarras bateu à porta e com a voz seca e trémula pediu licença para entrar...

Após alguma insistência e sem que resposta alguma lhe fosse dada pelo graduado, deduziram que o 1.º Sargento estaria ausente nalguma diligência inadiável. Um sorriso cúmplice tomou conta das encarnadas bochechas dos militares que rapidamente se escapuliram em direção à Parada onde estava

estacionado o comil¹ do Piquete. No entanto, ainda a serôdia corrida mal tinha começado, quando deram de caras com o comandante de Secção.

O Capitão Laranjeira, brioso oficial de cavalaria, foi o primeiro comandante a tomar as rédeas do comando da Secção de Ovar, precisamente a 3 de maio de 1985, data da inauguração. Os seus 42 anos não lhe configuravam proeminente fisionomia, no entanto não sendo propriamente elegante, o rosto ligeiramente encarnado encimado pelo cabelo bem penteado, evidenciavam-lhe alguma vaidade mal disfarçada que, aliada ao carácter circunspecto faziam-no atento a quase tudo em seu redor. Inteligente, o Capitão Laranjeira possuía convictos e ímpolutos princípios, era exigente na correção e imparcialidade dos seus militares na relação com os cidadãos em geral. Não admitia faltas de respeito no seio dos homens que comandava. Dotado de uma lisura ímpar estava sempre na primeira linha para ajudar os seus militares em toda e qualquer situação, desde que a verdade lhe fosse revelada e que não roçasse a ilegalidade, pois não pactuava com atropelos à lei, antes pelo contrário abominava toda a mentira por muito ténue que ousasse parecer...

A sua eloquência permitia-lhe discursar de improviso nas ocasiões solenes, deixando deliciado quem o ouvia, não só pela sonoridade das palavras como pela ausência de momentos enfadonhos durante os seus discursos, esvaindo frugais dúvidas acerca da arte de bem falar...

¹ Viatura todo terreno usada no serviço territorial até final década de 90 do século XX



PELA LEI E PELA GREI

Tinha por hábito dizer que a palavra comandante significava: comandar com... demonstrava assim que o empenho de todos os militares no serviço, independentemente das atribuições profissionais, resultava na coesão do comando e florescente produção operacional.

Guitarras e Fialho refeitos da surpresa inicial e já conformados com a eventual reprimenda pelo atraso, lá se dirigiram ao gabinete do capitão com o intuito de se apresentarem, coisa que aliás não se tinha por hábito fazer àquela hora, em virtude das constantes ausências do comandante de Secção por motivos de serviço.

Guitarras, já no interior do gabinete, tomou a posição de sentido e pelo canto do olho direito certificou-se se Fialho tinha feito o mesmo, levantou a mão direita, fez a devida continência e de frente para o Capitão Laranjeira exclamou:

O meu Capitão dá licença que se apresente o Piquete?

O Comandante, com os óculos na ponta do nariz, tentando segurar o enorme caudal de gargalhadas prestes a desabar no momento, responde a muito custo:

Piquete e Peso...

Bibliografia utilizada:

Monografia de Ovar 1, 2, 3 Volumes - Autor: Alberto Sousa Lamy, 2001, Edição da Câmara Municipal de Ovar. Monumentos de Ovar - Autor: Padre Lirio, 1926, Edição da Câmara Municipal de Ovar. Jornais: *João Semana e Noticias de Ovar*. Dedicado ao primeiro Comandante de Secção da GNR em Ovar: Coronel: Joaquim Augusto de Oliveira

Lusitania

Motore

UM SEGURO À SUA MEDIDA

**TENHA UMA
CONDUÇÃO SEGURA
COM MÚLTIPLAS
VANTAGENS!**

Não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

PARA MAIS INFORMAÇÕES CONTACTE O NOSSO MEDIADOR



normed - Mediação Técnica de Seguros Industriais, S.A.

Rua Joaquim António de Aguiar, 64, 5.º Dto. 1070-153 Lisboa
T 213 825 400 F 213 825 409 E lisboa.geral@normed.pt www.normed.pt

Mediador de Seguros inscrito em 27/01/2007, no registo do ISP - Instituto de Seguros de Portugal com a categoria de Agente de Seguros, sob o nº 407 248 745/3, com autorização para os Ramos de Vida e não Vida, verificável em www.isp.pt NIPC 502 767 782 Capital Social €250.000 Matriculada na C.R.C. do Porto



LUSITANIA

Grupo Montepio

LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Rua de S. Domingos à Lapa, 35 1249-130 Lisboa

Capital Social €26.000.000 P. Coletiva nº 501 689 168 Matriculada na C.R.C. de Lisboa

Sinopse de legislação com interesse para a Guarda Nacional Republicana, publicada durante os meses de abril, maio e junho de 2013.

LEGISLAÇÃO NACIONAL

Lei n.º 27/2013, de 12-04-2013 - Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam.

Lei n.º 34/2013, de 16-05-2013 - Estabelece o regime do exercício da atividade de segurança privada e procede à primeira alteração à Lei n.º 49/2008, de 27AGO, (Lei de Organização da Investigação Criminal).

Lei n.º 40/2013, de 25-06-2013 - Aprova a lei de organização e funcionamento do conselho de fiscalização da base de dados de perfis de ADN e procede à primeira alteração à Lei n.º 5/2008, de 12FEV.

Lei n.º 41/2013, de 26-06-2013 - Aprova o Código de Processo Civil.

Decreto-Lei n.º 43/2013, de 01-04-2013 - Procede à primeira alteração ao Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, aprovado pelo Dec-Lei n.º 237-A/2013, de 14DEZ, modificando os procedimentos inerentes à prova do conhecimento da língua portuguesa.

Decreto-Lei n.º 50/2013, de 16-04-2013 - Cria um novo regime de disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos e em locais abertos ao público.

Decreto-Lei n.º 52/2013, de 17-04-2013 - Procede à primeira alteração ao Dec-Lei n.º 216/2012, de 09OUT, determinando a obrigatoriedade de policiamento nos espetáculos desportivos integrados em competições desportivas de natureza profissional.

Decreto-Lei n.º 53/2013, de 17-04-2013 - Transpõe a Diretiva n.º 2010/62/UE da Comissão, de 08SET2010, estabelecendo requisitos relativos às tomadas de força e respetiva protecção dos tratores agrícolas, bem como as Diretivas n.ºs 2011/72/UE e 2011/87/EU do PE e do Conselho, de 14SET e 16NOV2011, respetivamente, relativas às disposições aplicáveis aos tratores introduzidos no mercado ao abrigo do regime da flexibilidade e à aplicação de fases de emissões a tratores de via estreita.

Decreto-Lei n.º 54/2013, de 17-04-2013 - Procede à definição do regime jurídico

da prevenção e protecção contra a publicidade e comércio das novas substâncias psicotrópicas.

Decreto-Lei n.º 56/2013, de 19-04-2013 - Procede à segunda alteração à Lei n.º 37/2011, de 22JUN, que simplifica os procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a defesa, transpondo a Diretiva n.º 2012/47/UE, da Comissão, de 14DEZ2012.

Decreto-Lei n.º 57/2013, de 19-04-2013 - Procede à primeira alteração ao Dec-Lei n.º 109/2007, de 13ABR, que cria a EMA-Empresa de Meios Aéreos, S.A., e aprova os respetivos estatutos.

Decreto-Lei n.º 71/2013, de 30-05-2013 - No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 66-B/2012, de 31DEZ, aprova o regime de contabilidade de caixa em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (regime de IVA de caixa), e altera o Código do IVA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26DEZ.

Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31-05-2013 - Procede à segunda alteração ao Dec-Lei n.º 134/2006, de 25JUL, que cria o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro.

Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31-05-2013 - Aprova a Orgânica da Autoridade Nacional de Protecção Civil.

Decreto-Lei n.º 83/2013, de 24-06-2013 - Estabelece o seguro do dador de sangue, previsto na Lei n.º 37/2012, de 27AGO.

Portaria 139/2013, de 02-04-2013 - Estabelece a forma de intervenção, organização e funcionamento dos Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental.

Portaria 140/2013, de 03-04-2013 - Fixa a Estrutura Nuclear da Inspeção-Geral das Atividades Culturais.

Portaria 148/2013, de 12-04-2013 - Sexta alteração ao Regulamento da Lotaria Instantânea, aprovado pela Portaria n.º 552/2001, de 31MAI.

Portaria 154/2013, de 17-04-2013 - Aprova a Lista das novas substâncias psicoativas.

Portaria 157/2013, de 22-04-2013 - Primeira alteração à Portaria n.º 177/2011 de 29ABR, que aprova a tabela de preços a cobrar por bens e serviços prestados pela Polícia Judiciária, a entidades públicas ou privadas que os requeiram.

Portaria 254/2013, de 26-04-2013 -

Utilização do Sistema de Contraordenações de trânsito, gerido pela ANSR, pelas Câmaras Municipais, Polícias Municipais e Empresas Públicas Municipais.

Portaria 170/2013, de 02-05-2013 - Permite, até 31DEZ2013, a captura de achigã (*Micropterus salmoides*) de quaisquer dimensões em todos os cursos de água da sub-bacia hidrográfica da ribeira do Vascão.

Portaria 178/2013, de 13-05-2013 - Procede à identificação das águas balneares, à qualificação das praias e à fixação das respetivas épocas balneares para o ano de 2013.

Portaria 185/2013, de 21-05-2013 - Altera os períodos de interdição à pesca com ganchorra, por motivos biológicos, nas zonas Ocidental Norte, Ocidental Sul e Sul, em

Portaria 186/2013, de 21-05-2013 - Quarta alteração à Portaria n.º 187/2009, de 20FEV, que procede à repartição da quota de pescada branca do Sul.

Portaria 189/2013, de 22-05-2013 - Aprova os Estatutos do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P. e revoga a Portaria n.º 1271/2009, de 19OUT.

Portaria 190/2013, de 23-05-2013 - Estabelece os termos e condições do regime aplicável ao pagamento das taxas de portagem em toda a rede nacional de autoestradas pelos clientes das empresas de aluguer de veículos sem condutor.

Portaria 198/2013, de 29-05-2013 - Estabelece as condições aplicáveis para a isenção da obrigatoriedade da utilização de um sistema de localização de navios por satélite, e do registo e transmissão por meios eletrónicos da atividade de pesca, pelas embarcações de pesca nacionais com comprimento de fora a fora igual ou superior a 12 metros e inferior a 15 metros.

Portaria 202/2013, de 14-06-2013 - Estabelece que o período crítico, no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, vigore de 01 Julho a 30 Setembro, no ano de 2013.

Portaria 207-A/2013, de 25-06-2013 - Aprova o Regulamento de Utilização, Identificação e Instalação de gás de petróleo liquefeito (GPL) e gás natural comprimido e liquefeito (GN) em veículos.

Acórdão STJ 8/2013, de 19-04-2013 - A pena de multa que resulte, nos termos dos atuais artigos 43º, nº 1, e 47º do Código Penal, da substituição da pena de prisão aplicada em medida não superior a um ano, deve ser fixada de acordo com os critérios estabelecidos no nº 1 do artigo 71º e não, necessariamente, por tempo igual ou proporcional ao estabelecido para a prisão substituída.

Acórdão TC 187/2013, de 22-04-2013 - Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 29º da Lei nº 66-B/2012, de 31DEZ; declara a inconstitucionalidade consequencial da norma do artigo 31º da Lei nº 66-B/2012, de 31DEZ, na medida em que manda aplicar o disposto no artigo 29º dessa Lei aos contratos de docência e de investigação; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 77º da Lei nº 66-B/2012, de 31DEZ; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 117º, nº 1, da Lei nº 66-B/2012, de 31DEZ; não declara a inconstitucionalidade das normas dos artigos 27º, 45º, 78º, 186º (na parte em que altera os artigos 68º, 78º e 85º e adita o artigo 68º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) e 187º da Lei nº 66-B/2012, de 31DEZ (Lei do Orçamento do Estado para 2013).

Acórdão TC 90/2013, de 03-05-2013 - Não conhece de algumas questões de constitucionalidade e não julga inconstitucionais diversas normas do Código de Processo Penal, relativas ao chamado «caso Casa Pia».

Aviso 74/2013, de 07-06-2013 - Torna público que o Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia comunicou ter o Reino de Espanha notificado, nos termos da «Convenção Relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal entre os Estados-Membros da União Europeia» assinada em Bruxelas em 29MAI2000, uma declaração.

Aviso 8088/2013, de 25-06-2013 - Estabelece o modelo do selo de garantia emitido pela Comissão Vitivinícola do Algarve a fim de ser utilizado nos produtos certificados com direito a denominação de origem e indicação geográfica.

Aviso 8089/2013, de 25-06-2013 - Estabelece o modelo do selo de garantia emitido pela Comissão Vitivinícola Regional de Trás-os-Montes a fim de ser utilizado nos produtos certificados com direito a denominação de origem e indicação geográfica.

Decl Rect 21/2013, de 19-04-2013 - Retifica a Lei nº 20/2013 de 21FEV, sobre

«20.ª alteração ao Código Processo Penal, aprovado pelo Dec-Lei nº 78/87, de 17FEV», retificada pela Declaração de Retificação nº 16/2013, de 22MAR.

Decl Rect 22/2013, de 22-04-2013 - Retifica o Aviso nº 34/2013, de 20MAR, do Ministério dos Negócios Estrangeiros que torna público que a Confederação Helvética formulou uma reserva à Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos, aberta à assinatura em Varsóvia em 16MAI2005.

Decl Rect 23/2013, de 08-05-2013 - Retifica o Dec-Lei nº 50/2013, de 16ABR, do Ministério da Saúde, que cria um novo regime de disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos e em locais abertos ao público.

Decreto Leg Reg 4/2013/A, de 24-05-2013 - Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 7/2010/A, de 05MAR, que estabelece o regime jurídico aplicável ao transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem efetuado na Região Autónoma dos Açores por meio de veículos com peso bruto igual ou superior a 2500Kg.

Decreto LR 19/2013/M, de 17-06-2013 - Procede à primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 19/2011/M, de 19AGO, que adaptou à Região Autónoma da Madeira a Lei nº 11/2011, de 26ABR, que estabelece o regime jurídico de acesso e de permanência na atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime de funcionamento dos centros de inspeção.

Decreto PR 53/2013, de 11-04-2013 - Ratifica o Acordo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América para a Troca de Informação de Rastreamento do Terrorismo, assinado em Washington em 24JUL2012.

Decreto PR 70/2013, de 27-06-2013 - Ratifica o Protocolo Modificativo da Convenção entre Portugal e a Suíça para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e sobre o Capital e do seu Protocolo Adicional, assinados em Berna, em

Decreto PR 71/2013, de 27-06-2013 - Ratifica a Convenção entre a República Portuguesa e a República do Peru para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, a 19NOV2012.

Deliberação 1063/2013, de 15-05-2013 - Delegação de competências em matéria contraordenacional.

Deliberação Ex 883/2013, de 08-04-2013 - Nomeação, por inerência, de juizes militares para os Tribunais Centrais Administrativos, Norte e Sul.

Deliberação Ext 914/2013, de 16-04-2013 - Organização interna do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. (INMLCF).

Desp ANSR 4635/2013, de 03-04-2013 - Refere-se à aprovação do equipamento alcoolímetro qualitativo da marca Lion, modelo 600, para deteção da presença de álcool no sangue.

Despacho 5105/2013, de 16-04-2013 - Prevenção e Segurança Balnear.

Despacho 5357/2013, de 22-04-2013 - Nomeação, em comissão de serviço, do Coronel José Júlio Barros Henriques, no cargo de Diretor da Unidade de Investigação Criminal.

Despacho 5376/2013, de 22-04-2013 - Qualificação de instalador de Tacógrafos nº 101.25.12.6.023 de Auto Sueco de Coimbra.

Despacho 5378/2013, de 22-04-2013 - Determina o período de defeso para a pesca da lampreia, sável e savelha no Rio Mondego, para o ano de 2013.

Despacho 5566/2013, de 29-04-2013 - Publica-se o Regulamento Interno do Polo de Lisboa do HFAR.

Despacho 5725/2013, de 02-05-2013 - Reforma do Sistema de Saúde Militar.

Despacho 5813/2013, de 03-05-2013 - Delegação de competências no Oficial de Segurança da Assembleia da República.

Despacho 6472-E/2013, de 17-05-2013 - Cria a Comissão de Acompanhamento para a Reforma da Defesa Nacional.

Despacho 6617/2013, de 22-05-2013 - Cria uma Comissão de Acompanhamento para a Reforma das Forças Armadas.

Despacho 7112-A/2013, de 31-05-2013 - Determina o limite de descargas da espécie sardinha capturada com arte de cerco, no período compreendido entre 01JUN e 31AGO2013.

Despacho 7527-A/2013, de 11-06-2013 - Diretiva Ministerial para a reforma estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas.

Despacho 7728-A/2013, de 14-06-2013 - Programa de Eficiência Energética na Administração Pública -Eco.AP («ProgramaEco.AP»).

Despacho 8379/2013, de 27-06-2013 - Aprovação do equipamento: instrumento de pesagem (balança) da marca Giropés, modelo «BPR».

Despacho 8487-A/2013, de 28-06-2013 - Fixação da cor e preço unitário da estampilha especial para tabacos manufaturados, referente ao ano económico de 2014.

Despacho MDN 4785/2013, de 08-04-2013 - Atinente à reestruturação dos Estabelecimentos Militares de Ensino (EMES).

Despacho PR 4721/2013, de 05-04-2013

- Determina que, no presente ano, as comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades se realizem na cidade de Elvas.

Resolução AR 39/2013, de 03-04-2013 - Recomendação relativa à adoção por entidades públicas e privadas da expressão universalista para referenciar os direitos humanos.

Resolução AR 41/2013, de 03-04-2013 - Sobre a promoção da igualdade laboral entre homens e mulheres.

Resolução AR 46/2013, de 04-04-2013 - Refere-se pela não discriminação laboral de mulheres.

Resolução AR 48/2013, de 04-04-2013 - Refere-se à defesa e valorização efetiva dos direitos das mulheres no mundo do trabalho.

Resolução AR 51/2013, de 11-04-2013 - Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América para a Troca de Informação de Rastreio de Terrorismo, assinado em Washington em 24JUL2012.

Resolução AR 87/2013, de 27-06-2013 - Aprova o Protocolo Modificativo da Convenção entre Portugal e a Suíça para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e sobre o Capital e do seu Protocolo Adicional, assinados em Berna, em 26SET1974, assinado em Lisboa, a 25JUN2012.

Resolução AR 88/2013, de 27-06-2013 - Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República do Peru para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, a 19NOV2012.

Resolução CM 19/2013, de 05-04-2013 - Aprova o Conceito de Defesa Nacional.

Resolução CM 25/2013, de 17-04-2013 - Aprova a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (2013-2020).

Resolução CM 26/2013, de 19-04-2013 - Aprova as linhas de orientação para a execução da Reforma Estrutural da Defesa Nacional e das Forças Armadas, designada por Reforma «Defesa 2020».

Resolução CM 31/2013, de 20-05-2013 - Determina a execução a nível nacional de atividade associadas ao Ano Europeu dos Cidadãos.

Resolução CM 32/2013, de 20-05-2013 - Designa o Provedor de Justiça como mecanismo nacional para a prevenção da tortura, para efeitos do disposto no Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotado pela Assembleia das Nações Unidas, em Nova York, em 18DEZ2002.

Resolução CM 37/2013, de 11-06-2013

- Determina a abertura do debate tendente à revisão do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo e do regime da adoção.

LEGISLAÇÃO EUROPEIA

Decisão 2013/178/PESC, de 16-04-2013 - Relativa à assinatura e celebração do Acordo entre a União Europeia e a República do Mali, relativo ao estatuto na República do Mali da missão militar da União Europeia que tem em vista contribuir para a formação das Forças Armadas do Mali (EUTM Mali).

Decisão 2013/230/EU, de 24-05-2013 - Relativa ao lançamento do intercâmbio automatizado de dados no que respeita a dados de registo de veículos (DRV) na Bulgária.

Decisão Ex 2013/218/EU, de 15-05-2013 - Autoriza os Estados-Membros a adotar certas derrogações nos termos da Diretiva 2008/68/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao transporte terrestre de mercadorias perigosas.

Decisão Ex 2013/266/EU, de 06-06-2013 - Determina a data de início do funcionamento do Sistema de Informação sobre Vistos (VIS) nas sexta e sétima regiões.

Diretiva 2013/11/EU, de 18-06-2013 - Atinente à resolução alternativa de litígios de consumo, que altera o Reg (CE) nº 2006/2004 e a Diretiva 2009/22/CE (Diretiva RAL).

Diretiva 2013/15/EU, de 10-06-2013 - Adapta determinadas diretivas no domínio da livre circulação de mercadorias, devido à adesão da República da Croácia.

Diretiva 2013/16/EU, de 10-06-2013 - Adapta determinadas diretivas no domínio dos contratos públicos, devido à adesão da República da Croácia.

Diretiva 2013/19/EU, de 10-06-2013 - Adapta a Diretiva 94/80/CE que estabelece as regras de exercício do direito de voto e de elegibilidade nas eleições autárquicas dos cidadãos da União residentes num Estado-Membro de que não tenham a nacionalidade, devido à adesão da República da Croácia.

Diretiva 2013/21/EU, de 10-06-2013 - Adapta a Diretiva 67/548/CEE do Conselho e a Diretiva 1999/45/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no domínio do ambiente, devido à adesão da República da Croácia.

Diretiva 2013/28/EU, de 22-05-2013 - Altera o anexo II da Diretiva 2000/53/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos veículos em fim de vida.

Diretiva 2013/29/EU, de 28-06-2013 - Relativa à harmonização das legislações dos Estados-membros respeitantes à disponibilização no mercado de artigos de pirotecnia

(reformulação).

Diretiva 2013/31/EU, de 28-06-2013 - Altera a Diretiva 92/65/CEE do Conselho no que respeita aos requisitos de saúde animal que regem o comércio e as importações na União de cães, gatos e furões.

Inform 2013/C 98/02, de 05-04-2013 - Atualiza a lista dos serviços nacionais responsáveis pelo controlo fronteiriço a que se refere o artigo nº 15º, nº 2, do Reg (CE) nº 562/2006, do PE e do Conselho que estabelece o Código Comunitário relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras (Código das Fronteiras Schengen).

Inform 2013/C 98/03, de 05-04-2013 - Atualiza os montantes de referência para a transposição de fronteiras externas, tal como referido no artigo 5º, nº 3, do Reg (CE) nº 562/2006 do PE e do Conselho, que estabelece o Código Comunitário relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras (Código das Fronteiras Schengen).

Rectificação S/N, de 21-06-2013 - Retifica o Reg Ex (UE) nº 756/2012 da Comissão, de 20AGO2012, que altera o Reg (CEE) nº 2454/93 que fixa determinadas disposições de aplicação do Reg (CEE) nº 2913/92 do Conselho que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário.

Reg (UE) 317/2013, de 09-04-2013 - Altera os anexos dos Reg (CE) nº 1983/2003, (CE) nº 1738/2005, (CE) nº 698/2006, (CE) nº 377/2008 e (UE) nº 823/2010 no que diz respeito à Classificação Internacional Tipo da Educação.

Reg (UE) 517/2013, 10-06-2013 - Adapta determinados regulamentos e decisões nos domínios da livre circulação de mercadorias, livre circulação de pessoas, direito das sociedades, política da concorrência, agricultura, segurança alimentar, legislação veterinária e fitossanitária, política de transportes, energia, fiscalidade, estatísticas, redes transeuropeias, sistema judiciário e direitos fundamentais, justiça, liberdade e segurança, ambiente, união aduaneira, relações externas, política externa, de segurança e de defesa e instituições, devido à adesão da República da Croácia.

Reg (UE) 518/2013, de 10-06-2013 - Adapta o Reg (CE) nº 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, devido à adesão da República da Croácia.

Reg (UE) 519/2013, de 10-06-2013 - Adapta certos regulamentos e decisões nos domínios da livre circulação de mercadorias, livre circulação de pessoas, política externa, de segurança e de defesa, por motivo da adesão da República da Croácia.

Reg (UE) 524/2013, de 18-06-2013 - Sobre a resolução de litígios de consumo em linha, que altera o Reg (CE) nº 2006/2004 e a Diretiva 2009/22/CE (Regulamento RLL).

Reg (UE) 528/2013, de 18-06-2013 - Altera o Reg (CE) nº 450/2008, que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário (Código Aduaneiro Comunitário), no que se refere à sua data de aplicação.

Reg (UE) 576/2013, de 28-06-2013 - Relativo à circulação sem caráter comercial de animais de companhia e que revoga o Reg (CE) nº 998/2003.

Reg (UE) 585/2013, de 21-06-2013 - Altera o Reg (CE) nº 1236/2005 do Conselho relativo ao comércio de determinadas mercadorias suscetíveis de serem utilizadas para aplicar a pena de morte ou infligir tortura ou outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Reg (UNECE) 49/2013, de 24-06-2013 - Prescrições uniformes no que diz respeito às medidas a tomar contra a emissão de gases e de partículas poluentes provenientes dos motores de ignição por compressão e de ignição comandada utilizados em veículos.

Reg (UNECE) 53/2013, de 18-06-2013 - Refere-se a disposições uniformes relativas à homologação de veículos da categoria L3 no que diz respeito à instalação de dispositivos de iluminação e de sinalização luminosa.

Reg (UNECE) 74/2013, de 18-06-2013 - Refere-se a disposições uniformes relativas à homologação de veículos da categoria L1 no que diz respeito à instalação de dispositivos de iluminação e de sinalização luminosa.

Reg Del (UE) 305/2013, de 03-04-2013 - Complementa a Diretiva nº 2010/40/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere à prestação harmonizada de um serviço interoperável de chamadas de urgência a nível da UE.

Reg Ex (UE) 396/2013, de 01-05-2013 -

Altera o Reg (UE) nº 1014/2010 no que respeita a determinadas disposições relativas à vigilância das emissões de CO2 dos automóveis novos de passageiros.

Reg Ex (UE) 504/2013, de 01-06-2013 - Altera o Reg Ex (UE) nº 1225/2011 no que diz respeito à comunicação de informações para efeitos de franquias de direitos aduaneiros.

Reg Ex (UE) 530/2013, de 11-06-2013 - Altera o Reg (CEE) nº 2454/93 que fixa determinadas disposições de aplicação do Reg (CEE) nº 2913/92 do Conselho, que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário.

Reg Ex (UE) 577/2013, de 28-06-2013 - Relativo aos modelos de documentos de identificação para a circulação sem caráter comercial de cães, gatos e furões, ao estabelecimento de listas de territórios e países terceiros e aos requisitos em matéria de formato, configuração e línguas das declarações que atestam o cumprimento de determinadas condições previstas no Reg (UE) nº 576/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Reg Ex (UE) 578/2013, de 21-06-2013 - Estabelece restrições à introdução na União de espécimes de determinadas espécies da fauna e da flora selvagens.

Reg Ex (UE) 615/2013, de 27-06-2013 - Dispõe acerca da classificação de determinadas mercadorias na Nomenclatura Combinada.

Reg Ex (UE) 616/2013, de 27-06-2013 - Relativo à classificação de determinadas mercadorias na Nomenclatura Combinada.

LEGISLAÇÃO INTERNA

Despacho 5374/2013, de 22-04-2013 - Subdelegação no Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Tenente-General Luís Manuel dos Santos Newton Parreira, da competência para a outorga dos Acordos de Consórcio, Sagres - Consortium Agreement e Closeye -

Consortium Agreement.

Decl Rect 502/2013, de 22-04-2013 - Retificação do Despacho nº 4902/2013, de 10ABR, referente à estrutura orgânica flexível da Direção-Geral de Administração Interna.

Portaria 169/2013, de 02-05-2013 - Aprova o Regulamento de Uniformes da Guarda Nacional Republicana.

Portaria 172-A/2013, de 03-05-2013 - Aprova o modelo de distintivo profissional da Guarda Nacional Republicana.

Aviso 6894/2013, de 27-05-2013 - Procedimento concursal de recrutamento para o preenchimento de trinta e três postos de trabalho na CBIQ: dois da categoria/carreira subsistente de enfermeiro, treze da categoria de assistente técnico da carreira geral de assistente técnico e dezoito da categoria de assistente operacional da carreira geral de assistente operacional, conforme caracterização no mapa de pessoal.

Aviso 6955/2013, de 28-05-2013 - Procedimento concursal de recrutamento para o preenchimento de 26 postos de trabalho na categoria de assistente operacional, da carreira geral de assistente operacional, na Colónia de Férias da Costa da Caparica, conforme caracterização no mapa de pessoal.

Aviso 78/2013, de 17-06-2013 - Torna público que a República Francesa depositou, o seu instrumento de ratificação do tratado entre o Reino de Espanha, a República Francesa, a República Italiana, o Reino dos Países Baixos e a República Portuguesa visando a Criação da Força de Gendarmerie Europeia (EUROGENDFOR), assinado em Velsen, nos Países Baixos, a 18OUT2007.

Aviso 8016/2013, de 24-06-2013 - Pública o Concurso de admissão à Academia Militar para o ano letivo de 2013-2014.

Honra ao Mérito



O Sargento Ajudante na reserva Américo Fernando de Sousa Marques, do Comando Territorial de Viseu, concluiu no Instituto Politécnico de Viseu, a Licenciatura em Educação Ambiental, com a classificação final de 16 valores.